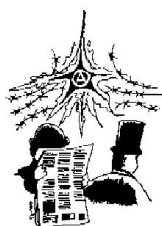
UTOPIA

REVISTA ANARQUISTA DE CULTURA E INTERVEN卼O

9

Primavera-Ver鑴 1999

800$

(isento de IVA)

DIRECTOR
J. M. Carvalho Ferreira

COLECTIVO EDITORIAL
Carlos Nuno, Guadalupe Subtil, João Nicolau, J.M. Carvalho Ferreira, José Luís Félix, José Tavares, Mário Rui Pinto, Rui Vaz de Carvalho.

COLABORADORES
Alberto Hernando, Alberto Pimenta, Alfredo Gaspar, Armando Veiga, Arno Gruen, Attila Toukkour, Carlos Díaz, Charles Reeve, Edgar Rodrigues, Edson Passetti, Francisco Madrid, Herculano Lapa, Idílio Santos, José Janela, Jorge Silva, Júlio Henriques, Mari Oly Pey, Maria Pereira, Miguel Serras Pereira, Mimmo Pucciarelli, Quin Sirera, Roberto Freire.

ILUSTRADORES
Teresa Câmara Pestana, Francisco Pisco.

ARRANJO GRÁFICO
João Nicolau, José Tavares

PROPRIEDADE
Associação Cultural A Vida

Publicação semestral registada no Ministério da Justiça com o nº118 640

IMPRESSÃO
Gráfica 2000 · Cruz Quebrada

REDACÇÃO E ASSINATURAS
Apartado 2537· 1113 LISBOA Codex · Portugal

INTERNET
http://www.azul.net/m31/utopia

CAPA
José Tavares, «Sem título» — GUACHE S / PAPEL

SUMチRIO

editorial

Os tempos da pós-modernidade indiciam a tragédia humana da nossa impotência. A mediatização da guerra dos balcãs nada mais personifica que o reino do capital e do Estado à escala mundial. Esta guerra, como todas as guerras, serve plenamente os desígnios daqueles que vivem a expensas da morte, do genocídio, da miséria e da desgraça dos outros. A outra guerra civil que atravessa a vida quotidiana da gente que se chama gente nada mais é do que a luta pela sobrevivência imediata. Transformados em elementos de competição e de concorrência, produzindo e consumindo mercadorias, são objectos manipulados e controlados à distância pela força do dinheiro, do mercado e do poder mediático.

Imagem de Teresa Câmara Pestana

Quando nos querem fazer entender que devemos trabalhar, que devemos ser gente honesta e patriota, que devemos lutar pelo poder, pela riqueza, que devemos guerrear os ditadores, a corrupção, a miséria e a pobreza, que pretendem de nós? Pretendem que nos transformemos em cidadãos exemplares, que vamos à missa todos os domingos, que tenhamos os impostos em dia, que vejamos a televisão todos os dias, que votemos nos próximos actos eleitorais?

Não!, senhores que dominam o mundo. Nenhum exército, nenhum patrão, nenhuma religião, nenhum Estado, nenhum mercado vale a vida de um ser humano, nem tampouco foram criados para nos salvar. A nossa desgraça, como aliás a vossa, é o resultado da nossa miséria e da nossa impotência. Os condicionamentos de uma vida vegetativa e animal determinada pela lógica cega do

progresso e da razão, tornou-nos em seres humanos acéfalos, sem memória histórica, sem sentido de vida. Hoje, quase tudo o que os indivíduos fazem, pensam, sentem, orienta-se no sentido da morte, da violência e do desespero.

Será que o nosso passado, o nosso presente e o futuro não nos permite outro sentido para as nossa vidas e para as sociedades? Será que caminhamos a passos largos para uma nova barbárie? Enfim, será que nada podemos fazer para inverter esta tragédia que nos afecta como seres naturais e seres sociais? Por mais utópicos que possam ser as suas premissas, os seus princípios e a suas práticas, mais do que nunca, a anarquia permite-nos mobilizar as nossas forças para construir uma outra vida e uma outra sociedade.

Os nossos antepassados que foram derrotados pela força das armas e do dinheiro, demonstraram, inequivocamente, que tinham razão no passado, quando se revoltaram contra a dominação e a exploração do homem pelo homem. Hoje, os tempos são outros. O Estado, o capital e o mercado complexificaram-se como entidades abstractas e despóticas, mas não deixaram de ser aquilo que sempre foram: elementos de negação da liberdade, da criatividade, da fraternidade e da solidariedade que fundamentam a verdadeira essência dos indivíduos e da sociedade.

Assim sendo, entre as várias hipóteses que se nos apresentam, para aqueles que anseiam ainda pela emancipação individual e social, só existe um caminho: resistir contra este tipo de agonia que dilacera as nossas vidas. Como seres sociais, é imperioso construir um espaço de visibilidade social que integre novamente os desígnios da luta pela anarquia. Esse sentido da história da humanidade continua por realizar e só depende de nós.

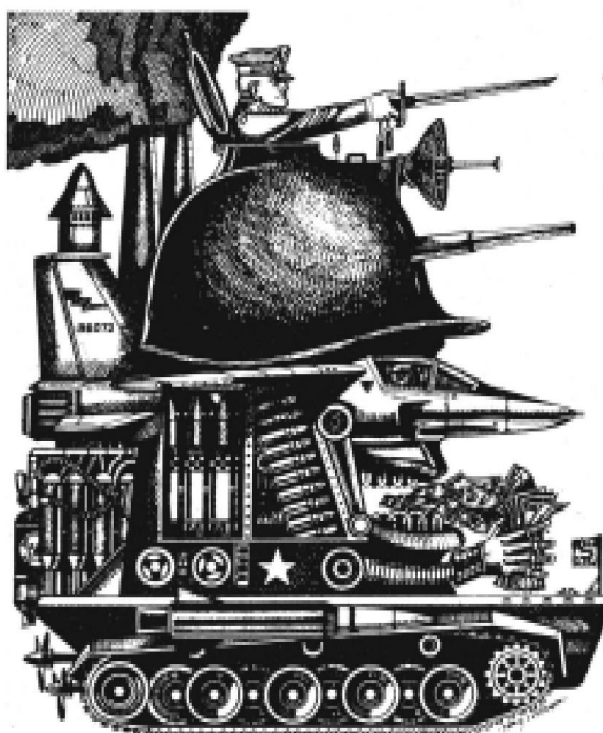
Ilustração de Marcel Aymé

A CONFISSÃO DAS BOMBAS

Eduardo Galeano

1. Os Estados Unidos e os seus aliados da NATO estão descarregando um dilúvio de mísseis sobre a Jugoslávia, ou sobre o pouco que resta do que foi a Jugoslávia.

Segundo a versão oficial, os atacantes actuam comovidos pelos direitos do povo albanês do Kosovo, vítima de uma "limpeza étnica" empreendida pelo governo sérvio de Milosevic. No dizer do presidente Clinton, as democracias ocidentais não podiam permanecer de braços cruzados ante esta" inadmissível catástrofe humanitária".

A mais feroz "guerra de limpeza étnica" e a mais "inadmissível catástrofe humanitária" da história das Américas no século XX, ocorreu na Guatemala em décadas recentes, sobretudo nos anos oitenta. Os indígenas guatemaltecos foram as principais vítimas desta matança, houve cem vezes mais mortos que no Kosovo, e o dobro dos desalojados. Na sua recente viagem pela América Central, o presidente Clinton pediu perdão pelo apoio que o seu país prestou aos militares exterminadores de índios, que foram treinados, armados e assessorados pelos Estados Unidos. Porque é que Clinton não exige a Milosevic que aplique esta doutrina de sucesso do lavar das mãos? Os bombardeamentos poderiam cessar em troca de um compromisso formal: no ano de 2012 ou 2013, por exemplo, o presidente da Jugoslávia pediria perdão aos cadáveres do Kosovo e tudo bem, assunto arrumado, o pecado expiado. E continuar a matar.

2. 0 presidente norte americano andava enredado num escândalo sexual e Robert de Niro e Dustin Hoffman inventavam uma guerra para distrair a atenção do respeitável público. Na película, chamada "Wag the dog", essa

guerra era fabricada, dizia-se, em nome da salvaguarda do povo albanês. Agora, também em nome da salvaguarda do povo albanês, a película continua, por outros meios. É coisa de cinema: descolam os aviões, que parecem desenhados por Hollywood e noite atrás de noite estalam os fogos de artifício nos céus da Jugoslávia.

Como nos bombardeamentos contra o Iraque, o espectáculo não inclui imagens dos inimigos mortos e mortos propriamente não há. Enquanto os ataques decorrem no ar, esta guerra real continuará a simular que é virtual. Se as tropas invadissem por terra, e os países atacantes começassem a receber os seus heróis enfiados em ataúdes, outro galo cantaria.

3. Entretanto, a NATO continua a celebrar, de forma grandiosa, o seu meio século de vida. Como quem diz que está a atirar a casa pela janela. É a festa de aniversário mais cara da história: sem contar o valor das vidas e dos bens aniquilados na Jugosldvia, porque ao fim e ao cabo não há inimigo que não mereça a sua desgraça, cada noite de bombas está a custar 330 milhões de dólares. Segundo o cálculo do diário *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (edição de 30 de Março de 1999), os Estados Unidos gastaram, na primeira noite desta guerra, tanto dinheiro como o total da ajuda prometida, por Clinton, aos países da América Central destruídos pelo furacão Mitch.

Não é para menos. Já havia quem se perguntasse para que servia a NATO, se tinha desaparecido a ameaça comunista do Leste da Europa. O secretário geral da empresa, Javier Solana, encarregou-se de aclarar essas dúvidas insidiosas. Há 20 anos, Solana gritava: Não à NATO! Há 10 anos, pronunciava uma frase histórica, em nome do governo espanhol, quando começou a guerra americana contra o Iraque: "Fomos avisados, mas avisados à posteriori". E agora explica-nos que a NATO está "a defender a paz", a um milhão de dólares por missil.

4. As grandes potências praticam o delito e recomendam-no. Ninguém viola a lei com tanta frequência. Estes bombardeamentos zombam do direito internacional e também da própria carta de fundação da NATO. Contra um ditador sanguinário como Milosevic dizem-nos que tudo é permitido, incluindo o proibido. Contra Milosevic? Na televisão, pelo menos, vê-se são e salvo o chamado Hitler dos Balcans. Quem sofre são as pessoas. Também as guerras contra o Iraque, violadoras de todas as leis feitas e por fazer, foram justificadas com a urgência de derrubar Saddam Hussein. Passam os anos e, de bombardeio em bombardeio, o chamado Hitler do Médio Oriente continua bem robusto. Em troca, quantos iraquianos cairam? Segundo os dados oficiais publicados nos Estados Unidos (U.S. Bureau of Census, Janeiro de 1992) uns 145.000 iraquianos e 124 norte americanos morreram em consequência da guerra de 1991. E quantos continuam a sofrer devido ao bloqueio teoricamente destinado a afastar o ditador? A quantos castiga a fome imposta pelas sanções económicas internacionais? Segundo a última informação da Cruz Vermelha, nesta década multiplicou-se por seis a quantidade de crianças iraquianas que nascem pesando menos que o normal.

5. E se fosse verdade que à NATO se lhe aperta o coração com as "limpezas étnicas"? Que vale tudo para salvar as minorias ameaçadas de extermínio?

Seria emocionante. Mas, nesse caso, porque é que a NATO não bombardeia a Turquia? Não faz a Turquia uma purga sistemática do povo curdo? Porque é que a Jugoslávia merece castigo e a Turquia aplausos? Talvez porque a Turquia é da casa, um país membro da

NATO: mas mais ainda talvez porque a Turquia é um dos principais clientes da indústria ocidental de armamentos.

6. Esta guerra, como todas as guerras, serve de vitrine gigantesca para a exibição e venda de armas. O avião estrela continua a ser o F-117, que iniciou a sua devastadora carreira matando panamianos nos finais de 1989. Um tropeção qualquer, um dia dá nas vistas, e nem todas as operações publicitárias têm êxito; para ocultarem um destes exemplares, que se suponha invisível, fez-se visível e foi derrubado. O percalço custou 45 milhões de dólares aos contribuintes dos Estados Umdos, sem contar com o valor das armas que levava dentro.

7. Esta guerra, como todas as guerras, também serve para justificar os gastos militares. As grandes potências ocidentais, armadas até aos dentes, necessitam de clientes e também necessitam de inimigos. Há bem pouco tempo, no princípio deste ano, quando terminou a segunda investida contra o Iraque, os generais do Pentágono advertiram: «Está a reduzir-se o "stock" de mísseis».

De imediato, o presidente Clinton anunciou que aumentaria em 12 mil milhões de dólares o enorme orçamento de guerra, que perfaz 15% do orçamento federal e que se chama Orçamento de Defesa não se sabe porquê. Clinton preside a uma nação que tem um milhão e meio de soldados dispostos a morrer não se sabe porquê.

8. A NATO nasceu como braço armado dos Estados Unidos na Europa. Ainda que a Rússia já não assuste ninguém, a NATO cresce e com ela cresce a hegemonia de Washington e o mercado da indústria norte americana de armamentos. O exame de boa conduta da Polónia, da Hungria e da República Checa, inclui o ingresso na NATO e a compra de novidades bélicas aos Estados Unidos. Os maus de ontem provam que são os bons de hoje, renovando os seus arsenais, para alcançarem os níveis de "inter-operacionalidade" que a NATO exige. Para que o Congresso norte americano aprove as novas incorporações, a Lockheed Corporation e outros industriais da morte untam os legisladores com subornos legais.

9. Recentemente estalou um escândalo na Grã-Bretanha. Foi revelado que as universidades mais prestigiadas, as instituigões de caridade mais piedosas e os principais hospitais, investem os fundos de pensões dos seus empregados na indústria armamentista. Os responsáveis da educação, da caridade e da saúde explicaram que colocam o seu dinheiro nas empresas que rendem maiores lucros e que estas são, precisamente, as empresas da indústria militar. Um porta voz da Universidade de Glasgow disse-o com todas as letras: "Não fazemos distinções morais. Preocupa-nos que os investimentos sejam rentáveis, não que sejam éticos."

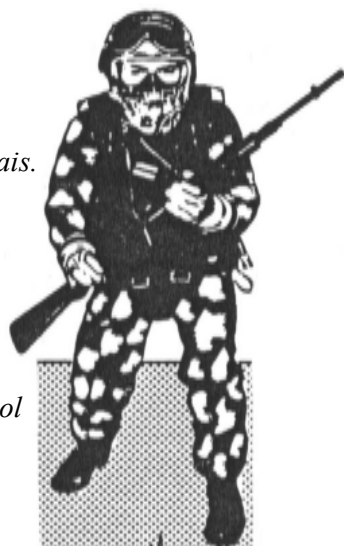
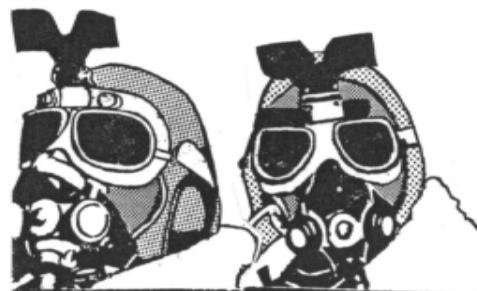
Se as bombas que estão caindo sobre a Jugoslávia pudessem falar, além de rebentar e matar, confessariam a verdade? - Senhoras, bombas, vocês são os instrumentos mortais do Bem? - Mais respeito cavalheiro. Nós somos um grande negócio.

Tradução de José Luís Felix
Extraído de Salaya «esteban@go.com.jo»

DESINTEGRAIS

Júlio Henriques

CHIA O CHEFE

O chefe supremo do rebanho
aquele a quem se obedece sob pena de morte violenta
entra-me no quarto em plena bebedeira dos músculos cerebrais.
O chefe é omnipresente atravessa as paredes
está em toda a parte ao mesmo tempo.
Não vejo por onde entra só ouço o baque surdo
das patas no soalho, caindo de alto. Eu de bruços na cama
um ligeiro vomitado seco em redor dos beiços
os olhos muito abertos.
Coça-me os pés eu gaguejo ergo-me vejo-o ínfimo sob o álcool
e logo o concebo brinquedo na visão.
Puxo-lhe pelo cabelo eléctrico no escuro
o chefe range,longe como os comandos
invisíveis que controlam as luzes do inferno
acho imensa graça e dou-lhe logo com um volume rijo
da enciclopédia larousse-selecções.
O chefe ligeiramente cambaleia penso que preciso
de coisa mais contundente rapo das obras completas de agustina
e às molhadas amando-lhas da cama, de pé,
com quanta força tenho.
O chefe cai de borco esmurra o nariz suja o tapete pouco limpo
e na queda urra como um porco enorme ao entrar na faca.
Que sons catitas, regougo. O sagrado brinquedo devém
uma besta à patada, e bufa, esburaca o chão, cagando tudo.
A merda excita-o mais. Pego numa cadeira e desfaço-lha em cima
depois no computador e escavaco-lho todo
na cabeça luminosa e magnífica.
O meu chefe o chefe de todos o dirigente máximo
das almas sem asas, rastejantes,

brinca comigo no desconchavo universal
da partitura corpórea, cerebral, sensitiva,
e eu sem cessar atiro-lhe com tudo o que me vem à mão,
cinzeiros espelhos gavetas dos armários a livralhada toda
candeeiros as estantes já vazias, num chinfrim de eleições.
Estremunhada, sem ar, a porteira toca-me à campainha
a desoras, dá na porta grandes punhadas ressoantes,
abana o prédio com braços colossais.
Basta porém ela ver que o chefe está ali
a desfazer-se em ranho e embrulhado em sangue
para em pânico correr escadas abaixo,
esgazeada e medonha.
- Pudera!

O CHEFE CHIA MAIS

O anúncio diário de novos atentados dá mais eloquência
à vibração patogénica do mundo: MAIS do que as artes todas reunidas
ou as promessas de calma prosperidade que os porta-vozes do Governo
vão escarrando.

No cinismo vibratório do salve-se quem puder o vómito interior
é o caos omnipresente.

À brutidão eterna de quem dirige o mundo na devastação
responde em desespero de causa o atentado, est'arte suicida
que as outras desintegra.

[Bate a milhentas portas, magro e coevo.
- E que quer ele? - Quer um emprego.
- Bem me cheirava a mim:
é mais um terrorista, é liquidá-lo já
sem deixar pista.]

O CHEFE CHIA SEMPRE

Ao invés do que exprime o sentimental & tautológico discurso
arrotado por sobre a espécie humana,
nesta não crepita agora uma inteligência superior.
Provam-no as instituições políticas mais modernas

com que se tem vistosamente enfarpelado
- de recorte nunca desasnado & sempre conducentes
à pública catástrofe,
e bem assim a indigência progressiva que tudo submerge
- capaz de reduzir a cacos continentes onde só medre a guerra.
Ante esta acção humana, o mais sólido optimismo desfalece
- e cercado de piolhos o crânio arrefece.

É IMPOSSÍVEL O CHEFE NÃO CHIAR

JÁ COM 2000 Á PORTA! A democrática lobotomia
impõe-se Ser filho do homem & da mulher,,, hecatombe a desabar
em hospitais apetrechados,,, a vigilância electrónica em ultra-som,,,
ESTA eternidade a martelar com grandes mãos de cima para baixo
ó mãe à mãe: são grandes gestos: o choro
do recém-nascido registado em decibéis já investidos
no banco de fomento,,, eles abanam-no
a caixa craniana range por segundos,,,
e rangem mui precoces as superfícies frontais a testa uma explosão-
relâmpago,,, a corrente electroluminescente injectada
o raio operatório no eléctrodo e sobretudo a determinação psicológica
a máquina interpretativa a registar as tendências criminosas nos recém-
-nascidos,,, no célere processo iluminado o estilete a penetrante luz
tudo muito microscópico uma operação em progresso na zona frontal
sitiada na cabeça", território-cabeça essencial,,,
sulcos de luz no mapa cerebral na zona a operar", carne e osso e água
e gelatina e sangue aguardando o choque,,, tudo fincado no instinto a
laminar para essa transecção metódica de um ou mais lobos frontais
que venha permitir que se sossegue
a ansiedade o pavor a disforia os crimes
infantis estes assassinos
de dez anos - e o,,, e a,,, e o,,, e a,,,

O CHEFE CHIA AINDA

À noite os ossos assobiam
sobre as pedras. Ermo ar onde desabam
vozes. Ar açoitado onde os mortos mijam.

As árvores agarram-se ao solo pedregoso
e sussurram, sugam seus ramos no ar frio

sustento com as folhas. Os pais
de todas elas mataram-nos os fogos:
na incandescência, indefesos, silvando
e crepitando na extensão das horas.
Antes de serem cinza e de acharem sepultura
em redor, os cotos escarlates arrastaram-se
no calor em que a rocha se fundia.

À noite as telhas tremem
nos telhados. E nas paredes, cego,
perpassa um movimento mudo.
As águas invernais vão devorando a madeira.
As silvas instalam-se nas casas, onde
se acoitam os répteis no sono.
Tapam veredas, soterram caminhos
e carreiros. O fragor das paredes a cair
pontua o tempo, no ar lateja o pó,
e a aldeia vibra em seu sumiço.

Esvaíram-se ali os moradores,
empurrados por forças indomáveis:
varreram-nos para as concentrações,
aonde desaguou a fome toda
presa ao osso.

De dia a serra já não vive segundo a sua lei.
Mas na noite o hálito dos mortos
cheira dentro de água, e a branca Lua vela.
Um sossego que freme desliza sobre a terra,
os animais respiram, e o chão actua.

Ilustração: Tom Tomorrow

Wlliam Morris e o "novo" espírito utópico

Alexandre Samis

A relação entre o pensamento libertário e a obra literária e filosófica de William Morris, inscreve-se na encruzilhada que liga o ideário racional do século XIX às tradições utópicas que vinham se desenvolvendo desde o crepúsculo do século XVI com Thomas Morus. O livro de Morris, "***News from Nowhere***", não é a visão de um epígono, tentando, através da re-edição de uma idéia, preservar a essência do pensamento dos que o precederam. Mas sim, um pensamento harmônico com o seu tempo e em diálogo constante com as questões concretas produzidas a partir de sensações e ansiedades únicas de uma época. O ideal morrisiano, embora aparentemente avesso a "modernidade", é sintoma desta. Reação de um espírito inquieto e voltado para o projeto utópico legítimo aos homens que, embora pertençam a um determinado tempo, colocam sua sensibilidade ao serviço abnegado de uma sociedade melhor, mais justa e igualitária.

Embora Morris nunca tenha claramente identificado-se como anarquista, este foi dono de uma narrativa eminentemente libertária e vista pelos anarquistas de seu tempo, e mesmo depois dele, como uma das obras que mais poeticamente definia o pensamento acrata, nas suas linhas mais gerais. George Woodcock, eminente historiador do anarquismo, assim define a obra de Morris: "*Todavia, a única visão de utopia que encontrou - não em alguns elementos isolados, mas na sua totalidade - acolhimento plenamente favoravel por parte dos anarquistas foi News from Nowhere ("A Terra Prometida"), de William Morris. Neste livro, Morris, cujas idéias estavam muito próximas das de Kropotkine, descreveu o tipo do mundo que poderia nascer, se os sonhos anarquistas de edificar sobre as minas da autoridade uma nova sociedade harmoniosamente equilibrada, tivessem possibilidade de se concretizar*."[1]

É interessante observar, no entanto, que a obra de Morris sendo uma reflexão das suas experiências como militante e ao mesmo tempo marca do seu talento literário, encarna em muito estas duas experiências complementares, mas ao mesmo tempo conflitantes: Se, por um lado, sua atuação política o aproximou muito dos anarquistas, tornando-se amigo íntimo de Kropotkin ,[2] Morris não era refém desta proximidade, chegando inclusive a posicionar-se como marxista. O mesmo acontecendo com sua obra que, segundo Miguel Abensour,[3] foi muitas vezes identificada como, uma "parábola marxista," pelos elementos engajados nesta causa, ou como um

gênero semelhante anarquista, pelos entusiastas desta outra.

Esta disputa da alma morrisiana, traduz, na verdade, o entendimento da obra de Morris enquanto alegoria no sentido da representação, ou metáfora no sentido da substituição de uma imagem por outra.

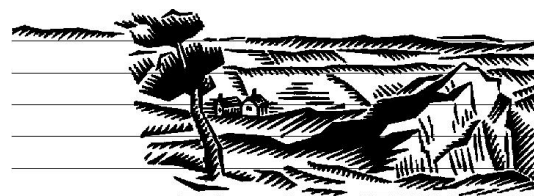
É claro que, o aprisionamento da imagem desta obra, quer em um campo ideológico ou em outro congênere, roubaria da mesma sua amplitude ou universalidade que é justamente a sua qualidade libertária.

A vida de Morris é bastante elucidativa em relação aos significados de sua obra. As posições que assumiu dentro da Liga Socialista na Inglaterra e sua visão de mundo, o colocavam em distinta oposição às teses do socialismo mais vulgar. A sua perspectiva do trabalho, que deveria ser atraente e não enfadonho e desagradável como o era no sistema capitalista, o aproximava de Kropotkin e Fourier. Preocupava-se com a industrialização e as conseqüências nefastas desta na constituição do tecido social de sua época, e a este respeito nos esclarece G. Woodcock: "*No universo tolstoiano dominado pela razão e pela Natureza o tempo escoa-se, lentamente, tal como naquela longa tarde estival de liberdade, sonhada por William Morris*."[4] Também a relação com a obra de Tolstoi é bastante grande, principalmente no seu teor hostil à sociedade industrial.

Toda uma gama de influências e discordâncias nortearam o desenvolvimento da produção intelectual de Morris.

Na sua vida política, Morris testemunhou eventos importantes; o Congresso Anarquista Internacional de 1881 e pouco depois a criação da "*Labour Emancipation League*" na Grã-Bretanha pelos anarquistas. Em um momento em que as disputas entre socialistas e libertários não eram tão claras, a recém criada Liga filia-se a Segunda Internacional através da Federação Social-Democrata. Entretanto, a direção marxista da Federação e a postura autoritária de seu dirigente H. M. Hyndman provocaram, logo, uma cisão e estimularam a criação posterior da Liga Socialista. Para onde iram migrar, além dos anarquistas, o próprio, Morris, Belfort Bax e Eleonor Marx Aveling.

Nesta nova organização William Morris, fica responsável pela publicação do "*Commonweal*",[5] o periódico da mais representativa Liga dissidente na Inglaterra.

Dentro da Liga Socialista, que rapidamente assumiu diretrizes anarquistas, Morris teve experiências de convergência com as representações de Lane, Kitz e C. W. Mowbray, principalmente na questão da liberdade. "*Para Morris, tal como para os anarquistas, era imperioso descobrir um meio pelo qual o povo 'pudesse destruir, por si próprio, a sua escravidão'*"[6] Por outro lado, as divergências com estes não eram poucas e giravam em torno, principalmente, das manifestações extremistas de violência de alguns militantes anarquistas. Morris, como Tolstoi, Godwin e

Proudhon, considerava a importância de um longo processo de educação para posterior transformação da sociedade.

A posterior saída de Morris da Liga Socialista, se deu, em parte, por um profundo desgaste e constantes alterações e divergências de opinião no seio da entidade. E sua insistência em afirmar "categoricamente" que não era um anarquista, segundo George Woodcock, esbarrava em uma argumentação

claramente depreciativa de um tipo de anarquismo: o individualista. "*Nenhum anarquista, excepto um stirneriano fanático, poderia estar em desacordo com o ideal de Morris, de que os homens devem agir para o bem de seus semelhantes; com efeito, um dos dogmas fundamentais do anarquismo é o de que a liberdade permite a expansão harmoniosa da natural solidariedade humana*."[7]

Para Woodcock, as querelas entre Morris e os anarquistas eram muito mais de caráter pessoal, do que propriamente por divergências no campo teórico, já que, na sua utopia, "*News from Nowhere*", este pinta um quadro radicalmente anárquico. Onde, o ambiente é apresentado sem o menor traço de autoridade ou mesmo de governo. Morris e os anarquistas estiveram de acordo ao imprimirem a Liga Socialista um caráter antiparlamentar, ocasionando a saída de marxistas e socialistas moderados,[8] em 1887. E só em 1889 é que as divergências tornam-se insuportáveis para Morris e este desligou-se da organização.

Mas estas divergências, o que reforça a teoria de Woodcock de incompatibilidades pessoais, em 1896 estavam aparentemente superadas, pois, nesta ocasião os anarquistas foram expulsos do Congresso da Segunda Internacional em Londres e ganharam, ao contrário do que os marxistas da social-democracia esperavam, a simpatia dos socialistas menos ortodoxos. "*William Morris, já quase moribundo, enviou uma mensagem em que juntava a sua voz ao coro dos protestos, alegando que só a doença o impedia de comparecer em pessoa*." [9]

É claro que este apoio dado aos anarquistas, neste episódio histórico para o movimento operário, em nada caracterizava uma possível conversão. Mas é um sinal da sintonia de pressupostos teóricos entre o pensamento social libertário anarquista e a proposta morrisiana.

O novo espírito utópico e o marxismo

A passagem do século XVIII para o XIX, encheu o pensamento social de contribuições bastante profícuas, sob a forma de representações literárias e mesmo teóricas. O socialismo utópico, nome este, forjado a partir de uma crítica posterior ao mesmo, derramou pela Europa uma densa camada que longe de cristalizar-se concebeu variações que, com maior ou menor vigor, animaram as manifestações revolucionárias do primeiro quartel do XIX. Segundo Miguel Abensour, ao período da "aurora socialista" segue-se o neo-utopismo, que trata de confrontar o primeiro pensamento utópico de Owen, Fourier e Saint-Simon; submetendo-o a "conciliação" com o seu tempo. Esta contraposição promove a adequação da utopia a linguagem de seu tempo. É o redimensionamento da vontade utópica ao novo momento histórico, possibilitando a permanência do vigor e potência utópica às novas condições, ou mesmo, formas de organização do socialismo.

O novo espírito utópico não é romântico, embora possamos encontrar suas raízes neste movimento. Ele é a leitura do movimento social de forma mais ampla à feita pelos seus predecessores. O novo espírito utópico nasce da necessidade de entendimento dos processos sociais, atrelados a uma perspectiva onde "*a ruptura com a crença na autarquia e na supremacia de uma só consciência* (...)"[10] evite a cristalização do movimento em ciência única. A inserção do conceito de emancipação do proletariado por ele mesmo e do fim dos modelos produzidos e impostos de cima para baixo, são também características do novo espírito que surge a partir de 1848.[11]

Para Abensour a utopia naquele momento, não serve apenas de exemplo ou demonstração; "(...) *tem como tarefa pôr em marcha o*

desejo das massas, fazer ver; melhor: fazer desejar. A utopia se torna uma maiêutica passional."[12]

A utopia, naquele momento, aponta para a crítica de uma sociedade que é incompetente em vivê-la. A utopia não representa modelo, ela é sinergia, que provoca a reflexão e estimula a "vontade de poder" e os projetos dos homens. O novo espírito utópico não é episteme, é trajetória crítica; ele percebe e trabalha com os desvios e não com o retilíneo. Utilizar o retilíneo, seria negar a seu próprio caráter desviante e reivindicador de uma sociedade radicalmente diferente. O novo espírito utópico representa, também, a resistência à um mundo linear, e ser puramente "racional" seria tornar-se o que de fato se combate.

O "Manifesto do Partido Comunista" publicado por Karl Marx e Freidrich Engels pode ser apontado como sintoma de um movimento anti-utópico que, a partir de 1848, passa a definir cada vez mais claramente seus pressupostos teóricos. Condenando e classificando as utopias em suas diversas manifestações a uma etapa separada, e por conseqüência a caracterização desta como anacronismo reacionário. Assim Marx e Engels referem-se aos primeiros utopistas: "*A literatura revolucionária, que acompanhou estes primeiros movimentos proletários é, pelo conteúdo, necessariamente reacionária.*"[13]

Embora, Marx e Engels, atribuíssem, em um primeiro momento, às utopias um caráter revolucionário, logo em seguida, justificam que, estas o foram em um momento pré-maturo ao desenvolvimento das contradições entre as classes, "(...) *surgem no primeiro período, ainda não desenvolvido, da luta entre o proletariado e a burguesia* (...)" [14]

O entendimento do conceito: utopia, para os pais do "socialismo científico", era por demais datado historicamente e cristalizado em um passado de tênue consciência social da classe operária. Era impossível diante dos cânones do materialismo, esboçados no "Manifesto Comunista", a percepção da utopia como desdobramento independente da teia científica apriorística, montada pelo pensamento marxista.

Mas o novo espírito utópico, que teve em William Morris um de seus mais destacados representantes, nutriu-se também desta racionalidade canônica oitocentista. Na busca de uma atualização, a utopia assimilou, obviamente, o espírito de seu tempo e deste pensamento eclético, longe de empobrecer, encontrou suas virtudes.

Como nos assevera Abensour, uma das "figuras" ou representação deste novo espírito utópico é parte integrante do marxismo, "(...) *mais precisamente, nas correntes oposicionistas ou marginais do marxismo.*"[15] E continua: "*Para os partidários do novo espírito utópico, a crítica de Marx, em si mesma problemática, não significa o fim da utopia mas outro tipo de relação que resta definir e elaborar.*"[16] E é nesta definição em elabora-

ção, que encontramos a obra de Morris. Não podendo identifica-la totalmente ou mesmo taxonomiza-la para não agirmos como redutores de uma contribuição, em si, complexa para o pensamento do novo espírito utópico.

As críticas que chegavam, através dos marxistas, até às fileiras dos utópicos do novo espírito, eram interpretadas como uma estratégia social-democrata, no claro intuito de desqualificar a ação revolucionária do grupo ao qual pertencia Morris. A Liga Socialista, que promovia constantes diálogos entre Morris e os anarquistas, era concretamente um problema para a direção marxista mais tradicional do movimento operário inglês. E os debates encaminhados após 1883, com a morte de Marx, eram, não raro, protagonizados por elementos ligados a Engels ou signatários, nem sempre rigorosamente féis, às propostas do mesmo.

O pensamento utópico sofria sistemáticas críticas e depreciações por parte dos socialistas científicos, principalmente quando estes insistiam em ampliar a lógica mecânica de seus pressupostos revolucionários. A idéia de um movimento não ajustado a princípios rígidos de conduta histórica, remetia a conduta utópica ao campo da inconseqüência ou mesmo da inocência típica dos espíritos pueris.

Engels ia mais longe, e chegava mesmo a associar as práticas divergentes às de seus correligionários, como pertencendo à infância das atitudes políticas. "(...) *Engels forjou a associação esquerdismo = infantilismo, destinada a fazer sucesso sob a pena de Lenin*."[17] Em cartas datadas de 1886, Engels escreveu a Paul Lafargue e W. Liebknecht,[18] utilizando termos como: "doenças infantis", ao referir-se a Morris e ao grupo de anarquistas da Liga Socialista.

Estas associações são claras e surgiram, com maior incidência, no período posterior a morte de Marx. Mas a idéia de utopia como ingenuidade já existia, em essência, nos escritos da brochura de 1848 e continua no livro de Engels sobre o socialismo científico e o utópico de 1880, que pretendia, em parte, ser uma homenagem a seu companheiro Karl Marx. O livro de Engels reforça a perspectiva do socialismo científico como "expressão teórica do movimento operário", desqualificando as demais propostas de caráter revolucionário.

Nos debates dos anos 80 do século XIX, apareceram muitas variações do pensamento socialista e muitas destas apresentam aspectos, onde a reflexão de David Hume ao afirmar que: "a razão é escrava das paixões", pode ser verificada.

Devemos questionar até que ponto as críticas dos marxistas a Morris, e a Liga Socialista, eram fruto de uma disputa emocional de vaidades. E em que medida as associações são feitas a partir de exercícios teóricos ou mes-

mo contorcionismos da razão, em nome das necessidades de ocupar espaços no movimento operário europeu. Abensour nos diz: "*O novo espírito utópico de William Morris é compreendido assim como uma luta travada em duas frentes ao mesmo tempo. O ponto nodal é a posição escolhida em face dessa situação histórica particular que pode se chamar 'o após-Marx'*."[19]

Morris foi marxista pelo que esta teoria representava de fundamental em proposta teórica. Resgatou também, em seu pensamento, a matriz romântica do iluminismo, mas buscando no cientificismo oitocentista a consistência para sua perspectiva utópica de mundo. Foi, em muitas passagens de sua obra, a negação do marxismo em vigor no seu tempo. Viu no anarquismo, em alguns momentos, a prática democrática necessária e solidarizou-se com ele. Tentou resgatar nas linhas de Marx, algo que o próprio Marx, tentou purgar: "o seu espírito utópico". Em outras palavras: amou Marx, por seus "defeitos" e não pelas suas qualidades materialistas (ciência). Foi criticados pelos marxistas por ser um ingênuo e infantil socialista, ou seja, foi diminuído pela lógica da cientificidade, justamente pelas suas qualidades.

Morris teve que somar forças com os anarquistas, por perceber, provavelmente, nestes o vigor utópico tomado dos marxistas por uma práxis materialista aprisionadora das liberdades do homem.

Literatura e engajamento

William Morris experimentou por vezes a sensação de estar órfão, para poder manter-se coerente com suas convicções no novo espírito utópico. As idiossincrasias entre a obra e a prática política, podem ser explicadas pela própria natureza dialógica do pensamento morrisiano. Misturando às suas inquietações e qualidades literárias, de rara sensibilidade, o desejo de contribuir efetivamente com as mudanças sociais de sua época.

Fruto de seu tempo e não prisioneiro deste, Morris singrou com sua obra utópica os tempestuosos debates e as perplexidades de um tempo carente de identidade. Foi testemunha da difusa estética socialista, polimorfa e fugaz, algumas vezes, e extremamente dogmática por outras. Encarnou de forma emblemática a necessidade do indivíduo no projeto coletivo, reafirmando o papel da paixão do homem na dinâmica das massas.

O homem, em Morris, não era apenas o ator da superestrutura de Marx, mas, sim, o elemento poderoso sequioso de vontade de mudança, premido pelas questões sociais infra-estruturais, mas, guiado pela "vontade de poder"e pelos sonhos gestados na observação, que este fazia, de sua realidade concreta.

A utopia de Morris, não era a descrição de um mecanismo que prefigurava um fatalismo histórico ditado pelas forças produtivas ou por desígnios supra-humanos. Ela reabilitava o ato de desejar, para além das formalidades teóricas do materialismo, embora não venha a romper totalmente com pressupostos marxistas básicos. Inaugurou a conjunção entre as possibilidades de uma concepção estética do desejo e as teorias sistematizadoras do movimento socialista.

Abensour refere-se a este fenômeno da seguinte maneira: "*Assim, observávamos, a utopia já não tem a função de convencer ou de fazer compreender o valor de um modelo ou de uma solução para a questão social; ela tem como tarefa por em marcha o desejo das massas, fazer ver; melhor: fazer desejar*" [20] Acreditando na viabilidade dos projetos humanos, com claras influências do pensamento socrático; Abensour, acredita em um Morris guiado pela emoção, pela crença na dinâmica positiva das massas e seus desdobramentos

revolucionários. E nos afirma que: "*A utopia torna-se uma maiêutica passional*"[21]

A idéia de que o ergástulo da pobreza ou das injustiças só pode ser superado por uma ação coletiva, não prescinde dos desejos individuais que devem conspirar para tanto.

E o entendimento, na obra de Morris, de uma libertação dos trabalhadores por eles mesmos, adquire nesta perspectiva uma tonalidade símbolo da passionalidade apontada por Abensour. Passionalidade esta que, não se esgota em um frenesi despropositado ou mesmo sem objetivo. Antes, representa a tentativa do equilíbrio ou eqüidistância entre o mundo apolíneo e o dionisíaco, não justificada ou reafirmada pela finalização em si; mas pela tentativa de viver este paradoxo constitutivo da própria vida.

Utopia como sintoma de uma época

A busca de William Morris não pode ser entendida como uma procura solitária e melancólica de uma quimera inatingível como a alguns pode parecer. Ele inscreve-se na mais profunda angustia reflexiva de sua época. Uma época, que, como já vimos, permanecia a deriva em seu perfil estético e que ao mesmo tempo beirava o messianismo típico de um fim de século. Este panorama suscitava, em alguns de seus contemporâneos, a preocupação em definir minimamente os paradigmas deste, aparentemente, incognoscível perfil oitocentista.

O termo "Modernidade", objeto de Charles Baudelaire, é um exemplo claro deste pensamento, que representava a necessidade do entendimento daquele momento histórico distinto. E que, ao mesmo tempo, revelava a impossibilidade de dar conta do mesmo.

Baudelaire nos guia, através de frases sutis, ao seu pensamento ou mesmo às impressões que possuía de seu tempo: "*A Modernidade é o transitório, o efêmero, o contingente, é a metade da arte, sendo a outra metade o eterno e o imutável.*"[22] Para o autor de "***Flores do Mal***", a estética verdadeira só poderia ser a atual (do momento ao qual nos referimos), pois a cópia de realidades passadas são impossíveis de reedição pelos homens do presente, sob pena de aparecerem desprovidas de verdadeiro significado. E, continua: "*Sem dúvida é excelente estudar os antigos mestres para aprender a pintar, mas isso pode ser tão-somente um exercício supérfluo se o nosso objetivo é compreender o caráter da beleza atual.*"[23] A idéia de copiar o passado é tão desprezível para o artista, quanto for o seu espírito rebelde no tempo em que vive. A angústia de muitos estetas do século XIX é ter que conviver com a contingência de um tempo cumulativo dos períodos anteriores, figuras sobrepostas em uma superfície unitemporal ou seja sem espírito.

Desta mesma forma podemos encarar a obra de Morris, que, como já vimos, inscreveu-se na tradição utópica, sem no entanto, servir de uma espécie de epigonismo estético. Morris a elaborou de forma original e encaminhou-a na direção do pensamento libertário. A produção de William Morris foi sintonizada com o seu tempo, unica e com claras distinções, se com-

parada às de seus antecessores; Godwin, Saint-Simon e Owen.

Desta mesma forma encontramos, neste período, outros intelectuais preocupados com a caracterização estética do fim do século XIX, que demonstram, por assim dizer, zêlo em registrar minimamente as reflexões de sua época, de forma original e autêntica.

Entre outros artistas contemporâneos implicados no objetivo de definir alguns princípios estéticos, encontramos Oscar Wilde; para quem: "(...) *a arte é o fim supremo, contém em si própria iluminação e regeneração, e todo o resto lhe deverá estar subordinado*."[24] A obra de Wilde, inscreve-se historicamente em uma tradição bastante próxima a de Morris, como libelo anti-burguês, e com o mesmo objetivo de Baudelaire: denunciar as implicações sociais da civilização burguesa e sua decadência. Devemos, entretanto, lembrar que estes pensadores tinham em comum o ódio pelo tipo de mundo criado pela burguesia, mas que, chegaram a mesma conclusão por estímulos distintos.

Baudelaire, desprezava a burguesia e da mesma forma a auto- comiseração dos pobres, e neste particular aproximava-se de Wilde, quando este afirma: "*Frequentemente ouvimos dizer que os pobres são gratos pela caridade. Decerto alguns são gratos, mas nunca os melhores dentre eles*."[25] As opiniões em relação às atitudes do pobre ou miserável destes "dândis"[26], aproximavam-se e posteriormente distanciavam-se valendo-se de lógicas semelhantes.

Oscar Wilde, que admirava o pensamento político de Kropotkin, possuía uma concepção estética bastante distinta da maioria dos anarquistas e no que tange às propostas puramente organizativas da esquerda a distância era ainda maior. Podemos tomar como exemplo a opinião de Kropotkin sobre a arte que, para este, apresentava valores morais e não era por si mesma um fim. Guiado pelo evolucionismo, filho de seu tempo, o príncipe russo talhava com as cinzeladas da razão oitocentista as estruturas de uma vertente do ideário acrata. A admiração pelas idéias não determinava a adesão incondicional às mesmas, e como já vimos no caso de William Morris e Kropotkin isto também se verificava. As utopias, em que pese a consonância de propósitos, apresentaram singularidades na forma mas em muitos aspectos demonstraram complementariedade no sentido.

O que se apreende de toda essa malha ideológica, em seus matizes distintos; é que havia no fim do século passado uma cultura libertária, partindo de várias concepções de mundo e/ou mesmo de formas singulares de interpretar a realidade. O chamado decadentismo, anunciado pelos dândis, surgia como uma profecia apocalíptica e misturava-se de forma simbiótica ao pensamento social, tornando ainda mais complexa a análise do período, ou mesmo, imprimindo-lhe um aspecto multifacetado ampliando ainda mais a sua complexidade.

É neste sentido que o novo espírito utópico morrisiano identificou-se, por um lado, pelo seu forte caráter romântico e iluminista e, por outro, pela procura de um caminho original. Esse espírito envolveu muito mais que uma simples estratégia ou mesmo ideal de sociedade futura; ele foi o avesso da crítica, um apelo visceral da linguagem, ou seja, a necessidade de elaboração de um discurso inaugural de sua época. Discurso montado sob forma de mosaico e como fragmento deve ser entendido.

Um destes fragmentos, que aliás, somava-se a outros, era o de uma crítica a civilização e retorno a uma época de ouro. Temática na qual podemos circunscrever o próprio Morris visto, por alguns críticos do período, como um homem amante da Idade Média juntamente

com Edward Carpenter, Tolstoi e outros. Que afinavam-se em concepções ou idéias sobre os males sociais.

A trajetória de Edward Carpenter, é lapidar nesse sentido; nascido em Brighton em 1844, formou-se em Cambridge e tornou-se "fellow" desta instituição. Ordenou-se cura em 1869 e abandonou a carreira eclesiástica em 1873. Figura de rara inteligência, foi morar no campo e construiu sua casa com as próprias mãos, atitude bastante elucidativa de suas convicções. Posteriormente desaparece do mundo acadêmico da época.

A defesa de uma vida simples e a convicção da relação dos males sociais com o tipo de organização da própria sociedade, eram a tônica do pensamento deste anglo-saxão. Carpenter criticava a sociedade moderna e atribuía muitos dos problemas desta à industrialização: fonte de perturbações e desequilíbrios. Na sua obra "***Prisões, Policia e Castigos***"[27] , ele cita, logo após seu prefácio, um poema de Oscar Wilde entitulado "***Ballada do Carcere***"[28] , e mesmo dentro de sua obra, o nome de William Morris surge para reafirmar sua consonância cognitiva com o autor de "***New from Nowhere***". Em uma passagem onde o tema central é o trabalho, Carpenter assim nos assevera: "*Em terceiro lugar segue-se - como afirmou com tanta perseverança William Morris - que o trabalho com esta orientação seria um prazer, um dos maiores prazeres, sem dúvida da vida e este unico facto transformaria por completo o seu caracter.*"[29]

Este fragmento versa sobre o trabalho livremente escolhido, e é mais uma demonstração do grau de cumplicidade de que gozavam alguns grupos; em especial a fração libertária aqui analisada. A sociabilidade dos grupos provavelmente contribuiu para a oxigenação das perspectivas teóricas dos mesmos, ou até para o confronto entre o pensamento e a ação.

Carpenter em seus trabalhos enfocava, não raro, a necessidade do prazer estar associado à atividade produtiva. O trabalho era tratado, por este ex-clérigo, como uma atividade importante, mas que deveria respeitar as inclinações pessoais dos homens, para que não se tornasse um martírio, fardo ou estorvo a vida. São dele estas indagações: "*Quantos ha que sentem um verdadeiro prazer, uma real satisfação no seu trabalho diário? Podem, em cada communa contar-se pelos dedos. Mas onde está a felicidade de se viver, se o seu elemento principal, aquelle que deveria estar sempre na frente de todos, é odioso*?"[30]

As questões levantadas por Carpenter são elucidativas , menos pelo seu teor ingênuo e mais pela distinção que apresenta em relação aos discursos marxistas, que pouco tratavam das sutilezas da essência humana na busca do prazer. Carpenter opera, em seu opúsculo, uma distinção radical que encontra eco em outras obras de seu tempo: Ele exige do trabalho uma vocação, até então impensável, voltada para a transformação do esforço em vontade de produzir.O apelo por substituir o suor da necessidade pela transpiração do êxtase é que possibilitaria, segundo ele, ao homem, a felicidade radical sem as agruras do dia-a-dia ou a medíocre condenação a um cotidiano enfadonho. Assim Carpenter nos apresenta sua solução: "*Não; o único systema econômico verdadeiro, é preparar as coisas de modo que o trabalho constitua alegria. Então, e somente então, começará a estabelecer-se solidamente na margem firme da vida. Com tal trabalho fica-se de ter bellos productos; esta desgraçada distinção do bello e do util acabará e todo o produto será uma obra d'arte, a arte alia-se á vida.*"[31]

Carpenter propunha a subversão do conceito de trabalho, e oferecia como alternativa uma vida integral de beleza ao definir uma nova

estética para a produção. Ele sacralizou, dentro de seu discurso profano, a produção e conferiu o status de artista à todos os produtores.Neste momento promoveu-se a ruptura com uma visão de mundo do trabalho, oferecendo-se outra muito mais alegre e libertadora. O autor coerente com seus princípios "naturalistas", pensa com a mente de um artesão e nega assim o seu tempo de industrialização. A perspectiva desenhada por Edward Carpenter, guardadas as proporções, é emblema de um meta-hedonismo, assimilado e reelaborado a partir das realidades de um dado período. Tempo este que, não aprisionou e nem condicionou de forma vertical as formas de pensar que o constituíram.

Carpenter, embora sujeito histórico, forjou uma corrente que insistia em combater a noção de progresso em vigor naquele fim de século na Europa.

Para William Morris, o ideal de mundo não estava muito afastado do disposto acima, e para Miguel Abensour; em seus escritos sobre Morris: "*Aí está a diferença em relação a Marx: para este último, o verdadeiro reino da liberdade só pode florescer se fundado no reino da necessidade, que forma como que o fecho da previsão marxiana. Morris se orienta de outra forma, explora o reino da liberdade que se desenvolveria sobre suas próprias bases, um 'positivo concreto'*."[32]

Essa fissura é o grande salto do "marxista" Morris em direção ao pensamento libertário, que representa no século XIX, aquela encruzilhada da radicalidade teórica ou mesmo do sonhar utópico. A profusão dos desejos de libertários como Carpenter e Morris, não permitia a camisa-de-força enrigecedora do pensamento materialista de Marx e Engels. A sujeição ao "rigor acadêmico" das teses dos socialistas marxistas era por demais emasculadora das virilidades ou vitalidades utópicas. Talvez encontremos aí as razões que levaram Morris a ingressar na Liga Socialista e, até mesmo, sua posterior indisposição com os anarquistas mais violentos e dogmáticos.

Utopia como valor filosófico

O chamado novo espírito utópico, aparentemente não identificado por sua época, incompatibilizou-se com a dinâmica do capital e também com muitas das soluções apresentadas pela esquerda hegeliana. O materialismo histórico e dialético pareciam conspirar em favor da exclusão dos novos utopistas e, neste ponto, estavam em consonância com a proposta "inexorável" de industrialização do mundo. A evolução ditava os desígnios da história e subordinava os caminhos desta à uma dinâmica revelada. O fatalismo, por vezes, escamoteado em exercícios teóricos bem montados, inspirava as estratégias da esquerda promovendo uma comoção que era vaticinada pelo cientificismo.

Nestas circunstâncias a única chance da inserção de uma proposta utópica, era a produção de um hiato histórico. Um lapso de continuidade na dinâmica histórica, que desse ensejo a uma forma de ver o mundo original e ao mesmo tempo libertária. A preocupação de homens como Edward Carpenter, Oscar Wilde e o próprio Morris somavam-se a de alguns outros que falavam de coisas semelhantes utilizando, entretanto, linguagens distintas. Friedrich Wilhelm Nietzsche, que viveu até o limiar do século XX, é um representante claro deste espírito inconformista e até iconoclasta de seu tempo.

Como Morris, Nietzsche rompe com o linear e o rigidamente "histórico". O filósofo alemão falava na necessidade da "***transvaloração***" dos valores de sua época, e na ruptura com uma cultura de filisteus adoradores e crentes em verdades supra-sensíveis. A vida para este, é a marcha dos desejos

Imagem de Teresa Câmara Pestana

do homem, da sua "***vontade de potência***", e esta não incorpora as maquinações metafísicas de mundo. Nietzsche, contrário às formas pré-concebidas de dinâmica social, rejeitava a dialética marxista e/ou qualquer outro sistema que não fosse promovido a partir dos projetos do próprio homem e de sua vontade.

A construção teórica de um mecanismo explicativo do processo histórico e até mesmo a idéia de processo eram duramente criticadas por Nietzche. A lógica do materialismo, para o pensamento nietzschiano, era uma excrescência e uma falácia. Posteriormente Hannah Arendet irá sugerir que a visão marxista de mundo, poderia ser interpretada como "(...) *se a sociedade sem classes de Marx representa uma secularização da Era Messiânica*." [33] A crítica a cultura de sua época e a tradição cristã do ocidente, incompatibilizaram Nietzsche com quase toda a produção intelectual do seu tempo, e este procurou abrir seus espaços com golpes precisos nos cernes do pensamento daquele período.

Entre as vítimas da ácida crítica de Nietzsche encontramos a própria história e os historiadores, a quem ele atribui a "qualidade"de eunucos: " *A cultura histórica também é, efetivamente, uma espécie de encanecimento inato, e aqueles que trazem em si seus sinais desde a infância têm de chegar à crença instintiva na velhice da humanidade: à velhice, porém, convém agora uma ocupação senil, ou seja, olhar para trás, fazer as contas, concluir, procurar consolo no que foi por meio de recordações, em suma, cultura histórica*."[34]

E para Abensour, encarnando a perspectiva morrisiana: "*Para conduzir essa exploração, William Morris interpõe a era do repouso, uma grande suspensão do tempo histórico, as férias da humanidade, um entre parênteses de onde poderá emergir uma nova maneira de existir que, de modo poético, reencontra o que anunciava Nietzsche*." [35]

As semelhanças da obra de Morris com as propostas de Nietzsche, entretanto, apresentam limitações. Pois a própria militância política do primeiro, sutilmente impunha-lhe compromissos nunca assumidos pelo segundo. A máxima nietzschiana: "a paixão pela verdade é o ódio pela vida", não era o fio condutor de Morris e nem podia sê-lo... pela própria natureza de seu envolvimento com a questão operária.

Mas mesmo assim as semelhanças entre os dois pensadores, surgem em vários momentos da obra "***News from Nowhere***" e, o que os marxistas interpretam como fragilidade: falta de um projeto pedagógico concreto; aos olhos da filosofia nietzschiana pode aparecer como virtude. "*O abandono da utopia-modelo acarreta um efeito bem antipedagógico uma vez que o modelo contém necessariamente a pedagogia e vice-versa*."[36] O entendimento das possíveis conjunções entre os pensamentos de um determinado período, como vimos, sofre das descontinuidades e do polimorfismo das influências às quais seus respectivos proponentes estiveram expostos. Não estamos aqui apontando um todo coerente nas obras ou atores citados, mas percebemos que a exposição destas idéias possibilitaram, mesmo que subjetivamente, um esgarçamento da linearidade iluminista e introduziram, na virada deste século, uma tradição cisionista que rompeu com a harmonia da visão bipolar de uma luta de classes carente de espírito humano.

A rejeição da racionalidade científica ou mesmo o retorno à simplicidade social podem ser entendidos como uma reação ao "espírito" dominante. E desta razão iluminista nos fala Nietzsche através da história: "*Um homem que quisesse sempre sentir apenas historicamente seria semelhante àquele que se forçasse a abster-se de dormir, ou ao animal que tivesse de*

sobreviver apenas da ruminação e ruminação sempre repetida. Portanto: é possível viver quase sem lembrança, e mesmo viver feliz, como mostra o animal; mais é inteiramente impossível, sem esquecimento, simplesmente viver. Ou, para explicar-me ainda mais simplesmente sobre meu tema: há um grau de insônia, de ruminação, de sentido histórico, no qual o vivente chega a sofrer dano e por fim se arruina, seja ele um homem ou um povo ou uma civilização."[37] O esquecimento para Nietzsche tem valor terapêutico para a sociedade, até pela relativização dos valores e como o próprio filósofo alemão pensava; a história deveria ser arte e não ciência.'

É no sono e na anti-história que encontramos o "novo espírito utópico" identificado por Abensour. E é nele também onde encontramos a força utópica renovada e profundamente iconoclasta. Quando E. P. Thompson, segundo Abensour, resgata a obra literária de Morris; "(...) *para entregá-la à história do socialismo.*"[38] Com todo o seu rigor dialógico, esta obra permite, de forma distinta às suas congêneres utópicas anteriores: "(...) *comunicar por sua vez sua (a das várias interpretações) própria visão de comunismo.*"[39]

A leitura dos utópicos do final do século XIX, longe de serem apenas ensaios de lirismo e poesia, é a constatação de um saber único e sintoma da criatividade do homem a despeito das verdades científicas ditadas pelo cartesianismo.

Ciência como simulacro

A ciência do século XIX, serviu à constituição de escaramuças para várias intervenções e elaborações retóricas no seio do socialismo. A razão foi, em muitos momentos, o antídoto à "simplicidade" das teses utópicas e até mesmo à "simploriedade" de seus formuladores. Como já vimos, a pecha de utópico, a partir de Engels, era desqualificação total de uma proposta com aspirações revolucionárias. Este demérito construído por um saber específico que se queria universal, alijou do panorama político um número significativo de entusiastas e militantes. Quer por sujeição aos pressupostos científicos, ou por esvaziamento de seus ideários. Os revolucionários não-marxistas eram constantemente criticados, ou a eles se referia de forma jocosa e irônica. Para Miguel Abensour: "*Sensíveis (Morris e os anarquistas) à tradição plebéia dos oprimidos, exprimindo-se na longa cadeia das utopias sociais, denunciaram, como Tcherkesoff, em Os Precursores da Internacional (1899), a hegemonia da "ciência" como vontade de hegemonia política dos partidos sociais-democratas.*" E continua : "*Sob a máscara do socialismo científico eles desvelaram a ameaça da revolução externa ao proletariado.*" [40]

A revolução anunciada e vinda do alto, certamente era incompatível com as idéias utópicas de Morris, e o projeto social-democrata que disputava espaço na segunda

internacional valia-se, como se viu, do discurso da eminência científica. "*Mas, à diferença dos sociais-democratas clássicos e de outros marxistas, tão respeitosos da 'ciência' quanto um burguês vitoriano, William Morris optou por uma posição crítica original e extremamente fecunda*."[41] A crítica, a qual se refere Abensour, é dirigida à antiga leitura utópica executada de forma monológica e, de certa forma, segundo este autor, mais limitada que a anunciada por Morris em seus escritos.

A posição de Morris é delicada na medida em que nutrindo-se de muitas idéias de Marx, é obrigado a divergir categoricamente da maioria dos seguidores deste. Para as concepções etapistas de uma grande parte dos marxistas o gradualismo era muito claro e sintoma comprovável de progresso social; a superação da utopia como forma de manifestação revolucionária era, nada mais, nada menos, que a confirmação de um sentido histórico ao qual a humanidade estava atada.

Contra esta visão fatalista não se levantou apenas Morris mas, com muito mais veemência, o fez Nietzsche ao referir-se, mais uma vez, a história: "*A história, na medida em que está a serviço da vida, está a serviço de uma potência a-histórica e por isso nunca, nessa subordinação, poderá e deverá tornar-se ciência pura, como digamos, a matemática. Mas a questão: até que grau a vida precisa em geral do serviço da história, é uma das questões e cuidados mais altos no tocante à saúde de um homem, de um povo, de uma civilização. Pois, no caso de uma certa desmedida de história, a vida desmorona e degenera, e por fim, com essa degeneração, degenera também a própria história*."[42]

A vida para Nietzsche,como já vimos, é a vontade de potência ou de poder, que não permite predestinações de qualquer sentido, e em particular a uma infra-estrutura econômica. Não é tão diferente assim o mundo pensado por Morris e a sua visão de um homem revolucionário e realmente livre. Da mesma forma encontramos nas obras de Carpenter e Wilde, aspirações semelhantes: na preocupação estética e na vocação que o homem têm para o prazer.

Contra as sentenças monolíticas da ciência do século XIX, surgiram as vozes dissonantes que soavam como heresias anacrônicas a uma inexorável realidade. Aos socialistas científicos restava acusar os novos utopistas de símbolos da manifestação da perfídia pequeno-burguesa, e anunciadores de uma heterodoxia cisionista. Diante da caustica crítica produzida pelo novo espírito utópico ao monolitismo e ao pensamento linear, este só podia responder com a elaboração de categorias depreciativas aos grupos desviantes.

O novo espírito utópico de Morris, gravitou em torno da proposta de Marx e foi logo deserdado pelos filhos desta. A linha de pensamento morrisiana, necessitou expor-se ao parricídio para encontrar sua plena liberdade e produzir o signo da sua própria estética; aproximou-se de vários movimentos de sua época, unindo forças com os anarquistas, que por sua vez passavam por um processo semelhante. Morris encarnou a perplexidade e a "vontade de poder" dos homens impenitentes de um período marcado pela fé na razão.

O projeto utópico não configurava-se em panacéia ou cura de uma enfermidade social, como nos mostra a tradição messiânica, embora tangenciasse essa tradição. Ele apontava para a produção de uma ação social, pelo desejo de mudar. Estimulou o resgate de um homem com vocação para a felicidade.

A heterodoxia desta vertente utópica estava, como já vimos, na natureza estética dos questionamentos que a constituíam. E foi justamente isso que a sustentou como elemento força e revelou seu "ato puro"; a capacidade de desejar.

Notas:

[1] Woodcock, George. O Anarquismo. Lisboa, Ed. Meridiano, 1971. p.23
[2] idem. ibidem. p.220
[3] Abensour, Miguel. O Novo Espírito Utópico. São Paulo, UNICAMP, 1990.
[4] Woodcock, George. op. cit. p.240
[5] idem. ibidem. p.460
[6] idem. ibidem. p.460
[7] idem. ibidem. p.461
[8] idem. ibidem. p.462
[9] idem. ibidem. p.273
[10]Abensour, Miguel. op. cit. p.119
[11] idem. ibidem. p.119
[12] idem. ibidem. p.120
[13] Marx, Karl. Engels, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. URSS, Edições Progresso, 1987. p.64
[14] idem. ibidem. p.64
[15] Abensour, Miguel. op. cit. p.20
[16] idem. ibidem. p.121
[17] idem. ibidem. p.128
[18] idem. ibidem. p.129
[19] idem. ibidem. p.129
[20] idem. ibidem. p.120
[21] idem. ibidem. p.120
[22] Baudelaire, Charles. Sobre a Modernidade. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1996. p.25
[23] idem. ibidem. p.26
[24] Woodcock, George. op. cit. p.467
[25] Wilde, Oscar. alma do homem sob o socialismo. Porto Alegre, Ed. LPM, 1983. p.13
[26] Segundo o próprio Baudelaire, o dândi é o homem de posses que leva uma vida ociosa e elege um objetivo último a busca da felicidade.
[27] Carpenter, Eduardo. Prisões, Policia e Castigos. Lisboa, Ed. da Typographia de Francisco Luiz Gonçalves, 1910
[28] idem. ibidem. p.15
[29] idem. ibidem. p.112
[30] idem. ibidem. p.112
[31] idem. ibidem. p.112
[32] Abensour, Miguel. op. cit. p.141
[33] Arendt, Hannah. Entre o Passado e o Futuro. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1988. p.103
[34] Nietzsche, Friedrich Wilhelm. Considerações Extemporâneas. In: Os Pensadores. São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1978. p.66
[35] Abensour, Miguel. op. cit. p.58
[36] idem. ibidem. p.136
[37] Nietzsche, Friedrich Wilhelm. op. cit. p.58
[38] Abensour, Miguel. op. cit. p.134
[39] idem. ibidem. p.135
[40] idem. ibidem. p.12
[41] idem. ibidem. p.126
[42] Nietzsche, Friedrich Wilhelm. op. cit. p.60

Bibliografia:

ABENSOUR, Miguel. O Novo Espírito Utópico. São Paulo, Ed. UNICAMP, 1990.
ARENDT, Hannah. Entre o Passado e o Futuro. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1988.
BAUDELAIRE, Charles. Sobre a Modernidade. São Paulo, Paz e Terra,
1996.
CARPENTER, Eduardo. Prisões, Policia e Castigos. Lisboa, Ed. Da Thypographia de Francisco Luiz Gonçalves, 1910.
MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. URSS, Edições Progresso, 1987.
MORRIS, William. Noticias de ninguna parte. Barcelona, Ed. Hacer. s.d.
NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Considerações Extemporâneas. In: Os Pensadores. São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1978.
WILDE, Oscar. A alma do homem sob o socialismo. Porto Alegre, Ed. LPM, 1983.
WOODCOCK, George. O Anarquismo. Lisboa. Ed. Meridiano, 1971.

A Moderna Heresía

Christian Ferrer

para Osvaldo Bayer

Há ideias políticas que são merecedoras do seu nome, em especial se a sua história foi acumulando impugnações governamentais e conotações pânicas. O anarquismo é uma delas. Extremas e excêntricas, as ideias anarquistas promoveram um pensamento a partir "de fora", uma ideologia refractária aos símbolos políticos do seu tempo. Desde essa matriz anómala, os anarquistas prepararam e difundiram uma série de ideias inesperadas que deram formato ao imaginário anti-hierárquico, inimigo do domínio do homem pelo homem. Não é de surpreender que uma "lenda negra" tenha acompanhado a história do pensamento libertário: utopismo, nihilismo associal, quimera política, fogueiros das violentas caldeiras dos motins, maximalistas intratáveis. As suas rejeições não foram poucas mas, ainda que diversas e pronunciadas de boa ou de má fé, não deixam de ser irrelevantes, pois a qualidade "absoluta" ou "purista" das demandas anarquistas não as transformam necessariamente no fecho de uma pretensão impossível, mas no alimento de um pensamento exigente que nunca favoreceu fáceis transacções políticas ou éticas. Nem o anarquismo alguma vez tiraria benefícios da indiferença pública.

É difícil oferecer ao habitante do fim do séc.XX — o século da aprendizagem da submissão ao imaginário hierárquico, seja sob formas brutais ou sofisticadas — um panorama do que significou a invenção anarquista. Ainda causa espanto que tenha sido possível imaginar-se uma sociedade sem hierarquias e que se tenham criado modos de vida e instituições regidas por costumes e valores libertários, desde o anarco-sindicalismo ao anarco-indivi-

dualismo, o grupo de afinidade e o amor livre, o ensino do anti-autoritarismo nas escolas racionalistas e a difusão de uma mística da liberdade até aos confins mais inóspitos do mundo. Quem releve os actos históricos dos anarquistas, embebidos de uma moral exigente e tenaz, de uma invenção imaginativa de actos de resistência, de um humor paródico anticlerical, de inovações pedagógicas, encontrar-se-á perante uma reserva de saber refractário, produto de um maceramento histórico que está hoje esquecido ou que é desconhecido pelas culturas da esquerda. De facto, a sobrevivência do anarquismo é, por um lado, um quase milagre, dada a magnitude das hostilidades que teve que ultrapassar e das derrotas que teve que encarar, por outro lado a sua perseverança é compreensível: não surgiu, até este momento, antídoto teórico e existencial de melhor qualidade contra a sociedade da dominação.

Durante a Modernidade, o anarquismo difundiu-se ao modo das antigas heresías, como uma urgência espiritual que impulsionou os ideais emancipatórios a irem para lá dos limites simbólicos e materiais permitidos pelas instituições a que se havia outorgado o monopólio da regulação da liberdade. Talvez porque os anarquistas foram os depositários mais fiéis do ideal jacobino, tanto como continuadores do antigo impulso milenarista, poderam transformar o lema *liberdade, igualdade, fraternidade* no trípode de uma mística desmesurada. Até nisto o anarquismo continua uma linhagem dissidente: foi no séc. XIX a reencarnação do espaço da insolência política que em séculos anteriores ocuparam as rebeliões camponesas centroeuropeias, as seitas radicais inglesas ou os “sans-culottes”. Nos acontecimentos animados pelo movimento anarquista encarnaram-se as energias utópicas que permitiram fazer circular o anúncio de uma sociedade antípoda, mesmo quando os pais fundadores da *ideia* não tenham deixado em oferta contornos excessivamente planificados desse futuro.

No séc. XIX três doutrinas, liberalismo, marxismo e anarquismo, constituiram-se os vértices do tenso triângulo das filosofias políticas emancipatórias. O séc. XX alimentou-se das suas máximas, esperanças e sistemas teóricos tanto quanto as pôs à prova e as esgotou. Ainda que a partir de diferentes cunhagens, tanto Stuart Mill como Marx e Bakunine estavam atravessados pela paixão por excelência do séc. XIX: a paixão da liberdade. Há, entre as três ideias, canais subterrâneos que as ligam ao mesmo leito ilustrado do rio moderno. Mas também abismos separam as ideias libertárias do marxismo, começando pela ênfase colocada pelos anarquistas na correlação moral entre meios e fins, continuando pelo seu cepticismo quanto ao papel a ser desempenhado pelo “partido de vanguarda” e pelo Estado nos processos revolucionários e culminando na firme confiança dos anarquistas na autonomia individual e nos critérios pessoais — sem excluir afectos nem apetites — na hora de tomar decisões. Do liberalismo, nunca os anarquistas poderam aceitar a assunção de que a liberdade política e a justiça económica pudessem ser pólos irreconciliáveis. Os anarquistas preferiram não optar entre um ou outro desiderato moral, e deixaram que o impulso informador e fundador das suas ideias, *a liberdade absoluta,* resolvesse essa tensão no interior de um horizonte mental e organizacional mais amplo.

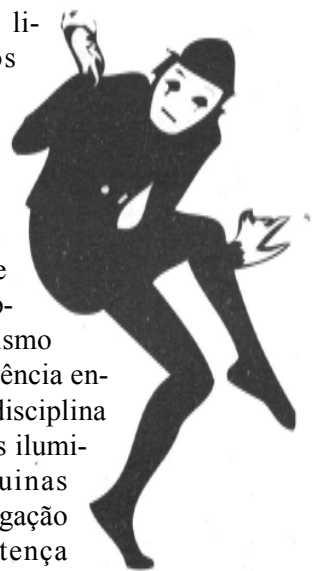
Para Bakunine (talvez a figura emblemática da história do anarquismo) a liberdade era um “mito”, no sentido em que para Georges Sorel o era a greve geral: uma marca simbólica capaz de contrastar com as crenças estatistas e religiosas, mas também um “ambiente” fecundo, o oxigénio espiritual de espaços ilimitados e inéditos para a acção humana. Bakunine —

e uma longa lista de militantes anarquistas depois dele — insistiu no carácter abjecto de aceitar que um ente superior nos dera forma, e em que só a rebelião poderia higienizar o corpo social. Na recusa das palavras autorizadas e das liturgias institucionais do ocidente os anarquistas inscreviam a possibilidade de implantar as sementes de uma nova sociedade, criando uma rede de contra-sociedades, ao mesmo tempo *dentro* e *fora* da condição oprimida da humanidade. Daí que o anarquismo não consista apenas num modo de pensar a dominação mas fundamentalmente num *meio de viver* contra a dominação. Na sua vontade de "dar a volta" ao imaginário hierárquico, o anarquismo postulou os fundamentos tanto de uma ciência como de uma experiência da liberdade: a ciência da desobediência como caminho de autoconsciencialização e a experiência de viver quotidianamente como "espíritos livres", pois a história é, para o anarquista, o "campo de provas" da liberdade.

Por ter feito da liberdade um mito e por ter procurado liberdades irrestrictas, o anarquismo pode realizar uma autópsia política da Modernidade. Assim como Marx revelou o segredo da exploração económica, Bakunine "descobriu" o segredo da dominação: o poder hierárquico como constante histórica e garantia de toda a forma de iniquidade. A intuição teórica dos pais fundadores do anarquismo colocou a questão do poder em primeiro plano: insistiram em como as desigualdades do poder são prévias às diferenciações económicas. É, por isso, no domínio do político (e não só nas actividades realizadas nos processos industriais) onde se pode encontrar a chave para a compreensão da oposição entre opressores e subjugados. O seu moderno colofón, o Estado liberal ou autocrático, constituia-se

como garante da hierarquização. Hoje talvez fosse necessário identificar essa garantia, igualmente, noutras instituições. Mas para os anarquistas é indiferente se um território é governado com punhos de ferro ou com suaves palavras, pois a zona opaca que combateram é a vontade de submissão ao poder estatal — um princípio de soberania antes de ser um "aparelho". Todas as invenções culturais e políticas de índole libertária confluem numa estratégia horizontal de contrapoder, negação da representação parlamentar que reduz as artes linguísticas e vitais de uma comunidade a um jogo de berliques e berloques em que coincidem maiorias e minorias. Para Bakunine, as modalidades da dominação iam-se adaptando às grandes mudanças históricas, mas as significações imaginárias associadas à hierarquia persistiam, sem excluir as democracias, e estas mesmas significações constituiam-se em interdito, em condição de impossibilidade para pensar o segredo do domínio. Ao longo do séc. XX, já entrou no espaço público a questão da "dignidade" económica e foi possível "tematizar-se" a opressão de "género": tudo isto adquiriu já uma espécie de carta de cidadania enquanto problema teórico, político, de tertúlia, académico ou jornalístico. Mas a questão da hierarquia, essa, continua a ser um tabú.

A ideia de uma camaradagem humana sem Estado nem hierarquias é um tabú político da Modernidade — e da história — (tabú combatido, no entanto, não apenas em certos momentos históricos emblemáticos mas também em práticas quotidianas que podem passar despercebidas aos antropólogos da política, obsecados com as condições de governamentalidade de um território ou pela legitimidade da forma-estado ou pela fiscalização dos seus actos). A possibilidade de abolir o poder hierárquico é o impensável, o inimaginável da política, impossibilidade assegurada pelas técnicas hierárquicas que regulam os mínimos actos humanos, que pressionam sobre as necessidades quotidianas, que fomentam o desejo de submissão e que até chegam a enraízar-se no insconsciente dos indivíduos. Para Hobbes ou para Maquiavel não é possível existir unidade entre um povo e o seu governo se não houver submissão — voluntária ou involuntária, legítima ou ilegítima — e não há submissão sem terror. Fundar uma política sobre a camaradagem comunitária e não sobre o medo foi a resposta anarquista à descarnada visão daqueles pensadores políticos, e para tal era preciso anular ou debilitar as instituições auto-reprodutoras da hierarquia, afim de garantir que a metamorfose social não viesse, afinal, a ser dirigida pelo próprio Estado. Esta pretensão não pode senão ser considerada como uma anomalia arriscada pelos bem pensantes e como um perigo pelas polícias.

O "génio" do anarquismo consistiu na promoção não só de um ideal de redenção humana no futuro mas também na promoção de novas instituições e de novos modos de viver no interior da sociedade impugnada, ao mesmo tempo que se tentava a sua superação (sindicatos, grupos de afinidade, escolas livres, novos instrumentos pedagógicos, modos de auto-organização comunitária e modos autogestionários de produção). Daí a obsessão do anarquismo por garantir a coerência entre fins e meios; a disciplina partidária, as elites iluminadas e as máquinas eleitorais são a negação do grupo de pertença

composto por espíritos afins, das capacidades organizativas da comunidade e dos atributos pessoais. O marxismo ainda não aprendeu como sair das suas velhas certezas autoritárias, nem conseguiu retirar qualquer ensinamento libertário dos setenta anos de desastre soviético. No caso do liberalismo, as expectativas dos seus promotores estão fixadas na possibilidade de fazer imperar a lei nas instituições políticas, mas a possibilidade de eleger o seu amo em comícios não melhora o sistema de dominação, assim como a fiscalização dos actos do governo não é mais que uma tarefa defensiva que, por outro lado, contribui para reforçar o imaginário hierárquico das sociedades. O problema da "legitimidade" do governo, tão importante para os filósofos políticos liberais, é para um pensamento contra-institucional como o anarquismo um problema mal colocado. Bakunine afirmava no séc. XIX que os parlamentos democráticos eram "sociedades declamatórias", e falava então de homens que levavam a sério a "arte de bem governar" e do "bem comum" e não das mafias políticas da actualidade, acorrentadas a alianças de poder de que são inextripáveis. A preocupação pela institucionalização de formas democráticas e pela legitimidade dos governos eleitos esquece a substância secreta da Razão de Estado.

A ampliação do conceito de cidadania e a sua institucionalização nos moldes da representação política foi o caminho emancipatório que se seguiu, contrário ao escolhido pelos anarquistas. Se as tumultuosas virtudes das multidões do séc. XIX encontraram nas ideias libertárias uma espécie de confirmação política é porque elas se adequavam ductilmente às paixões desencadeadas do povo. Mas a energia obscura do lumpen-proletariado ou das sedições populares nunca gozou de estima entre aqueles que entendem que o funcionamento automático das sociedades é pré-condição e chave de segurança na hora de permitir a discussão pública das liberdades. Como os anarquistas sempre foram forasteiros da política, sabem que a jurisprudência do perseguido não é a mesma do perseguidor. A política e a ética anarquistas confiaram nas artes comunitárias, alheias ao processo de institucionalização dos poderes modernos, e na "garra" pessoal que otorgou à força e à insistência da sua recusa um estilo e uma atitude singulares. Foram também a causa de o anarquismo ter gerado uma *desordem fértil* e uma *imaginação política impugnadora*, distantes das outras tradições políticas. Por isso é inevitável que nos momentos febris da história se vislumbre a presença de anarquistas: tanto nos pronunciamentos dissidentes como nos assomos espontâneos. Em boa medida, os anarquistas foram sempre *aves de tempestade*, e talvez o nome de Buenaventura Durruti seja, no séc. XX, o correspondente a Mikail Bakunine.

Nas práticas históricas do movimento libertário não se encontrará tanto uma teoria acabada da revolução como uma vontade de revolucionar cultural e politicamente a sociedade. De facto, dificilmente poderia acontecer o que no séc. XIX se entendia por "revolução", se previamente não tivessem germinado modos de vida distintos. Na "educação da vontade" que tanto preocupava os teóricos anarquistas, residia a possibilidade de acabar com o *antigo regime espiritual e psicológico*, para o qual o Estado moderno tinha reconstituido uma nova correia de transmissão. Nisto reside a grandeza do pensamento libertário, incluindo a sua variante anarco-individualista, que é menos uma vontade antiorganizativa do que uma procura existencial, uma pulsão anticonformista. A "confiança antropológica" na promessa humana (impulso típico do séc. XVIII) foi o centro de gravidade a partir do qual o anarquismo desenvolveu

anarquistas tenha favorecido a sua sobrevivência: quando alguma das suas variantes decaía ou se mostrava ineficaz, outra a substituía. Do anarco-individualismo ao sindicalismo revolucionário, das experiências comunitárias às rebeliões juvenis, da difusão das ideias em pequenos grupos à experiência auto-gestionária da revolução espanhola, os anarquistas têm-se centrado sobre uma ou outra faceta da sua história. Além do mais, os anarquistas sabem que o seu ideal constitue uma árdua aspiração, porque as suas exigências teóricas e programáticas o colocam "fora" dos discursos socialmente aceites, tanto como as suas práticas são incompatíveis com a dominação, qualquer que seja a sua forma. Mas se as ideias anarquistas ainda pertencem ao domínio da actualidade é porque sustentam e transmitem *saberes impensáveis* por outras tradições teóricas que se pretendem emancipatórias. No refúgio desse saber antípoda reside a sua dignidade e o seu futuro.

uma filosofia política vital, que intuía que a liberdade não era uma abstracção nem uma remota possibilidade futura mas um sedimento activo das relações sociais, que são distorcidas ou contrariadas pela opressão. Sem dúvida, os anarquistas são herdeiros da demonstração e justamente por isto é que a sua confiança numa educação racionalista e cientifista não os transformou em meros positivistas. Bakunine ou Kropotkine criam que as origens dos males sociais não se encontravam na maldade humana — uma afirmação conservadora — mas na *ignorância*, a qual podia ser ultrapassada, em parte, pelo desmascarador por excelência do século XIX: a ciência.

Contra o que muitos supõem, a começar pelo marxismo, o pensamento anarquista é muito complexo e não é simples articulá-lo num decálogo. Nunca existiu um dogma selado num livro sagrado, o que permitiu liberdade teórica e táctica aos seus militantes. Tampouco o anarquismo se preocupou em construir um sistema de ideias fechadas ou uma teoria sistemática acerca da sociedade. Talvez, mesmo, a própria diversidade das ideias e das práticas

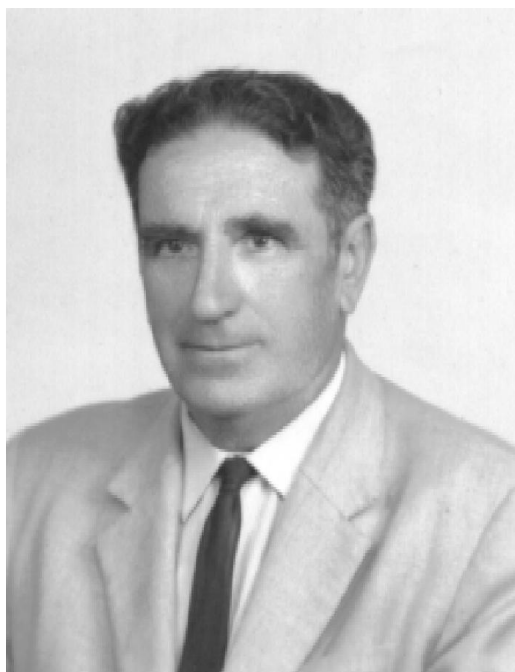
Tradução de Carlos Terra, a partir da versão publicada no Boletin de la Fundació d'Estudis Llibertaris i Anarco-sindicalistes, nº3, Outono 1998

Correspondência em selos
telepáticos
enquanto vacas pastam
em campos de ondas
inter-activas
o sexo escorre
em fios telefónicos: allô amiga.

Pessoas-computadores
penduradas nas argolinhas
dos transportes públicos
são seis e quarenta e cinco da manhã
AO TRABALHO!

José Tavares

Entrevista a Acácio Tomás de Aquino

J. M. Carvalho Ferreira e Torcato Sepúlveda

Fotografia de Acácio Tomás de Aquino

Como homem e como militante do ideal acrata, Acácio Tomás de Aquino foi um expoente que importa sobremaneira referir, quer no âmbito dos últimos momentos da resistência e da luta sindical movida pela CGT (Confederaçâo Geral do Trabalho) contra a instauração do fascismo em Portugal, quer, ainda, na dinamização do jornal *A Batalha*, após a ocorrência do 25 de Abril de 1974. No ano de 1987, aproveitando o contexto do centenário do anarquismo organizado em Portugal, J. M. Carvalho Ferreira e Torcato Sepúlveda realizaram uma entrevista a Acácio Tomás de Aquino, que aproveitamos para reproduzir na íntegra.

CF/TS: Entre um conjunto de factores - familiares, vida associativa, sindical, jornais de propaganda anarquista – qual deles teve maior importância na tua vinda para o movimento sindical de tipo anarco-sindicalista, ou para as ideias especificamente anarquistas?
ATA: O meu pai e a minha mãe eram sócios da Voz do Operário, onde havia uma secção que era a Carteira do Operário. Através dela aprendi algumas cantigas, versos e, de um modo geral, lia com muita atenção tudo o que vinha na Voz do Operário: é claro que se tratava, na maior parte dos casos, de artigos revolucionários. Mais tarde, em Alcantâra, comprei o jornal *A Greve*, onde aprendi uma cantiga de que eu ainda sei de cor a quadra

> *"Num espaço incomensurável*
> *gravitam muitos planetas*
> *somos estrelas e cometas*
> *no espaço incomensurável…."*

CF/TS: Ainda que tenha sido no contexto da Voz do Operário e depois no jornal *A*

***Greve* que, aos quinze anos, mais ou menos, te despertaram para os princípios e práricas do anarquismo, que fizeste tu depois? Foste para a juventude sindicalista ou foste para algum movimento associativo?**

ATA: Bom, eu trabalhava num grupo desportivo e costumava comprar todos os folhetos que eram lançados pela *Batalha*. Consegui fazer uma biblioteca. Mas um dia um rapaz foi lá para tratar de um assunto de desporto e viu a minha biblioteca. Ele ficou entusiasmado e foi ele que me levou para a juventude sindicalista, que tinha a sua sede em Belém. Eu fui logo para secretário da secção da construção civil, isto porque sabia mais do que alguns lá. Eu já tinha a quarta classe. Passado pouco tempo de lá estar, planeámos uma greve dos corticeiros.

CF/TS: Lembras-te em que data é que isso foi?

ATA: Em 1922. Mas havia dois amarelos e então fomos lá pôr dois petardos.

CF/TS: Lembras-te da cisão que houve na CGT com a formação da Federação Maximalista, movimento que foi protagonizado pelo Carlos Rates? Lembras-te se houve muitos anarco-sindicalistas que deixaram de o ser e aderiram à Federação Maximalista, que depois deu origem ao Partido Comunista em 1921?

ATA: Depois da revolução de 1917 sei que, por causa da propaganda, houve muitos militantes que aderiram a esse movimento. Não vou citar nomes.

CF/TS: Não cita nomes mas essa gente já está toda morta.

ATA: Exactamente. Muitos foram atrás daquele ambiente.

CF/TS: Mas lembras-te de que houve muita gente que se separou das ideias anarquistas e depois veio a formar o Sindicato dos Arsenalistas e um outro, porque foram dois os sindicatos que aderiram à Internacional Sindical Vermelha?

ATA: Havia os arsenalistas da Marinha e os arsenalistas do Exército.

CF/TS: E como foi a atitude ad CGT relativamente à ditadura do Sidónio Pais e do Pimenta de Castro?

ATA: Sei que houve muita gente que ficou satisfeita com o facto de ele ter parado o envio de tropas para a 1ª Guerra Mundial.

CF/TS: Então havia militantes ad CGT que tinham uma relativa simpatia pelo Sidónio Pais?

ATA: Sim, mas depois ele começou a prender militantes ao acaso e a mandá-los para Angola. Mas ele também tinha a fama de criar a sopa dos pobres.

CF/TS: Pois, essas sopas que há para aí foram abertas pelo Sidónio País, ainda aí estão!!

ATA: Sim, mas também deportava muita gente e a simpatia que mereceu de início foi acabando. Houve até um rapaz amigo meu que teve que ir para Luanda, para uma prisão que havia lá.

ACT: A Fortaleza de Luanda?

ATA: Sim.

CF/TS: A 1ª República desmotivou e, em certa medida, os operários estavam contra ela. Mas não houve um certo conformismo face às hipóteses de golpe de estado concretizado em Maio de 1926. Não achas que a CGT ficou um bocado parada no "deixa-andar"? O Gomes da Costa veio por aí fora, foi como cortar manteiga.

Não notas que houve uma certa desmobilização face aos golpes que se passaram em 1925 e 1926?

ATA: A CGT ofereceu 20 camaradas para resistir ao Gomes da Costa.

CF/TS: A CGT pegou em 20 camaradas para resistir à vinda do Gomes da Costa?

ATA: Exactamente. Era o Mendes Cabeçadas que devia liderar a resistência.

CF/TS: Tudo bem em relação ao 28 de Maio, mas há ainda uma coisa que gostaríamos de saber. Como é que essa luta se traduziu em número de mortos.?

ACT: Houve então a morte de um jovem, acho que se chamava José Júlio da Costa.

CF/TS: **Ele estava ligado às Juventudes Sindicalistas?**

ATA: Acho que não. Ele era maçon.

CF/TS: Então houve uma relação entre a CGT e os militares, para evitar a chegada dos outros militares que participaram no golpe militar em Lisboa. Mas quando a ditadura salazarista já começa a ganhar corpo, qual foi o papel da CGT e o teu, nomeadamente, no movimento de 7 de Fevereiro de 1927?

ATA: Isso aconteceu também com os operários italianos quando o Mussolini chegou ao poder.

CF/TS: Mas, voltando ao 7 de Fevereiro: aí já estava a ditadura instalada. Qual é a posição quea CGT toma?

ATA: O 7 de Fevereiro foi uma tentativa de deitar o Salazar abaixo. Então nós tomámos conta da sede da CGT na Calçada do Combro e fomos direitos ao Rato. Fizemos uma armadilha a um tanque do Exército. Eles saíram de lá de dentro e a malta deitou-os abaixo.

A malta fazia as coisas bem feitas naquele tempo. Houve um camarada que foi atingido e ele marcou a mão cheia de sangue numa parede. Isto, autêntico!!.

CF/TS: Entre esse período de 1927, que foi mais uma tentativa insurrecional frustrada, e o 18 de Janeiro de 1934, lembras-te como é que a CGT tentou reorganizar-se, ou dentro da CGT emergiram posições no sentido da aliança com os comunistas, com os socialistas e com os democratas para derrubar o fascismo que, entretanto, tinha sido implantado?

ATA: Quando o Salazar ordenou, a polícia chegou e desmantelou todo o equipamento do jornal *A Batalha*. Mandaram deitar tudo abaixo. Então *A Batalha* ficou suspensa. Todavia, os sindicatos continuaram a sua acção clandestinamente. Todas as assembleias que os sindicatos faziam tinham a assistência da polícia para ouvir aquilo que a gente dizia. Quando a polícia achava que a conversa não servia, mandava encerrar a sessão. Mesmo durante a ditadura de Salazar os sindicatos tinham vida, embora a CGT funcionasse clandestinamente. Nessa altura, fui nomeado para membro da CGT como representante da federação dos rurais. Para além de mim, participava o José de Sousa. Mas este, por causa da sua actividade, teve de fugir para Espanha

e fiquei sozinho como representante dos rurais. O Salazar fez então, nessa altura, uma portaria para que os sindicatos fizessem parte do sistema corporativo. Já nessa altura era também secretário-geral da Federação da Construção Civil. Nós consultámos todos os sindicatos e resolvemos não aceitar essa portaria.

CF/TS: Falas dessa tentativa revolucionária de fascização dos sindicatos em que a CGT tenta num golpe fatal derrubar o regime. Mas, para esse efeito, segundo nos parece, teve de se aliar com os comunistas e socialistas.

ATA: Bem, não é bem assim. Como sabem, eu estava integrado na Confederação Geral do Trabalho. Fazia parte do Comité de Acção. Foi então que tomámos conta da esquadra e assaltámos alguns quartéis e esperávamos que alguns políticos que tinham uma certa força nos ajudassem…

Fui convidado, mais o Mário Castelhano, para ter uma conversa com um sargento da Armada, para também nos ajudar no Movimento do 18 de Janeiro, no Jardim de Santo Amaro. Segundo ele, tinham muito material, mas a ideia era ser ele a comandar o movimento. Como a CGT já tinha tudo organizado, é claro que não aceitámos, porque tínhamos tudo programado para a nossa greve geral e não íamos deixernos subjugar por esse sargento. A única coisa que pedíamos era que ele nos pudesse ajudar, mas ir sob comando desse sargento, não. Aí eu fiz várias *démarches* junto de pessoas que tinham oferecido vário material para a CGT e verifiquei que essas bombas tinham pertencido ao Sarmento de Beires. Ao tratar desse assunto, verifiquei que tinha caído numa ratoeira. As bombas tinham desaparecido e então ofereceram-me uma dessas bombas que os pescadores usam para afugentar os peixes. Quando ele me deu essa bomba de papelão, no dia seguinte a casa dele foi assaltada…. Foi aí que eu fui preso.

CF/TS: Tu eras um membro influente na organização desse movimento. Mas essa organização, na fase da insurreição de 18 de Janeiro, na greve geral, não era só patrocinada pela CGT. Polícias também estavam lá dentro, e havia os tais políticos. Das figuras proeminentes da CGT, lembras-te das que tiveram maior influência, excluindo a tua pessoa?

ATA: O Mário Castelha e o Rijo.

Fotografia de Luísa Adão

CF/TS: Como era a vida associativa-operária nessa altura? As pessoas iam muito para a taberna, para a Igreja ou, pelo contrário, tinham uma vida cultural intensa através da criação e frequência de bibliotecas, universidades ou associações recreativas e

Acácio Tomás de Aquino nasceu a 9 de Novembro de 1899, na freguesia de Alcântara, em Lisboa. Filho de uma família operária, após ter feito a quarta classe, cedo ingressou no mundo do trabalho, exercendo a profissão de pedreiro durante vários anos na Carris.

O seu sentido de justiça e de liberdade encaminhou-o para a luta contra a opressão e a exploração capitalista, razão pela qual, na década de 20, se tenha tornado um militante activo do ideal acrata na Juventudes Sindicalistas e na CGT.

Com a fascização dos sindicatos, passou a assumir um papel relevante na organização da greve geral do 18 de Janeiro de 1934.Tendo sido descoberto pela polícia, foi preso a 11 de Dezembro de 1933. Durante 1 ano esteve preso no presídio da Trafaria. Desde 1934 a 1937 esteve preso em Angra do Heroísmo, e daí em diante permaneceu no campo de concentração do Tarrafal até Setembro de 1949.

Regressado a Lisboa, por conta própria, volta a exercer a profissão de pedreiro. Embora tivesse vivido as adversidades do regime fascista de Salazar, isso não o impediu de continuar a lutar contra as expressões negativas da ditadura.

Após a ocorrência do 25 de Abril de 1974, conjuntamente com um grupo de companheiros que conhecia há longa data, colaborou activamente na estruturação do Centro de Estudos Libertários e no reaparecimento do jornal *A Batalha.* Em ambos os casos, foi um lutador incansável do desenvolvimento das ideias e práticas libertárias na região portuguesa. A partir do momento em que se verificou a impossibilidade histórica da emergência de um anarco-sindicalismo actuante no meio operário português, passou o resto da sua vida a apoiar esse projecto.

Como grande testemunho histórico, da sua vida e obra, existe um documento que importa sobremaneira ler: *O Segredo das Prisões Atlânticas*, Lisboa, Regra do Jogo, 1982.

No fim, velho e cansado, sem as faculdades físicas, mentais e psíquicas que tinham norteado a vida de um homem bom, fraterno e solidário, deixou este mundo em 30 de Novembro de 1998, sem poder ver e viver aquilo que sempre desejou: uma terra sem deuses e sem amos.

Tal como Acácio Tomás de Aquino, Luísa do Carmo Franco Elias Adão que morreu, recentemente, em 8 de Fevereiro de 1999, foi uma companheira que esteve sempre intimamente ligada às ideias e práticas da acracia. Filha de Francisco Rodrigues Franco e sobrinha de José Rodrigues Franco, nasceu a 19 de Junho de 1914. Com o seu pai e o seu tio aprendeu e sofreu as vicissitudes da luta contra a opressão e a exploração do homem pelo homem. Antes do advento histórico do fascismo salazarista em Portugal, não foi por acaso que o movimento libertário teve uma grande expressão no distrito de Setúbal nas primeiras da século. Neste aspecto, sublinhe-se o papel do militante anarco-sindicalista Francisco Rodrigues Franco na Associação dos Marítimos de Setúbal e na Cooperativa de Pesca de Setúbal. José Rodrigues Franco era membro do grupo "Porvir" e como militante anarco-individualista foi um lutador incansável contra a Primeira Guerra Mundial de 1914-18.

Devido a este ambiente familiar, Luísa Carmo Franco Elias Adão tornou-se militante das Juventudes Sindicalistas aos 16 anos. Durante a ditadura exerceu a profissão de enfermeira e, como era normal nessa altura, tentou resistir e lutar no sentido do ideal que abraçou. Após o 25 de Abril de 1974 ajudou na reconstrução do jornal *A Batalha* e tornou-se militante activa do Centro de Estudos Libertários.

culturais? Segundo parece, foste jogador de futebol, jogando a médio-direito. Podes falar desse teu percurso?

ATA: Eu tinha espírito associativo e fiz parte de uma equipa de futebol, que era a de Santo Amaro. Mesmo dentro dos clubes de que fiz parte, eu fazia propaganda associativa. Fiz parte do Belenenses, que foi fundado em 1919.

CF/TS: A Juventude Sindicalista chegou a desempenhar um papel importante na história da CGT.Todavia, também existia a Legião Vermelha … O que era a Legião Vermelha?

ATA: A Legião Vermelha estava em oposição à Juventude Sindicalista. Esta como tinha uma acção muito importante e porque eles não queriam ficar atrás, criaram a Legião Vermelha. Estavam ligados à Internacional Sindical Vermelha. Era uma tentativa de ter uma juventude comunista. Mas a juventude Sindicalista teve uma influência muito grande. Uma das coisas de que se acusa os anarquistas em Portugal e, aliás, no mundo inteiro, é que tiveram sempre uma actividade muito importante a nível de sindicatos, mas nunca tiveram uma organização específica capaz e tipicamente anarquista. A parte da FARP (Federação Anarquista da Região Portuguesa), não houve, indiscutivelmente, mais nada. Aquilo que nós podíamos dizer resumia-se ao seguinte: partido comunista é o partido comunista, isto aqui é o seu sindicato; tem uma organização dentro da fábrica, mas é uma organização com carácter específico. O facto de existir esta dicotomia obrigou a que os anarquistas menosprezassem o factor específico e o factor organizativo. Quer dizer, o aparecimento da FARP, em 1926, é uma tentativa para se organizar algo de mais específico e não se ficar só no sindicalismo ou no anarco-sindicalismo…

O Segredo das Prisões Atlânticas, Acácio Tomás de Aquino, A REGRA DO JOGO Edições

CF/TS: Tu estiveste envolvido na criação da FARP?

ACT: Sim, houve até uma reunião em Alcoentre em que o Quintal foi o principal protagonista.

CF/TS: Mas tu sempre estiveste mais ligado ao anarco-sindicalismo ou ao sindicalismo do que à actividade especificamente anarquista!

ATA: Claro! Eu sempre intervim mais no campo sindical…

CF/TS: Através do livro que escreveste sobre o Tarrafal ficamos a conhecer muito sobre o que se passava nesses campo de concentração. Como é que era a solidariedade entre os diversos presos anarquistas? Alguns anarquistas, nesse momento, foram extremamente importantes e morreram lá, como por exemplo o Januário e o Mário

Castelhano. Como eram as vossas relações com os comunistas? Qual foi a sua posição em relação ao pacto germano-soviético? E a história da construção de uma estátua ao Carmona?

ATA: Bem, isso está escrito num livro que eu editei e não vale a pena falar nisso…

CF/TS: O movimento anarquista, quer específica, quer inclusivamente anarco-sindicalista, sofre diversos reveses: é a Batalha, é a fascização do sindicato, é o fracasso do 18 de Janeiro, é o fracasso do atentado a Salazar e, inclusivamente, a maior parte dos militantes são presos, vão para o Tarrafal, para o Aljube, enfim, para Timor e por aí fora... E alguns deles morrem. Quando tu vens do Tarrafal para Portugal, em 1950, estás desligado de tudo.

O que pensas tu fazer, quando chegas a Portugal? Para além de reencontrares a tua família e de teres de trabalhar para sobreviver, tiveste possibilidade de te reorganizares com os companheiros que estavam vivos e, ainda, queriam lutar pelas ideias? Quais foram as tuas relações com as pessoas vivas e ainda com o Comité Confederal?

ATA: Quando fui libertado e cheguei ao Continente não vim só: fomos muitos libertados – eu, o Custódio da Costa, o António Gama Pinto …

Quando cheguei e o barco atracou, a PIDE disse-me logo: “o senhor amanhã tem de se apresentar na sede da PIDE”. Na PIDE disseram-me que estava em liberdade condicional e que todos os meses tinha de lá ir apresentar-me. Disseram-me ainda para ter cautela e não lidar com pessoas subversivas e ainda que tomasse cuidado durante os três anos de liberdade condicional, porque me podiam pôr uma casca de laranja debaixo dos pés. Essa casca apareceu mais tarde. É claro que eu convivia muito com os companheiros e até se deu esta coincidência: houve a preparação de uma revolução ali na Sé, por volta de 1951/52.

Eu só apareci na Sé e aparece lá um camarada que me diz que é melhor ir embora. Eram para aí 2 da manhã. E então eu meti-me num taxi mais dois outros camaradas… Eu tinha aí 50 anos.

CF/TS: E depois desses três anos de liberdade condicional, tu tiveste algumas relações com o Comité Confederal? Com o Marques da Costa, o Carlos Cruz, Vivaldo Fagundes, Alberto Silva, Adriano Botelho, Correia Pires, etc…E as tuas relações com o Emídio Santana que ainda estava preso;em Coimbra?

ATA: Eu estava em contacto com eles: tudo o que havia eles contavam-me. Parece que já existia o Comité Confederal e que o Fagundes fazia parte desse Comité. Mas houve uma desunião…

CF/TS: Tu tiveste alguma actividade a nível de a Batalha quando ela apareceu clandestinamente?

ACT: Tinha, até porque eu vendia muitas Batalhas.

CF/TS: Tiveste alguma participação no Movimento Cooperativista liderado pelo António Sérgio, em que, como sabes, também participou o Emídio Santana e o Moisés da Silva Ramos?

ATA: Sim, também participei.

CF/TS: Entretanto, chega o 25 de Abril de 1974. Qual foi o significado desse acontecimento para ti?

ATA: Eu ia para o meu serviço e via muita gente na rua, mas não percebia o que é que se passava.

Já tinha 72 anos. Mas esse movimento deu-se por causa do sofrimento que nos impuseram durante a ditadura. Esse movimento deu-se porque alguns oficiais já tinham sido vítimas, e até as suas famílias.

CF/TS: A partir daí, como é que tu tentaste

desenvolver a tua acção no movimento anarquista mais específico e no campo do anarco-sindicalismo?
ATA: Quando surgiu de novo a Batalha, eu fui um dos cooperadores. Às vezes levava os jornais ao correio que iam para Portrugal e o estrangeiro, fazia a distribuição pelas bancas da região de Lisboa, e, ainda, hoje, o o faço, mas já estou muito velho.
CF/TS: Agora uma última pergunta: Depois de tudo por que lutaste, de tudo o que viveste, valeu a pena lutar pelo que lutaste depois de saberes o que existe hoje?
ATA: Eu tenho orgulho em ter lutado contra o regime salazarista, tenho orgulho em ser anarco-sindicalista, tenho orgulho em ter passado pelo Tarrafal. Entre todos os que passaram pela PIDE eu fui um dos mais sacrificados.
CF/TS: Que significa isso de "sacrificados"?
ATA: Pois eu fui dos mais sacrificados lá na PIDE. Eu já não sabia quando era noite ou quando era dia. Um dia em que eu jazia há já muitos dias numa poça de sangue mandaram vir um copo de leite e um bolo. Mas eu não conseguia engolir. Então eles riram-se dizendo que eu estava a fazer greve de fome e um deles pôs-se em cima da poça de sangue para que o indíviduo que trazia o bolo não ver. Nessa altura eu trazia comigo uma circular num porta-moedas altamente comprometedora. É claro que eu tinha mentido e se eles descobrissem essa circular. É claro que eles descobriam que eu tinha mentido.
CF/TS: Quais os pides que te maltrataram e investigaram ? Foi o Gouveia?
ATA: Fui investigado pelo Lino, pelo Seixas, pelo Gouveia, esse malandro…
CF/TS: Repara agora no seguinte: depois de tudo o que lutaste, isto chegar ao que chegou, as revoluções foram abortadas, a maior parte de tudo o que foi planeado falhou, a exploração e a opressão continuam, que futuro vês para as ideias por que lutaste? Achas que ainda existe alguma hipótese de movimentos sindicais revolucionários?
ATA: O anarquismo só sendo implantado em todo o mundo pelos trabalhadores é que tem vantagem. Agora num país como o nosso, com meia dúzia de anarquistas… Eu penso que o anarquismo, só quando os trabalhadores de todo o mundo forem capazes de fazer uma revolução social terá o seu período de ouro. Agora já não há trabalhadores… porque os capitalistas agora já dão bons ordenados. Agora já não há proletários… agora todos ganham bem para que é que hão-de fazer a revolução…. vivem desafogados… ganham a vida….
CF/TS: Ganham a vida mas são escravos na mesma.
ATA: Pois são. Mas é o próprio capitalismo que está a ir de encontro áquilo que a gente pretende…
Mas os capitalistas não estão a fazer a revolução, nem nunca a farão. Eles não vão ao encontro dos trabalhadores: eles estão a lutar pela sua supremacia e pela sua continuidade. Eles dão mais uma esmolinha ao operário que trabalha para eles.
CF/TS: Mas é isso que está a acontecer…
ATA: Os capitalistas nunca trabalham para o socialismo. Eles estão a trabalhar desorganizadamente e as contradições geradas entre eles, dentro do sistema capitalista, é que vai conduzir exactamente a isso. Até o próprio Papa anda a fazer propaganda pelo mundo para uma vida melhor.
CF/TS: Mas esse é um vigarista do mais alto grau, é o grande instigador da religião que é o ópio do povo?
ATA: Pois é, mas anda por todo o lado a defender os interesses dos trabalhadores. Anda no fundo, por todo o lado, a aconselhar os trabalhadores a andarem eternamente de joelhos.

PELO TRABALHO NOS PERDEMOS

José Luís Felix

"O que é preciso é trabalhar". "O trabalho dignifica". Estes e outros *slogans* seme lhantes fazem parte, tradicionalmente, da catequização de todo o "honrado trabalhador", sobre cujo dorso se ergue a fortuna e o poder dos pequenos e grandes déspotas de toda a espécie. Enquanto os patrões extraiem os lucros e muitos outros benefícios, que não são nada de desdenhar, como sejam, o suborno, o poder, o estatuto, as influências, o lazer…, tudo decorre "normalmente". Os patrões, os directores, toda a hierarquia, procuram estimular o pessoal, as sanções e os apelos não faltam. São os prémios de produtividade, de assiduidade, de "bom comportamento", ou são as punições na sua ausência e, ainda, os apelos à dedicação pela "nossa empresa", as grandes tiradas girando sobre o "envergar a camisola" da "firma de todos nós". Demagogia, tacanhez e mercenanismo constituem o quotidiano de qualquer empreendimento capitalista que se preze.

Se por acaso a situação se complica e os lucros já não são os esperados, se os compadrios com o Estado e com os outros senhores do dinheiro não funcionam como antes, o cataclismo abate-se sobre os assalariados. Até ao nivel do vocabulário, se registam transformações: de "nossos colaboradores" passam a "mão de obra excedentária".

Um exemplo gritante deste estado de coisas é o da Fábrica Cabos Ávila. Quando em 2 de Novembro de 1997 a situação da Fábrica se tornou *manchete* dos jornais e notícia de abertura dos noticiários televisivos, não se falava de outra coisa que não fosse a ocupação da Fábrica pelos trabalhadores e da luta que mantinham com a proprietária Teresa de Ávila. Aos poucos a notoriedade foi-se esvaindo e as noticias sobre essa luta tornaram-se escassas, sendo substituidas por outros eventos, noticiados e comentados de acordo com os métodos da caneta mercenária. É preciso que o espectáculo seja suficientemente renovado e atractivo para que tudo se mantenha na mesma. Como é sabido, nesta realidade virtual em que a vida é encenada, o que não é noticia não existe, por isso a ignorância sobre evolução do que se passa nessa Fábrica é vulgarmente interpretada como assunto ultrapassado, quiçá resolvido. No entanto, quase dois anos e meio depois, quando transitamos naquela estrada de Alfragide à saída de Lisboa, na chamada "rampa dos Cabos Ávila", verificamos que os cartazes reivindicativos se mantêm pendurados nas cercas da Fábrica e as bandeiras negras e vermelhas continuam ali a flutuar.

Para averiguarmos qual é a presente situação, dirigimo-nos à Fábrica e falamos com a1guns trabalhadores que ali se mantêm em ocupação permanente, nomeadamente com José Ferreira e Armindo Baltasar. Tudo o que se segue resulta do longo diálogo que com eles mantivemos.

Enquanto embolsava rotundos lucros o velho Ávila, patrão tradicional e criador da primeira empresa de cabos deste tipo no país, mantinha-se enredado nos negócios, nos recônditos do seu Gabinete, a que só os privilegiados tinham acesso. Os mais de 400 trabalhadores de então eram mantidos à distância e o plutocrata não lhes permitia aproximarem-se, só os chefes, por vezes, com ele dialogavam sobre o serviço, mas mesmo assim com "o respeito que a ordem manda".

Pagava os baixos salários que eram a prática corrente e fazia o que lhe dava na real gana dos largos proveitos que embolsava. Mordomias, festanças, gastos sumptuários ou distribuição de benesses pelos familiares, alguns dos quais também eram sócios da Fábrica.

QUANDO O FASCISMO CAÍU

Quando sobreveio a queda do facismo, em que tantos capitalistas viam escorada a sua

dominação, era assim que as coisas se processavam.

Fornecedores únicos das grandes companhias estatais dos telefones e similares, praticavam uma politica absolutista do "quero, posso e mando".

Os trabalhadores tinham, entretanto, desenvolvido um notável espirito reivindicativo, consubstanciado em diversas lutas pela melhoria das condições salariais e de trabalho.

No meio da mediocridade, e quando se aproximava o derrube do periodo fascista, os assalariados desenvolviam lutas reivindicativas que, sem porem em causa a essência do capital e do Estado, deixavam marcas, sobretudo devido à tomada de consciência da possibilidade de poderem afrontar o poderoso senhor Ávila. Entretanto, este rico patrão à moda antiga, fazia investimentos para a modernização da empresa, não dava melhores condições aos que ali trabalhavam, não fazia benefícios, tudo era pouco para si e para os seus.

Quando pergunto como se deu a sucessão do Ávila, Armindo Baltazar esclarece: *"Esta era uma empresa familiar. A Teresa de Ávila, que sucedeu ao pai, já cá trabalhava. Tinha estado num convento, em Braga, a prepararse para freira, mas o seu comportamento era tão execrável que foi expulsa. Depois tirou um curso e o pai mete-a cá a dirigir o pessoal, sempre de forma prepotente e autoritária".* José Ferreira acrescenta*: "As provas disso são inúmeras. Olhe, por exemplo, a maioria do pessoal era constituido por mulheres, muitas das quais com filhos de tenra idade. Por isso havia uma creche instalada na parte mais alta da rampa em que se situa a Fábrica. Quando, era a hora de saída a Teresa obrigava as mulheres a sairem pelo portão que se situava nas proximidades da creche, tendo de caminhar uns 100 metros, com as crianças ou colo ou pela mão, por uma estreita vereda da estrada, no meio de um trânsito infernal. No outro extremo da Fábrica onde se encontra a paragem dos autocarros, que tinham de apanhar. Quando lhe chamamos a atenção para o perigo que as colegas corriam e pedimos, insistentemente, para se deslocarem por um caminho paralelo ao que faziam, situado, no interior da Fábrica, passando a sair por um outro portão, junto à referida. paragem dos autocarros, ela recusou e, apesar da nossa insistência, proíbiu que saíssem pelo referido portão. Outro episódio revelador é aquele a que chamámos "a casa amarela". Durante largos meses não distribuiu tarefas a mais de 40 trabalhadores, que eram obrigados a permanecer numa sala, sem nada para fazer e sem poderem falar. Uma autêntica tortura tipo PIDE, daí o nome que demos àquele local.*

Mas houve muito mais situações de coacção , de autêntica tortura".

"Como daquela vez em que pedimos para não trabalharmos na véspera de Natal e ela recusou e perguntou com sarcasmo, o que é isso do Natal?" acrescentou Armindo Baltazar.

José Ferreira comenta: *"A entrada dela para administradora não foi bem vista pelos restantes sócios e familiares. Isso coincidiu com as alterações no mercado de cabos, com o aparecimento de novas empresas, a perda das quotas de 100% que detinham nos fornecimentos deste tipo de cabos e a introdução de novos métodos de gestão. Por isso não se adaptou, não aguentou a empresa e nós sofremos as consequências".*

A desregulação dos mercados traduz a alteração no modelo industrial do fordismo em direcção a uma sociedade completamente alterada. A planificação a prazo que caracteriza o modelo fordista, implica a necessidade de reduzir os distúrbios, a estandardização do trabalho dos operários. A negociação colectiva é necessária para a racionalização do trabalho.

Em grande parte da produção do actual a competição chega a ser global e radical, praticamente todos competem com todos, o planeamento a longo prazo deixa de ser possível devido à impossibilidade de sistematizar a desordem do mercado. Assim, num ambiente imprevisível, o capital tem de navegar à vista, daí a necessidade de uma elevada flexibilidade do mercado de trabalho.

Quando se batem contra a patroa os trabalhadores dos Cabos Ávila não lutam apenas por eles, estão lutando por todos. Numa situação de esmagamento da justiça, a sua luta pode assumir-se como exemplar.

Ainda no tempo do patrão do Ávila, por via das novas condições de mercado, a situação começa a deteriorar-se. Segue-se a via sacra destas coisas. 1983 marca o princípio das dívidas à Segurança Social (fazem o desconto aos trabalhadores e ficam com eles) e ao Estado. Seguem-se os salários em atraso e as dívidas aos fornecedores. Mais de 400 trabalhadores vêm-se numa situação aflitiva. As reivindicações e as lutas sucedem-se.

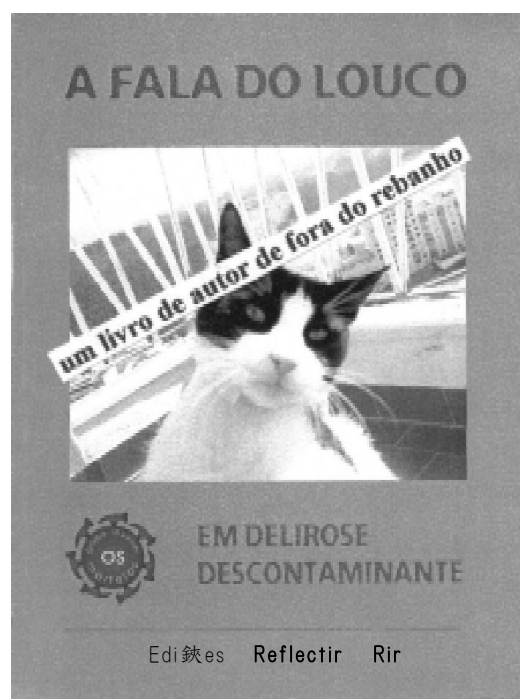
Perante a indiferença da Teresa, os planos de recuperação da empresa, que contam com o apoio do Estado, não se cumprem. *"Pior ainda*, acrescenta José Ferreira, membro da Comissão de Trabalhadores, *a concorrência cria e desenvolve "lobbie" e apodera-se do mercado".*

"O Sindicato desenvolveu esforços e nós também. O Estado que, através do Ministério da Economia aprovou planos de viabilização da Fábrica, também apresentou propostas de reorganização, mas elas não deram andamento a nada", conclui Armindo Baltasar, delegado sindical.

É IMPERIOSO EXIGIR A REPARTIÇÃO DA RIQUEZA

Hoje em dia, com a redução do processo contratual que era necessário ao anterior modelo fordista, estamos situados na era da competição global, que substitui os métodos anteriores, utilizando a "fidelidade", a "auto activação", a "participação", etc., conduzindo à diminuição do desempenho dos sindicatos, quantas vezes reduzidos ao triste papel de condutores dos trabalhadores para as situações que mais interessam ao capital na actualidade. Gradualmente apoiam a redução do número de trabalhadores na empresa e mesmo a polivalência e a precarização, em troca de uma mão cheia de promessas. Tudo isto é prática corrente nos países mais industrializados.

Torna-se imperioso perceber que o trabalho está em vias de uma drástica redução, que tem de se exigir a repartição dos frutos de uma produção cada vez mais automatizada, que tem de se questionar a finalidade da actual produção, que é preciso distinguir entre o trabalho assalariado e actividade social. E, sobretudo, que é imperioso exigir, não a repartição do tra-

balho, mas sim da riqueza.

Pergunto a que se deveu a actual luta, que conduziu à ocupação da Fábrica: *"Desde há anos que a situação da Fábrica se encaminhou para o precipício, respondem-me. Numa disputa com o Banco Português do Atlântico, pequeno credor que estranhamente pediu a falência, perderam-se 9 meses. Entretanto os salários em atraso e as dívidas acumulam-se, Teresa de Ávila prossegue a sua estratégia de descapitalização da empresa".*

Pergunto se não pensaram em gerir eles própros a Fábrica, pondo Teresa de Ávila na rua. José Ferreira responde-me: *"O Secretário de Estado propôs-nos isso. O Estado concedia um apoio de 400.000 contos e nós ficaríamos com a responsabilidade da gestão, com o apoio dos quadros. Mas a patroa, que teria de abandonar a administração, não aceitou a proposta e, além disso, já tinha dispensado os quadros competentes, que estavam do nosso lado".*

O empobrecimento da empresa e dos trabalhadores prosseguiu, enquanto a proprietária criou una empresa importadora do mesmo tipo de materiais para fazer concorrência à Fábrica. Não contente em fazer desaparecer material que, entretanto, aparecia por artes e manhas na sua nova empresa, em S. João o Estoril, ainda tentou o golpe máximo. Em 9 de Dezembro de 1997, apoiada por alguns marginais, tentou roubar equipamentos e materiais, enquanto procurava proibir a entrada dos trabalhadores na empresa.

Desesperados os operários ocuparam a Fábrica, deixando-a isolada no seu gabinete. A capitalista enfurecida entrou em contacto com o Governo Civil, pretextando um sequestro. Aquela autoridade enviou prontamente um esquadrão da polícia para proteger a assaltante, acontecimento jamais visto, enquanto os trabalhadores eram espoliados.

Perante estes acontecimentos e a divulgaçãoo distorcida dos factos por parte dos meios de comunicação de massas, os operários reforçaram a ocupação e trataram de difundir a verdade dos factos.

Impossibilitada de levar a cabo o golpe, a Teresa saíu sob a protecção da PSP, da GNR e do próprio Governador Civil. Dizia-se sequestrada e ameaçada, mas jamais conseguiu apresentar provas dessa conversa.

Passados mais de dois anos, a ocupação continua. Revezando-se por turnos, os trabalhadores, mantêm-se 24 horas por dia vigilantes, perante a tentativa de um novo golpe que, de quando em quando, a ex-patroa ameaça através de terceiros. Tudo o que existe nas instalações é a garantia de que os créditos que têm sobre a empresa Ihes serão pagos e a futura transacção a efectuar pelo Estado com outros capitalistas terá de ter em conta a sua situação. No período de maior actividade já foram mais de 400 trabalhadores, hoje são 230, com uma média de trabalho na empresa de 27 anos.

Por entre condicionamentos de toda a ordem e a incompreensão e ignorância de tantos, os trabalhadores dos Cabos de Ávila tomaram a palavra. Uma vez mais demonstraram que é possível conduzir uma luta prolongada contra a prepotência e a arrogância. Contra as novas condições de produção, que tendem a transformar a Fábrica numa instituição, em que o trabalhador vê desaparecer, por entre os dedos, tudo o que até agora era estabelecido através da negociação colectiva. Impõe-se uma luta, não para um inviável regresso às anteriores forma exploração, mas sim que assegure melhores condições para os trabalhadores e estabeleça comunicação e articulação de esforços entre as várias camadas do sector do trabalho, do não trabalho, do consumo, da residência, da cultura e outras, que as actuais formas de produção e de existência tendem a isolar, reduzindo cada um e todos a simples

átomos, presos numa infernal engrenagem de uma competição constante por um simulacro de vida. Face a uma empresa não adaptada aos novos métodos da fábrica pós-fordista, na qual o capital procurou alijar a carga das responsabilidades para com os assalariados e outros, tentando encontrar a sua saída através da constituição de uma empresa similar, a funcionar conforme os novos moldes, os trabalhadores recusaram assistir passivamente à destruição da sua vida, enrolados em promessas que o Estado lhes prodigaliza com abundância. A sua luta é também a de todos aqueles que aspiram a uma nova maneira de viver e acreditam na solidariedade.

Pese a estratégia de isolamento e divisão que o Estado, e não só, lhes ministra, estes trabalhadores demostram que uma luta longa é possivel, que a derrota não é inevitável e que não somos obrigados a aceitar tudo o que os diferentes poderes nos pretendem impôr. Estas lutas proporcionam oportunidades de romper esse mesmo isolamento, de abordar questões vitais para a nossa sobrevivência e futuro, de aprender a saborear e aproveitar o tempo, articulando esforços com outros trabalhadores, aqueles que ficaram desempregados, que só encontram trabalho precário, que auferem salários reduzidos, que emigraram para poderem sobreviver, que passam a vida nos transportes, que vão morar para onde não querem por falta de dinheiro, que vivem em casas sem condições ou mesmo não têm casa, de todos aqueles que são vítimas deste irracional e violento modo de vida. Falarmos uns aos outros, para circular informação e estabelecer cumplicidades, eis um passo desejável a dar.

Pergunto como se aguentam, se auferem algum rendimento. Responde-me o José Ferreira: "Recebemos *por parte do Estado o equivalente ao subsídio de desemprego. Claro que isto não chega, mas temos de nos aguentar, com a idade que temos não conseguimos arranjar outra coisa. Eu prório tenho 52 anos, 25 dos quais aqui passados". "Eu 47 anos, com 33 anos a trabalhar nesta empresa."*, interrompe Armindo Baltazar.

ATENÇÃO

Se os pastores que
ordenham
e as ovelhas que
os seguem
te fazem vomitar
não os deixes dormir
e permanece de fora.

No modelo pós-fordista exige-se o máximo de disponibilidade e flexibilidade aos trabalhadores para se responder ao caos provocado por uma competição global. A anterior via normativa que conduzia à formalização através do planeamento e a uma base contratual que reduzisse ao mínimo os distúrbios, já não se impõe no novo modelo de concorrênencia total, em que se navega à vista. A "fidelidade" e "a participação" actualmente exigidas, a par da flexibilidade, dificultam a manutenção dos trabalhadores mais antigos.

A Teresa, recordam-me ainda, quando assumiu o lugar de administradora, fez inúmeras promessas. O futuro seria tão radioso, segun-

do as suas palavras, que grande parte dos trabalhadores apoiou a sua promoção, embora já a conhecesse de outras funções. Era tudo conversa, claro. Até um Plano de Amortização das divídas ao Estado e à Seguranga Social, que se comprometera a pagar em 10 anos, não passou de isso mesmo, de mais uma promessa. Outro aspecto bastante significativo, prende-se com situação dos quadros da empresa. José Ferreira revelou-nos que os antigos quadros, calejados por lutas passadas, eram solidários com a luta de todos os trabalhadores, identificavam-se com as suas acções. Por isso mesmo a Teresa de Ávila tratou de os afastar e admitiu quadros novos. Eram simples lambebotas da patroa, a quem obedeciam servilmente, mas não percebiam absolutamente nada das tarefas que lhes competiam. Armindo Baltazar conclui: *"De dívida em dívida, de fracasso em fracasso, a Cabos de Ávila, foi descendo a ladeira rumo à falência. Dos duzentos e tal. mil contos de facturação da anterior gerência descemos a menos de uma quarta parte".*

Interrompo para procurar saber como funciona a ocupação actualmente. Dizem-me que os bens foram arrolados, e ninguém entra nos edificios da Fábrica, entretanto selados a pedido dos ocupantes. Ocupam apenas aquelas salas dos pequenos pavilhões da entrada. Defendem o património, que também é o seu. A Teresa ou os seus sicários telefonam, de quando em vez, para a policia da zona a dizer que os trabalhadores estão a roubar equipamento e

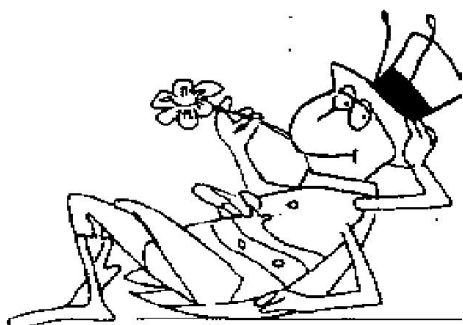
materiais dos edifícios da empresa. Quem sabe se esses relatos nao serão inspirados nos desvios que ela própria cometeu. Os "stocks" da sua nova sociedade são a prova mais evidente do golpe que efectuou e que gostaria de repetir. Para evitar tudo isso o pessoal decidiu contratar um policia que se mantém permanentemente no portão de entrada.

TRABALHADORES VIGILANTES DIA E NOITE

Os trabalhadores mantêm a vigilância durante todo o dia e toda a noite, sete dias por semana. Actuam por turnos, que mantêm pernamentemente, preparam as refeições, discutem os assuntos relacionados com a Fábrica, jogam às cartas, conversam, preparam-se para o que der e vier e, sempre atentos, não desarmam.

O Estado, principal credor, tem entabulado negociações com outros capitalistas para a possivel venda da Fábrica. Outra hipótese é a declaração de falência.

Pergunto o que preferem: "*Tudo é negociável, desde que os nossos direitos sejam salvaguardados",* responde-me, com firmeza, José Ferreira. Annindo, Baltazar acrescenta: *"Que o ânimo continua a ser elevado, Todas as semanas, há um plenário, em que participam elementos do sindicato, durante o qual a situação existente é discutida, bem como os acontecimentos decorridos durante a semana e as perspectivas futuras".*

Os trabalhadores da Cabos de Ávila foram apanhados numa alteração de relações de trabalho em que o poder das negociações, a possibilidade de chegar a um acordo, através de conversações entre o sindicato e o patronato está tendencialmente a desaparecer. Já não intressava à entidade patronal manter a empresa e os seus encargos, próprios do modelo fordista anterior. Por isso deixou degradar a

situação e tratou de criar uma nova empresa, tratando de levar para lá não só os contactos e o *know how*, mas também aquilo que conseguiu sacar da Fábrica. Levou tudo o que pôde, deixando para trás os trabalhadores. Esses, tratados como coisas, como manda o uso, foram deixados ao abandono.

O Estado trata de os acalmar com inúmeras promessas e uma pensão de miséria. Através da fiscalidade, alimentada, acima de tudo pelo trabalho, o Estado sustenta os desregramentos e a readaptação do capital, que assim se prepara para o novo modelo empresarial, cada vez mais moderno e europeu, conforme a propaganda dos meio de comunicação de massas não deixa constantemente de nos lembrar.

Quanto ao futuro os meus interlocutores dissipam quaisquer dúvidas: "*Vamos manter-nos aqui o tempo que for necessário, até que a nossa situação seja resolvida*".

NÃO NOS DERROTAM PELO CANSAÇO

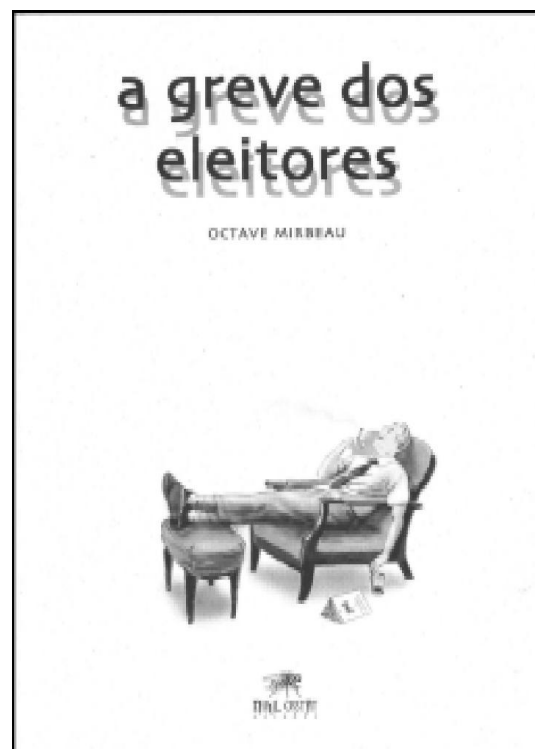
"Continuaremos com os piquetes de ocupação, faremos as manifestações que forem necessárias para alertar a população. Continuaremos as negociações com os representantes do Governo, estamos abertos a qualquer solução, desde que a nossa situação seja resolvida. Temos recebido muitas promessas, mas a situação mantem-se na mesma, ou antes pior, porque à medida que o tempo passa mais difícil se torna o nosso sustento com o pouco que nos é atribuido.

Mas não julguem que desistimos. Trabalhámos muitos anos aqui, enriquecemos os patrões, não nos podem deitar agora na lixeira.

Prosseguiremos a nossa luta, as consciências sendo alertadas, mesmo que nestes dias já pouco falem de nós, na televisão e nos jornais, continuamos a estar presentes para quem aqui passa e não deixaremos de alertar a opinião púiblica sempre que se torne possível.

As acções a desenvolver dependem da oportunidade, de cada momento, mas estejam certos que não desistimos, queremos a nossa situação resolvida, não podemos continuar a viver assim as nossas vidas. Uma coisa é certa, não nos derrotam pelo cansaço".

O caso da Fábrica de Cabos de Ávila é, a meu ver, exemplar. Uma vida passada entre paredes para enriquecer outros, através de uma actividade que obrigou, ao longo dos anos, à obediência estrita e a aceitar tudo o que se detesta para poder assegurar (mal) o pão de cada dia.

Desmando após desmando, a entidade patronal, resolve adaptar-se aos novos tempos da competição generalizada e abandonar à sua sorte os trabalhadores que lhe ergueram o bem-estar e a fortuna. Para trás ficam as dívidas, os

salários em atraso...

Não contente com tudo isso procura impedir a entrada dos trabalhadores na Fábrica e desviar tudo o que pode para a nova empresa.

Todo este ardil esbarrou na vontade dos operários. Apesar da ignorância e da incompreensão que os cercavam, empreenderam uma luta que animosamente mantêm há mais de dois anos.

Quase ignorados pelos meios de comunicação (manipulação) de massas, esquecidos de quase todos, persistem e fazem ouvir as suas reivindicações.

Vítimas das promessas do Estado, dos hábeis gestores de expectativas que os procuram iludir, mantêm a sua determinação, numa atitude que deve ser reconhecida por todos e divulgada. A sua luta é também a nossa luta, a de todos aqueles que não se revêm nesta sociedade e procuram mais solidariedade e mais liberdade para todos.

Eles demonstram claramente que os desempregados, os subempregados, os excluidos do banquete consumista, não estão sós, como dizem os meios de comunicação de massas. A sua situação não é como nos dizem, geradora de depressão, de vergonha e de isolamento.

No seio deste colectivo as pessoas estão vivas, apesar da estratégia do governo destinada a dividir e a debilitar os que são postos à margem. Isto demonstra que os desempregados, os excluidos e outros, podem ter uma oportunidade para romper com o isolamento a que os querem votar, para estabelecer ligações com outros explorados e oprimidos, para criar redes de informação e acção, para utilizar de maneira frutífera o tempo, que os desempregados e inactivos dispõem em grande quantidade.

Quem sabe se assim não será possível inventar uma existência mais digna e mais livre.

GOSTA DE AVENTURA?
GOSTA DE EMOÇÃO?
GOSTA DE VIAJAR?

Venha para o Kosovo na companhia das Bomabas NATas

Bronzeamento garantido!
Descontos assegurados!

Contacte-nos em Oeiras

O TRABALHO E O SINDICALISMO NO LIMIAR DO SÉCULO XXI

J.M. Carvalho Ferreira

Antes da greve...

Na actualidade, entre as várias tragédi as da humanidade, importa referir sobremaneira os efeitos perversos do trabalho e do sindicalismo. Não obstante as crítcas de que foram objecto, cada um destes factores depresssa se tornaram num conjunto de proposições positivas, cujas características, na voz dos seus defensores, primavam pelo desenvolvimento da razão, do progresso e da ciência no contexto da evolução das sociedades.

Para alguns, o trabalho era e fonte exclusiva de criação de riqueza social, de produção e de reprodução das sociedades. Para outros, foi e é uma das bases essenciais de bem-estar e de liberdade individual. O sindicalismo, nas suas múltiplas formas, emerge históricamente nos finais do século XIX nas países capitalistas que enveredaram pelos ditames da revolução industrial. Nas suas múltiplas manifestações de acção colectiva ou de movimento social revolucionário sempre se enquadrou nos parâmetros reivindicativos ou de mudança radical da organizaç\ao do trabalho.

No quadro desta análise, não nos interessa aprofundar as várias formas que o trabalho tem assumido na história, nomeadamente aquelas que decorrem de sociedades baseadas na escravidão e na servidão. Neste sentido, se bem que o trabalho tenha precedido o aparecimento do sindicalismo, este, nas suas formas e conteúdos, surge como fenómeno de reacção e de adaptação às contingências negativas

de exploração e de opressão do trabalho assalariado capitalista.

Apesar de subsistirem dúvidas para alguns incautos quanto à sua substancialidade, o trabalho, como meio da prossecução do lucro, é o elemento crucial da estabilidade normativa da racionalidade instrumental do capitalismo. Por esta razão, nem o capital existe sem trabalhadores assalariados, nem estes podem trabalhar sem a ele recorrerem. Dependendo um e outro, são partes integrantes de um todo indissociável que só pode acabar com a morte de ambos (1).

Pelo facto de realçarmos as interdependências e complementaridades que tem existido entre o capital e o trabalho, isso não obsta que a emergência da exploração e da opressão do primeiro sobre o segundo não tenha gerado contradições e conflitos que se consubstanciaram em processos sociais reivindicativos e até, em alguns períodos históricos, em tentativas insurreccionais e revolucionárias. Compreende-se, assim, que se tenham desenvolvido vários tipo acção sindical, com incidência em ideologias e práticas contrastantes: sindicalismo reformista, sindicalismo revolucionário e anarco-sindicalismo.

Em tudo o que acabo de afirmar, subsistem um conjunto de dúvidas e de interrogações. Mantendo-se as bases da exploração e da opressão sobre o trabalho assalariado, quais as razões porque existe tanto gente ainda a reivindicá-lo e a sofrer as suas viccissitudes negativas? Se o sindicalismo foi criado com o intuito de libertar os trabalhadores assalariados do jugo capitalista, porque razão ele se transformou numa modalidade de gestão da manutenção da estabilidade normativa do sistema capitalista e tende progressivamente para ser mais uma inutilidade histórica? Enquanto uma modalidade diferente do sindicalismo, mesmo que o anarco-sindicalismo continue a reivindicar uma função de emancipação social das massas trabalhadoras, qual a razão da sua atomização e incapacidade de mobilização social?

Por forma a responder a algumas dessas dúvidas e interrogações, vou tentar debruçar-me sobre os conteúdos e as formas do trabalho e do sindicalismo em três períodos históricos distintos: o primeiro período que oscila entre finais do século XIX e o advento da revolução russa de 1917; o segundo que se enquadra no contexto do taylorismo e do fordismo e tem o seu apogeu nos finais da década de 60; o terceiro que incide no período da revolução tecnológica em curso, tem o seu início nos princípios da década de 70 e vai até aos nossos dias.

Pela extensão e profundidade das temáticas em análise, cingir-me-ei ao contexto geográfico da Europa ocidental e dos EUA. Os aspectos a que darei mais atenção cicunscrevem-se ao processo histórico da racionalização da organização do trabalho, à natureza dos conflitos que emergiram entre o capital e o trabalho e, ainda, às modalidades de acção colectiva desenvolvidas pelos sindicatos e as massas trabalhadoras.

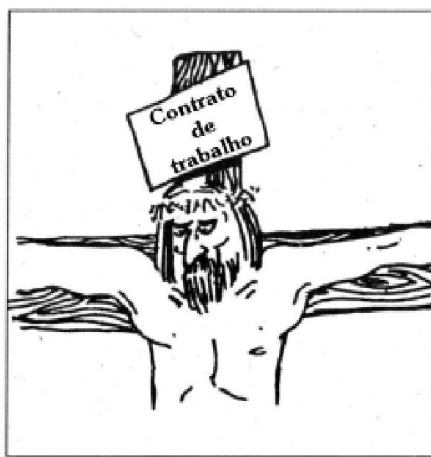
1. Trabalho e sindicalismo no contexto da primeira revolução industrial

Ainda que sumariamente, se traçarmos um quadro genérico da organização do trabalho nos finais do século XIX, com base nas características da divisão do trabalho, da estrutura da autoridade hierárquica, nos processos de decissão e de liderança, verifica-se que persistia um papel reponderante do patrão, nomeadamente nas funções de controlo e de coordenação do processo de trabalho. Perante a frágil institucionalização e formalização das

relações sociais que decorrria do funcionamento interno das empresas, o seu poder de iniciativa e de gestão era quase omnipotente. Sem grandes argumentos científicos e racionais para liderar e decidir, possuia, no entanto, a força despótica das sanções e a discricionaridade do dinheiro para regular os conflitos que emergiam nos locais de trabalho. Para o efeito, para levar por diante a sua ânsia pelo lucro e o enriquecimento, bastava-lhe o auxílio da figura intermédia da autoridade hierárquica do contra-mestre ou do capataz para manter uma massa de enorme de operários na ordem.

Com horários de trabalho que oscilavam, por vezes, entre 14 a 16 horas por dia, com salários baixíssimos e, ainda, sem direitos e sem regalias sociais, tornava-se fácil, mas, ao mesmo tempo, perigoso, produzir, distribuir e consumir mercadorias que permitam a apropriação de lucro fácil por parte do patronato. Na altura, o Estado era uma figura quase reduzida a funções de repressão militar e policial, quando o patronato se mostrava incapaz de resolver os seus conflitos internos. Desse modo, o Estado não podia obviar as condições paupérrimas a que o operariado estava sujeito, não sendo para o efeito capaz de suprir as suas insuficiências através de políticas económicas, educacionais, de assistência social e de saúde. A sua capacidade de arbitragem nos domínios da legislação laboral e da negociação colectiva, quando surgiam conflitos entre o operariado e o patronato, era reduzida, para não dizer nula.

Seguindo esta linha de raciocínio, constata-se que os níveis hierárquicos da autoridade formal não eram grandes. Todavia, o patrão e o capataz não vigiavam nem controlavam com proficiência devida todos os gestos, movimentos, tempos e pausas que resultavam das interacções sociais no processo de trabalho. Se tomarmos como exemplo o modelo de fábrica do processo e industrialização, facilmente chegamos à conclusão que a divisão social do trabalho não era muito desenvolvida. À divisão social do trabalho era traduzida na existência dos grupos sócio-profissionais dos torneiros, dos fresadores, dos serralheiros, dos mecânicos, dos electricistas, etc..., denotando-se também as diferenças de qualificação assentes nos conhecimentos e funções dos oficiais, ajudantes, aprendizes e serventes.

Neste contexto de evolução da organização do trabalho, a integração da ciência e da técnica no sentido da racionalidade instrumental do capitalismo era pouco expressiva. O papel da comunidade operária, por tais motivos, era muito relevante, quer como função de dispêndio de energia quer como função de conhecimento e informação do "saber-fazer" materializado na produção de mercadorias. Para o operarido de então, este facto revelava-se estrategicamente importante para a sua margem de manobra no contexto da organização do trabalho. Não obstante existir já a máquina a vapor, as máquinas-ferramentas não tinham ainda sido objecto de uma grande automatização. Nos finais do século XIX, nos seus primórdios, a descoberta da electricidade e do petróleo, tal como do motor a combustão e a explosão, não retiraram nem substituiram de forma radical a

força física do operariado, enquanto função de energia, no processo de trabalho.

Todos esses factores conjugados determinavam que o operariado existisse como comunidade sócio-profissional e usufruisse de um papel estratégico no processo de trabaho. As suas competências e qualificações eram cruciais para o funcionamento das empresas, na estrita medida em que através do conhecimento, da informação e da energia que possuía, liderava e decidia, em última análise, da perícia, dos ritmos e dos tempos que eram necessários para produzir as mercadorias. Ainda que sujeitos à exploraçâo e à repressão patronal, com base na socialização destes predicados de uma comunidade profissional, construiu uma identidade colectiva que se revelou fundamental na sua luta contra os desígnios do capitalismo (2).

Nesta situação, da mesma forma que conseguimos observar uma certa incapacidade da racionalidade instrumental do capitalismo em optimizar o factor trabalho como meio de extração de lucro dentro da fábrica, por outro lado, verifica-se que o mercado e o Estado ainda não tinham evoluído no sentido da total capitalização do espaço-tempo da vida quotidiana do operariado exterior ao local de trabalho. Este, para fazer face aos constrangimentos da sua condição económica, social, política e cultural paupérrima, por omissão e incapacidade do mercado e do Estado, estrutura um projecto de solidariedade e de fraternidade colectiva nos bairros, nos cafés, nas associações de diferentes tipos, nos jornais, revista, nas cooperativas e nos sindicatos.

Ao mesmo tempo que se assiste a uma relativa relativa incapacidade de insrumentalização do operariado na lógica mercantil do capitalismo, o operariado, de então, estrutura as bases de uma identidade colectiva que se opôs aos ditames do capitalismo. A emergência histórica do sindicalismo reporta-se, em grande medida, a essa situação histórica (3). Entregues a si próprios num processo de aprendizagem social que gerava abrupatmente reivindicações, greves, sabotagens, insurreições e outras formas de acção colectiva, não admira que a partir dessa altura se assiste-se à criação de teorias e práticas sindicais distintas. Entre os mais representativos, destaca-se: o sindicalismo de tipo reformista e que geralmente funcionava como correia de

transmisão dos partidos de cariz marxista, como foi o caso do partido social- democrata alemão; o sindicalismo revolucionário que se desenvolve a partir da *Carte d'Amiens* em 1906 em alguns países capitalistas da Europa ocidental; e o anarco-sindicalismo que teve a sua expressão máxima nas primeiras décadas do século XX na Espanha, Argentina, Itália e Portugal (4).

O primeiro tipo de sindicalismo de cariz

reformista estruturou-se numa perspectiva "economicista", procurando através de reivindicações sucessivas uma mehoria gradual dos saláros e da condições de trabalho do operariado no quadro da perpetuação e legalidae capitalista. Tratava-se, no fundo, de enveredar por formas de lutas parciais, por forma a conquistar um conjunto de regalias e direitos, sem perturbar os mecanismos de concorrência empresarial no mercado. Neste aspecto, pese embora luta dos "luddistas" (5) na Inglaterra, nos finais do século XVIII, contra o processo de automatização gerado pela introdução de máquinas-ferramentas no processo de trabalho, sabotando e destruindo as máquinas que eliminavam a sua autonomia e liberdade profissional nas fábricas, posteriormente, foi nesse país que sindicalismo reformista singrou. Na Alemanha a sua influência também se tornou preponderante, mas neste caso, mais como estratégia de subordinação à luta pelo poder dos partidos políticos.

Ao focarmos o sindicalismo revolucionário como muito importante neste contexto histórico, devemos referir dois aspectos essenciais. Em primeiro lugar, ele expressa um estado de espírito de revolta e de emancipação contra as características negativas da opressão e exploração capitalista sobre os operários. Em segundo lugar, é uma resposta histórica do operariado contra a integração das suas lutas nos parâmetros da perpetuação do capitalismo. Neste sentido, o objectivo fulcral do sindicalismo revolucionário passava por uma transformação radical da sociedade capitalista. Quer em relação aos seus princípios quer em relação aos seus métodos de luta, pugnava por uma visão autonomista e organicista do sindicalismo. O sindicato, como espaço-tempo da vida quotidiana do operariado, antes de mais, era a base experiência e de aprendizagem social de todos os aspectos relacionados com a produção. distribuição e consumo de mercadorias imprescindíveis à construção de uma sociedade identificada com os interesses exclusivos da classe operária. A sustentabilidade de uma sociedade harmoniosa no futuro, só poderia ter alguma viabilidade desde que os sindicatos se assumissem enquanto projecto de luta pela emancipação social. Por essa razão, eram apologistas da greve geral, da sabotagem, do boicote e da insurreição social. A sua concepção sindicalista centrada na acção directa e na reorganização radical da sociedade, opunha-se a qualquer tipo de participação ou de negociação do operariado com os partidos políticos ou com Estado, opção que levada ao extremo prescindia de análises e de transformações de carácter político, social e cultural.

O anarco-sindicalismo, nos seus primórdios, é uma perspectiva que emerge no contexto da evolução do sindicalismo revolucionário e reflecte a acção dos anarquistas no seio do operariado e dos sindicatos. Todavia, os anarco-sindicalistas tinham uma visão que não era tão obreirista e sindicalista, como aquela pelo qual os sindicalistas revolucionários pugnavam. De facto, os anarco-sindicalistas embora fossem apologistas da extinção do Estado e dos partidos políticos, consideravam que os sindicatos eram muito importantes para a emancipação social da classe operária, porque eles eram o local fulcral da socialização das vivências e dos problemas que afectavam a sua vida de oprimidos e de explorados. Discutindo e sentido os seus problemas como ninguém, podiam e deveriam transformar os seus sindicatos em local privilegiado de educação e de emancipação social. Mas, antes de mais, o sindicato era simplesmente um meio, não fim da revolução social (6). A revolução social abrangia todos os indivíduos e grupos que aspiravam a viver numa sociedade sem Estado, sem capital, sem trabalhao assalariado, sem propriedade privada e sem dinheiro.

Sem chefes e sem qualquer tipo de autoridade hierárquica, eram fervorosos adeptos da acção directa, estimulada e praticada com especial incidência pela greve geral, pela sabotagem, pelo boicote e pela insurreição social. Como consideravam difícil consumar a revolução social a partir do estrito limite das fronteiras físicas das fábricas e dos locais de trabalho, consideravam que a sociedade futura seria um compósito harmonioso de realidades sociais, económicas, políticas e culturais.

Estas foram, sem dúvida, as três modalidades de sindicalismo que tiveram grande impactono no seio do operariado, nomeadamente desde finais do séulo XIX até a eclosão da primeira Guerra Mundial de 1914-18 e da revolução russa de 1917. Para o efeito, na sua origem e evolução é possível extrair algumas ilacções.

O sindicalismo reformista singra fundamentalmente na Inglaterra, Alemanha e em outros países capitalista desenvolvidos, porque a capacidade de resposta desses países se revelou coincidente com uma parte substancial das reivindicações do operariado. Melhorando gradualmente as condições de trabalho e os salários, foi posível desenvolver um sindicalismo reformista que se adequou bem à estabilidade normativa dos sindicatos e do capitalismo. Por outro lado, é necessário sublinhar que o sindicalismo reformista foi a opção mais lógica de adaptação e de subalternização dos sindicatos às estratégias dos partidos social-democratas na sua luta pelo poder político.

Nos casos do sindicalismo revolucionário e do anarco-sindicalismo, que tiveram a sua maior expressividade social na Espanha, Argentina, Portugal, Itália e França, importa sublinhar, em primeiro lugar, que esses países não eram muito desenvolvidos, o que resultou na sua incapacidade em responder positivamente às reivindicações que foram entretanto fomentadas pelo operariado. Para agravar mais esta situação, denota-se também que persistia uma grande incapacidade da racionalidade instrumental do capitalismo em integrar as aspirações sociais e revolucionárias do operariado na sua lógica normativa. Como dentro e fora da fábrica ainda era possível observar relações sociais pautadas pelo interconhecimento, a informalidade e a espontaneidade, não admira que o operariado desses países enveredasse pela prática da acção directa, da solidariedade e da fraternidade e estruturasse, através de uma aprendizagem sócio-cultural antagónica aos ditames do Estado, do capiatl e do mercado, uma identidade colectiva traduzida em greves gerais, insurreições sociais e tentavivas de realização da revolução social.

2. O advento histórico do taylorismo e do fordismo

Ao adoptar a organização científica do trabalho como princípios e práticas conducentes a uma maior racionalização dos métodos de gestão, de controlo e de integração do factor de produção trabalho, o capitalismo reconheceu quão foi importante a perspicácia e o maquiavelismo do taylorismo como fenómeno de domesticação e de dominação do operariado no processo do trabalho. Na verdade, sem a introdução dos princípios e das práticas do taylorismo, dificlmente poder-se-ia destruir a margem de manobra e a autonomia que a comunidade profissional operária usufruia nos domínios das suas qualificações, competências e saberes (7).

Com a generalização do taylorismo nas empresas, a concepação, o planeamento e a gestão do seu funcionamento quotidiano passa a ser centralizado nas tarefas confinadas ao papel dos empresários, gestores e quadros técnicos, enquanto que as tarefas do processo de

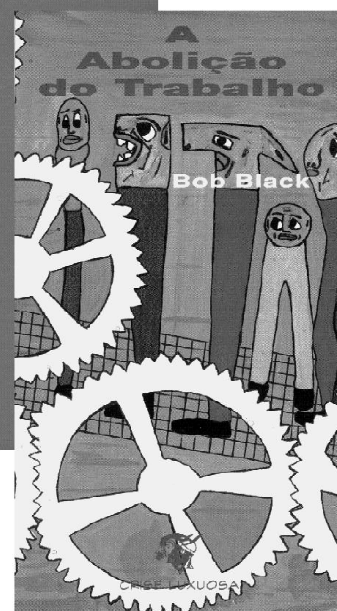
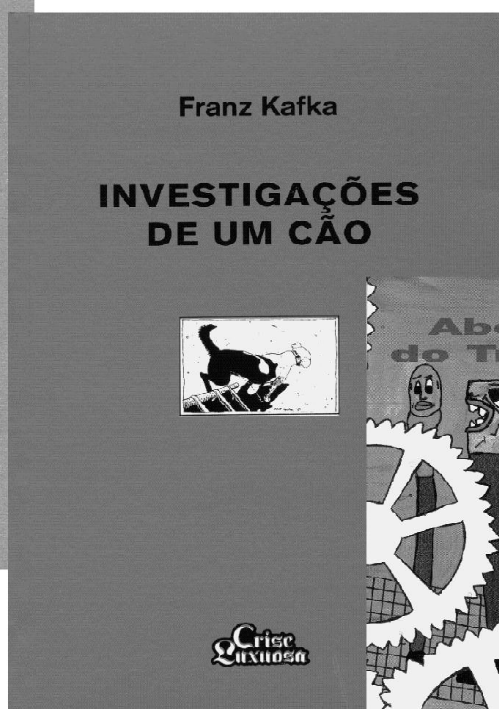
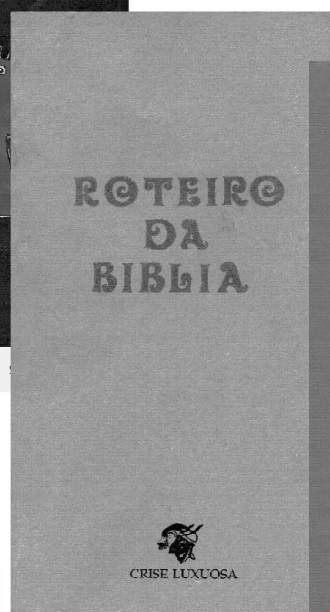
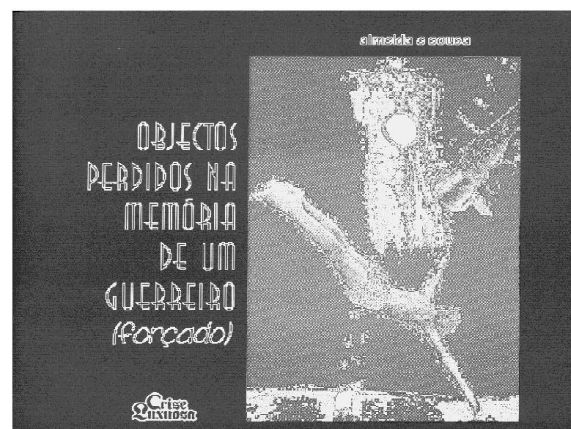
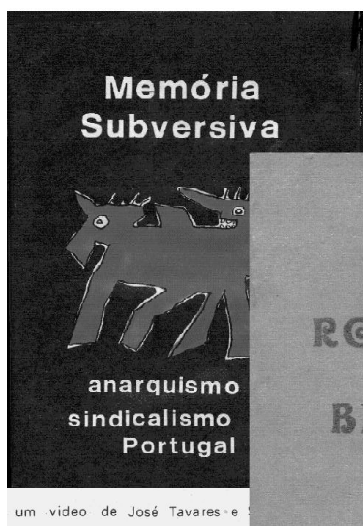
produção de mercadorias é entregue ao operariado. Ao introduzir-se a separação espaço-temporal do momento da concepção, do planeamento e da gestão com o momento da execução de tarefas no processo de produção de mercadorias, desenvolve-se os níveis hierárquicos de autoridade formal , acontecendo o mesmo como a divisão social do trabalho pela via do acréscimo de especialização do factor de produção trabalho na execução de tarefas.

As consequências do desenvolvimento da especialização na execução das tarefas repercutiu-se sobremaneira na diminuição drástica da margem de manobra do operariado nos locais de trabalho e também na redução da utilização das suas capacidades, em termos de habilidade e perícia profissional. Se antes, estes podiam interagir relativamente de uma forma livre e espontânea, fazendo valer a sua experiência, os seus conhecimentos e o seu "saber-fazer", com a introdução do taylorismo nas fábricas e nas empresas, tudo isso é objecto de estandardização, de controlo e de integração, no sentido da maximização do lucro. Doravante, gestos, movimentos, pausas e tempos são medidos e racionalizados com a finalidade exclusiva de aumentar a produtividade do trabalho.

Os efeitos práticos do taylorismo manifestam-se principalmente num acréscimo gigantesco dae produção de mercadorias e de lucro. Por outro lado, em termos de atitudes e ideologia, o taylorismo desenvolve um processo de estímulo-resposta centrado em pressupostos economicistas e concorrenciais. O "homem certo no lugar certo", para Taylor, significava não só produzir mais e melhor para o patrão, mas também, segundo ele, mais salário e riqueza para o operário. A instauração do salário à peça enquadra-se nesse mecanismo de estímulo-resposta em que o operário é visto como uma peça numa engrenagem que só funciona quando é recompensado por uma contrapartida monetária, sendo esta a melhor forma para satisfazer as suas necessidades básicas. Trabalhando mais, ganha mais, mas para isso só pode contar consigo e deve, em todas as circunstâncias, competir com os outros operários na consecução desse objectivo primacial.

Entretanto, o capitalismo consegue integrar e racionalizar com maior proficiência os elementos tecnológico e científico no processo fabril. Na ocorrência, o petróleo e a electicidade, conjugados com a introdução do motor a explosão e o motor a combustão, no processo de trabalho, tornam-se fundamentais para o desenvolvimento da automatização das máquinas- ferramentas e, consequentemente, do aumento da produtividade do trabalho. O incremento da industrialização e da urbanização das sociedades torna-se um facto histórico irreversível, assim como os sectores da quimíca, da siderurgia, da mecânica e da indústria automóvel se tornam nos baluartes do crescimento económico capitalista.

No mesmo período há também que referenciar dois acontecimentos históricos importantíssimos: a primeira Guerra Mundial de 1914-18 e a revolução russa de 1917.

A ocorrência da primeira Guerra Mundial teve efeitos práticos nos princípios e na prática do sindicalismo com características internacionalistas, destruindo todos os pressupostos de solidariedade e de fraternidade universal que estavam directamente relacionados com os desígnios emancipalistas do operariado e dos ideológos da luta de classes. Os oprimidos e explorados em vez de utilizarem as armas contra o Estado e as burguesias nacioanais, tornaram-se numa grande fonte de carne para canhão dos seus exércitos e revelaram-se os coveiros dos seus irmãos de classe. A ineficiência do internacionalismo proletário teve, sem dúvida, uma grande influência no

desmoronamento do sindicalismo revolucionário e do anarco-sindicalismo. O sindicalismo de tipo reformista adaptou-se melhor à realidade criada pela primeira Guerra Mundial e, por outro lado, o desenvolvimento da ideologia conservadora e nacionalista revela-se propícia para o aparecimento de um sindicalismo de cariz cristão e fascista.

No caso da revolução russa de 1917 podemos observar duas consequências que tiveram grande impacto na evolução do movimento social operário. Este, pela primeura vez na história da humanidade, realizava uma revolução socialista com incidências manifestas no seu projecto societário emancipalista. Liderado pelo partido bolchevique, consegue realizar num contexto de miséria endémica e de crise provocada pelo czarismo e a primeira guerra mundial, o que não tinha conseguido nos países capitalistas desenvolvidos. Para o imaginário colectivo do operariado, a revolução russa emerge como um farol e simultaneamnte como o melhor modelo para extinguir a opresssão e a exploração capitalista.

Não obstante a revolção russa se ter revelado, logo no seu inicío, uma grande mentira histórica (8), quer em relação aos seus objectivos quer em relação à substancialidade das mudanças operadas, a partir do momento em que se legitimou com projecto societário socialista credível, adquiriu uma enorme força mobilizadora junto ao proletariado mundial. A prova dessa força mobilizadora resultou na formação de partidos comunistas nos diferentes continentes. Ao mesmo tempo que estes são criados com base na imposição das 21 condições impostas em 1919 pelo partido bolchevique, denota-se uma total subalternização da sua acção às estratégias e tácticas do marxismo-leninismo. Os sindicatos, por outro lado, transformaram-se em correias de transmissão dos desígnios da luta pelo poder dos partidos comunistas que, entretanto. tinham sido criados.

O impacto da primeira Guerra Mundial e da instauração do socialismo de cariz marxista-leninista, como não podia deixar de ser, mudou substancialmente a atitude revolucionária e utópica do movimento social operário. Não admira assim que, passado pouco tempo da ocorrência desses dois acontecimentos históricos, muitos dos operários que tinham engrossados as fileiras do anarco-sindicalismo e do sindicalismo revolucionário passassem, com "armas e bagagens", a liderar o processo histórico de criação de partidos comunistas e de sindicatos em obediência estrita aos imperativos do socialismo soviético. A criação da Internacional Sindical Vermelha, em 1922, expressa de forma significativa essa evolução.

Com a excepção da Espanha, do que não restam duvidas, é de que o anarco-sindicalismo e o sindicalismo revolucionário começaram a perder progressivamente a sua força de atracção junto dasa massas trabalhadoras. Desde então a perspectiva reformista do sindicalismo desenvolveu-se com maior proficiência na Europa ocidental e nos EUA, sobretudo como correias de transmissão dos partidos comunistas, socialistas e social-democratas. Com a crise dos anos 20 e a subsequente evolução dos países para regimes políticos fascistas - Itália, Portugal, Alemanha, Itália, etc... - não admira que daí emergisse um sindicalismo do mesmo cariz e que tenha vergado operariado nos seus propósitos reivindicativos e emancipalistas.

Ao mesmo que ocorrem estas transformações de carácter político e sindical, o fordismo sistematiza e aprofunda os pressupostos da racionalização da organização do trabalho. Não obstante a sua materialização prática e visibilidade social revelar-se mais pertinente nas décadas de 30, 40 e 50, com a introdução da linha de montagem na fábrica de automóveis de Detróit em 1914, o processo de

automatização imposto pelas máquinas-ferramentas é também alargado às relações sociais que estavam articuladas com o transporte das matérias primas, da energia e dos instrumentos de trabalho manipulados pelo factor de produção trabalho na execução das suas tarefas. Ou seja, com a introdução da linha de montagem, o espaço-tempo de liberdade e de margem de manobra do operariado é drásticamnet reduzido no procsso de produção de mercadorias, o que se traduziu num aumento substancial da produtividade do trabalho e no incremento do controlo e da padronização dos tempos, dos movimentos, dos gestos e das pausas para executar as suas tarefas.

No plano da racionalidae instrumental do capitalismo, o fordismo, ao permiir um acréscimo da produtividade do trabalho superior à que tinha sido coseguida pelo taylorismo, revela-se como uma das expressões mais relevantes do processo de industrialização e de urbanização das sociedades, nomeadamente nos EUA e na Europa ocidental. A sua capacidade produtiva é bem expressa nas taxas de crescimento económico e na quantidade gigantesca de bens e serviços que as sociedades desses países passaram a consumir, desde o epílogo da segunda Guerra Mundial até finais da década de 60.

Ao confrontarmos as consequências do fordismo, e também do taylorismo, com a emergência de contradições e conflitualidade nas empresas, organizações e instituições capitalistas e estatais, conseguimos facilmente apercebermo-nos de que historicamente elas foram bastante reduzidas. Neste sentido, quando se fala ou escreve sobre o fordismo, deve-se afirmar, em primeiro lugar, que ele personifica um grande desenvolvimento da racionalidade instrumental do capitalismo, sobretudo se tivermos presente as mudanças realizadas na organização do trabalho. Ao tornar o trabalho um elemento de eficiência de produção de lucro e de mercadorias, pemitiu simultaneamente que o Estado e o mercado assumissem um grande papel na regulação da repartição de rendimentos, na distribuição e consumo de mercadorias e, ainda, no domínio da política económica.

Em termos práticos, com o aumento do salário real e do desenvolvimento do Estado-Providência, o operariado consegue usufruir de maior consumo mercantil, e também de um conjunto de regalias sociais, de educacão, de segurança social e de saúde. Por esta via, o capitalismo e o Estado conseguem responder de uma forma positiva às reivindicações que o operariado ansiava há várias décadas. As contradições e a conflitualidade entre o capital e o trabalho atenuam-se e, por outro lado, a motivação do operariado para enveredar por um processo revolucionário é grandemente condicionada.

Se tivermos presente as consequências do fordismo e das funções do Estado-Providência junto do operariado da Europa ocidental e dos EUA, constatata-se que, desde o final da segunda Guerra Mundial, persistiu uma tendência para a dualização da actividade sindical: o sindicalismo de tipo reformista inscrito numa melhoria progressiva dos salários e das condições de trabalho do operariado; e uma outra que. embora fosse de incidência reformista, funcionava muito mais como projecto subalterno da luta dos partidos comunistas identificados com os propósitos estratégicos do socialsimo soviético.

É certo de que não podemos esquecer a enorme importância histórica que o anarcosindicalismo assumiu na Espanha, no período de 1936-39 (9). Todavia, nos podemos esquecer que a assunção da sua radicalidade e materialização prática da revolução social foi baseada num contexto sócio-geográfico muito limitado e numa situação de crise capitalista. Temos ainda que ter presente os constrangi-

mentos impostos pela guerra civil e a inexistência de uma solidariedade internacional representativa por parte do operariado. Ainda que possamos compreender todos esses factores que estiveram na origem da estagnação do anarco-sindicalismo na Espanha, já o mesmo não podemos dizer em relação a outros países. O anarco-sindicalismo, assim cmo o sindicalismo revolucionário, com o advento da revolução russa, do taylorismo e do fordismo, perdeu uma enorme capacidade de acção junto dos interesses específicos do proletariado.

Pelas razões acima descritas, o capital personificado agora mais na figura dos empresários e dos gestores, o Estado com os seus governos, os seus ministérios e tribunais, e os sindicatos com as suas burocracias, têm muito a ganhar e nada a perder, se se mantiver a estabilidade normativa do capitalismo. A contratação colectiva, a negociação colectiva, a democracia industrial foram so métodos mais adequados para esse efeito. As greves e todo tipo de reivindições tornaram-se possíveis, desde que não ponham em causa as relações sociais de produção, a divisão social do trabalho, a autoridade hierárquica, a propriedade privada dos meios de produção, o trabalho assalariado, o dinheiro e o Estado. Neste amplo sentido, o sindicalismo reformista atingiu o seu apogeu desde o final da segunda Guerra Mundial até finais da década de 60. Mas diga-se de passagem que, antes de mais, eles se tornaram os mediadores de uma mercadoria que necessita de ser comprada e vendida. Enquanto expressão genuína dos interesses do operariado, nada mais personificaram de que serem os gestores sociais da sua desgraça histórica.

3. Repercussões das novas tecnologias sobre o trabalho e o sindicalismo

Sem pretender ser exaustivo, penso que as implicações das novas tecnologias, nos nossos dia, são uma facto insofismável na organização do trabalho e do sindicalismo. De facto, as novas tecnologias, personificadas pela informática, a micro-electrónica, a robótica, a telemática e a biotecnologia, revolucionaram todo o processo de socialização da informação, do conhecimento e da energia que se consubstanciavam na acção individual e colectivo do factor de produção trabalho nas empresas, organizações e instituições de carácter privado ou público.

Esta tendência é a expressão genuína de ma maior integração entre a ciência e a técnica, enquanto objectos de eficiência, no quadro da evolução histórica da racionalidade instrumental do capitalismo. Genericamente esta tendência que tem o seu início na década de 70 e atravessa na actualidade todas as sociedades, observa-se não somente na crescente terciarização das actividades económicas em termos da produção de bens e serviços específicos, nos efeitos mediáticos da difusão da informação pela televisão, como também na própria fenomenologia da globalização em termos da padronização política, económica, social e cultural.

De facto, estamos em presença de uma tendência que se cinge cada vez mais na força estruturante, no poder e no totalitarismo do capital financeiro, da bolsa, da ONU, da NATO, do FMI, do Banco Mundial e do grupo dos 7 sobre todas as sociedades, em detrimento da acção de cada Estado, país, comunidade, grupo ou indivíduo (10). Em consonância, com esta nova realidade, quando analisamos o que é hoje o Estado, a propriedade privada, o tra-

balho assalariado, a relação social de produção, o dinheiro, temos que ter presente as características do processo de socialização que atravessa essas realidades.

No campo especifico da organização do trabalho, o que podemos dizer é que a força mediatizadora das novas tecnologias no processo de trabalho, nomeadamente nos aspectos relacionados com a execução de tarefas, permite a codificação e a descodificação de linguagens cada vez mais padronizadas. Na medida em que, grande parte da energia, da informação e do conhecimento que estava incorporado na acção individual e colectiva do operariado no processo de produção foi deslocada para os mecanismos automáticos das máquinas-ferramentas de comando numérico, por outro lado, como a introdução da concepação, planeamento e fabricação assistida por computador, o "saber-fazer" clássico do operariado, que ainda assumia alguma importância no contexto do taylorismo e do fordismo, revela-se desnecessário. A perícia, as habilidades, o conhecimento e as qualificações do operariado clássico tornam-se, por via disso, numa inutilidade histórica.

O hiato entre o espaço-tempo da concepção, do planeamento, da gestão e do controlo e o espaço-tempo da execução de tarefas aprofunda-se. Os processos de decisão e de liderança nas empresas são cada vez mais centralizados no papel dos gestores e dos quadros técnicos, em detrimento da grande massa de trabalhadores indiferenciados com pouca ou nenhuam qualificação. Estes, são meros apêndices funcionais de máquinas automáticas que escapam ao seu controle, existindo somente como serventuários expectantes dos seus ritmos e movimentos cada vez mais sofisticados e complexos. Em contrapartida, os gestores e quadros técnicos de diferentes tipos apropriam-se e regulam a informação substantiva que é básica para assumir um papel preponderante no processo decisão, no processo de liderança e da autoridade hierárquica nas empresas, organizações e instituições públicas e privadas.

Esta tendência está a provocar uma série de dualizações na organização do trabalho.

A primeira reporta-se a um crescendo progressivo da procura no mercado de trabalho de trabalhadores com qualificação e de outros sem qualquer qualificação. Desse modo, todos aqueles que tem as qualificações e as competências apropriadas são integrados na execução de tarefas relacionadas com a concepção, planeamento, gestão, controlo e reparação inerentes à divisão de trabalho determinada pelo manipulação e o "saber-fazer" exigido pelas novas tecnologias. No sentido oposto, são necessários uma conjunto de trabalhadores indifenciados, sem qualificaçóes que se limitam a limpar, a vigiar e a carregar mecanicamnete nos botões das novas tecnologias.

A segunda dualização, como consequência do deslocamento da energia, da informação, do conhecimento humano para os mecanismos automáticos das novas tecnologias, dispensa do processo de trabalho uma quantidade imensa de trabalhadores com qualificações

inapropriadas ou que tampouco tem tarefas para executar. Ainda que em termos de actividades económicas se assista à criação de emprego no sector terciário, o que se perde nos sectores agrícola e industrial ultrapassa largamente o que é criado nesse sector. Esta dualização estrutura-se no sentido do emprego/desemprego. O mundo de hoje e de amanhã tende para que poucos tenham trabalho e muitos já não o possam ter (11).

A terceira tendência fundamenta-se na existência de uma outra dualização consubstanciada em vínculos contratuais estáveis e em vínculos contratuais precários. Com a globalização, a mobilidade de capitais, de tecnologias e de investimento desenvolve-se facilmente. A capacidade de concorrência e de competitividade permite que o capitalismo se dê ao luxo de usufruir de custos de produção diferenciados e assim aumentar a rendibilidade dos seus investimentos, nomeadamente em países onde os custos salariais são bastante baixos e os direitos sociais e sindicais são quase inexistentes. Perante este quadro, o capital exige flexibilidade e polivalência ao factor de produção trabalho, o que implica poder trabalhar de forma precária e com contratos a tempo parcial. Ou seja, ter trabalho e salário correspondente a 4 horas por dia, um dia numa semana, uma semana no mês, ou num mês durante um ano.

Para todos os trabalhadores assalariados que conseguem competir e concorrenciar com proficiência, neste contexto da racionalidade instrumental do capitalismo, haverá ainda uma hipótese de encontrar situações estáveis de vínculos contratuais. Para os que já estão ou evoluirão no sentido contrário persistirá a precariedade contratual.

Finalmente, estas tendências vão provocar a segmentação do mercado de trabalho. De facto, todas as tendências de dualizações descritas na organização do trabalho manifestam-se de uma forma pertinente no desenvolvimento da estratificação social no seio das massas trabalhadoras. As diferenças que realçamos no domínio das qualificações, da autoridade hierárquica, dos vínculos contratuais e do desemprego, traduzem-se na hipóteses de usufruir salários, de apropriação de riqueza, de exercer poder, de executar tarefas e funções assentes na desigualdade. Não admira assim que desempregados, trabalhadores desqualificados, jovens, velhos, mulheres, minorias étnicas, imigrantes, etc, sejam aqueles que exerçam as profissões com menores exigências de qualificação, que entrem mais facilmente no desemprego e que só consigam encontar trabalho através de vínculos contratuais precários.

Procurando agora compreender a actualidade do sindicalismo no contexto das novas tecnologias e da organização do trabalho, verifica-se que o seu futuro indicia o caminho da morte. Várias razões ajudam-nos a opinar nesse sentido.

Em primeiro lugar, os sindicatos como estrutura de representação social do operariado burocratizou-se de tal modo, que a sua sua visibilidade e capacidade de mobilização junto dos locais de trabalho é quase inexistente. A sua de legitimidade e de credibilidade é notória, na estrita medida em que não conseguem encontar militantes sindicais sem que para o efeito tenham que enveredar por contrapartidas monetárias. Como fábricas de regulação social dos conflitos entre o Estado, o capital e o trabalho não conseguem actuar com eficiência devida, daí como qualquer empresa, os seus serviços não tenham qualquer utilidade social e possam, por via disso, entrar na falência.

Em segundo lugar, como condição-função, não existe mais homogeneidade política, social, cultural e económica no seio da classe operária. A estratificação social que atraves-

sa a sua condição-função não permite agir e pensar como uma comunidade de interesses específicos antagónicos aos desígnios do capitalismo e do Estado. Por outro lado, ao desenvolveram a sua acção colectiva nos estritos limites das reivindicações que se enquadram na lógica normativa do trabalho assalariado, nada mais fazem de que cavar o fosso que destrói essa hipotética homogeneidade. Incapaz de representar qualquer tipo de interesse ou identidade colectiva no seio das massas trabalahdoras, a qualquer sindicato, só lhes resta desenvolver negociações ou contratos colectivos numa lógica corporativa de incidência profissional ou empresarial.

Em terceiro lugar, os sindicatos actuais, tal como o capital e as empresas, são confrontados com restrições inelutáveis no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo. Neste aspecto, enquanto persistir a propriedade privada dos meios de produção, o trabalho assalariado, as relações sociais de produção capitalistas e o dinheiro, o factor de produção trabalho é e só poder ser um meio que se enquadra num projecto histórico de racionalização máxima, com a finalidade de produzir mais mercadorias e lucro. Independemente da vontade de qualquer capitalista, qualquer governo ou burocrata sindical, só haverá necessidade de existir trabalhadores assalariados, quando eses requisitos básicos persistirem. Se o capital pudesse transformar todos os seres humanos, que habitam no planeta Terra, em produtores e consumidores de mercadorias fá-lo-ia, porque é essa efectivamente a sua essência e razão de persistir na história da humanidade. Assim como a morte do capital será realizada pelo capital, a morte dos sindicatos torna-se plausível porque continuam a reivindicar o imposível: trabalho assalariado.

Poder-se-ia pensar da minha análise que antevejo uma perspectiva muito diferente para as aspirações do anarco-sindicalismo em relação ao seu projecto de emancipação das massas trabalhadoras. De facto, muitas das limitações que vejo para a acção do sindicalismo de tipo reformista, são também evidentes para as aspirações do anarco-sindicalismo. Os tempos de antanho fazem parte de um passado longíquo que não tem hoje expressão prática, se tivermos em linha de conta que o capitalismo e o Estado evoluiram nos conteúdos e formas de exploração e de opressão sobre as massas trabalhadoras. Por outro lado, está demonstrado à saciedade que pelo facto do marxismo-leninsmo ter sucumbido na Rússia e nos países satélites, isso não implica que o anarcho-sindicalismo tenha razão no passado e que possa transportá-la mecanicamente para os nossos dias. Não foi por causa do fim dessa mentira histórica, que o proletariado aderiu em massa aos princípios e práticas do anarco-sindicalismo. De facto para o operariado de hoje, o sentido restritivo da luta de classes não funciona como base do seu imaginário colectivo. Todos os oprimidos e explorados sentem e agem como factores da ordem social instituída. Para enveredarem por um projecto com materialização prática numa revolução social, só o poderão fazer desde que lutem pela sua própria extinção e de todas as causas que estão na sua origem.

Se nos propósitos do anarco-sindicalismo existe uma intenção estratégica de transformar os sindicatos numa escola de emancipação social, essa será uma tarefa inglória pelas razões em mais trás sublinhei. Confinar a luta nos locais de trabalho e no quadro do trabalho assalariado é por motivos óbvios contraproducente (12). Hoje, se pode existir alguma projecto de educação e de aprendizagem só pode ser viabilizado no espaço-tempo da vida quotidiana dos oprimidos e dos ex-

plorados e de todos os indivíduos que aspiram a uma vida soberana e livre. Esse espaço de intervenção é no local de trabalho, na praça, na rua, no café, no bairro, na comunidade, na região, no país e no mundo. Não há mais lugar para separações territoriais, linguísticas, culturais, económicas, sindicais, políticas ou sociais. Mais do que nunca, o cerne de qualquer anarquismo, que queira valorizar a sua acção na luta pela emancipação social, deve situar-se preferencialmente no indivíduo, depois no grupo, a seguir na comunidade, para finalmente chegar a construir uma sociedade verdadeiramente emancipada. Se o anarco-sindicalismo conseguir evoluir neste sentido pode perdurar, senão terá o mesmo fim que os outros sindicalismos.

Referências bibliográficas:

(1) Bob BlacK, *A abolição do trabalho assalariado*, Lisboa, Ed. Crise Luxuosa, 1998.
(2) Renaud Sainsaulieu, L' identité au travail, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977.
(3) Sobre a emergência histórica do sindicalismo, ver, entre outras obras: Pierre Besnard, *Os sindicatos operários e a revolução social*, Lisboa, Grupo Editorial O Argonauta, 1931; Max Beer, *Historia general del socialismo y de lu*chas sociales, Madrid, Zens, 1931; Jean Maitron e Colette Chambelland, (org.), Syndicalisme révolutionnaire et communisme - les archives de Pierre Monatte, Paris, Librairie François Maspero, 1968.
(4) A este propósito, ver: CNT/AIT, *Syndicalisme révolutionnaire et anarcho-syndicalisme*, Ed. Union Départamental CNT du Val d'Oise, 1996; Neno Vasco, *Concepção anarquista do sindicalismo*, Porto, Afrontamento, 1984; Rudolf Rocker, *De la doctrine à l'action - l'anarcho-syndicalisme des origines à nos jours*, Lyon, Atelier de Création Libertaire, 1995; Evert Arvidsson; *El anrcosindicalismo en la sociedad de bienestar*, Máxico, Ediciones CNT, 1961.
(5) A.L. Morton e George Tate, *O movimento operário britânico*, Lisboa, Seara Nova, 1968.
(6) L. Mercier-Vega e V. Grifuelhes, *L'anarcho-syndicalisme et syndicalisme révolutionnaire,* Paris, Spartacus, 1978.
(7) F. W. Taylor, *La direction scientifiques des entreprises*, Paris, Dunod, 1965.
(8) Voline, *La révolution inconnue*, (3 volumes), Paris, Pierre Belfond, 1972.
(9) Juan Gómez-Casas, *Historia del anrcosindicalismo en España*, Madrid, Editorial Aguilera, 1977.
(10) George Soros, *A crise do capitalismo global*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999; Hans-Peter Martin e Harald Schumann, *A armadilha da globalização - o assalto à democracia e ao bem-estar social*, Lisboa, Terramar, 1998.
(11) Viviane Forrester, *L'horreur économique*, Paris Fayard, 1996; Jeremy Rifkin, *La fin du travail*, Paris, Editions la Découverte, 1996.
(12) CNT/AIT, *El anarcho-sindicalismo en la era tecnologica*, Madrid, Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 1988.

Abrilada: vinte e cinco anos de sombras

Júlio Henriques

Ao serem vencidos na prática, os movimentos revolucionários são-no também nas ideias. A partir da sua derrota, é exercida pelo poder de Estado uma metódica e bem organizada censura selectiva com vista a encobrir aquilo que de socialmente subversivo contiveram; trata-se de uma operação preventiva, cujo objectivo consiste em evitar que um tal movimento possa repetir-se. Em geral, para a boa prossecução desta actividade de encobrimento, o poder de Estado conta com a participação dos intelectuais mercenários, e especialmente com os revolucionários *arrependidos,* cujo contributo se revela sempre da maior utilidade. Não é pois surpreendente que vinte e cinco anos após o 25 de Abril a prática subversiva e as correspondentes ideias do movimento social ocorrido a partir da Primavera de 1974 se vejam soterradas pelo enormíssimo peso da mistificação corrente, profissionalmente elaborada para consumo das massas entretanto informatizadas. O sistema político do capitalismo, em duas décadas e meia, aprendeu bastante no que toca à sua necessária primeira função ideológica, a manipulação dos factos. E hoje, dotado com meios de propaganda muito mais difusos, consensuais e eficazes do que eram os do fascismo, a sua capacidade de condicionamento funcional mostra-se sem dúvida mais efectiva do que no estádio anterior a 1974.

Deste modo, o 25 de Abril será necessaria-

mente visto como uma mera ocorrência de índole estatal: um golpe militar de esquerda que voltou a pôr no aparelho de Estado representantes do povo drenados pela competição eleitoral. Da subversão que varreu o país durante quase dois anos, dessa luta de classes que o transfigurou, da rebeldia criativa que começara a transformar as classes trabalhadoras com vista a um ataque generalizado à sacrossanta propriedade, não há-de assim rezar a história piedosamente contada, não só às criancinhas das escolas mas também às populações devidamente domesticadas pela televisão e demais aparelhos ideológicos do Estado e da economia — e *normalizadas* pela própria sujeição exercida pelo trabalho e seus inúmeros *produtos*.

Ao contrário daquilo que essa história oficial e oficiosa mostrará com profusão e a cores, dissimulando com mão férrea o essencial, o que de mais importante historicamente ocorreu naquilo a que chamamos o 25 de Abril foram as lutas sociais — e, insisto, *directamente sociais* —, com a ocupação pelos trabalhadores de empresas industriais e comerciais, herdades agrícolas e habitações. Se isto não tivesse ocorrido, o 25 de Abril limitar-se-ia a ser um novo 5 de Outubro, um simples golpe de Estado. Ou seja, o que de decisivo aconteceu em 1974-75 foram os conflitos que pela primeira vez desde os anos 20 puseram em xeque na sociedade portuguesa, com toda a evidência, o poder capitalista, visse-se ele exercido pelos seus tradicionais representantes (os patrões) ou pelos novos gestores produto já da reviravolta operada no Estado.

Já então, como não podia deixar de ser, essas lutas em que os trabalhadores emergiam como classe autónoma, oposta ao capital, foram combatidas com todos os meios (da mentira organizada à polícia de choque) pelas fracções políticas directa ou indirectamente no poder. Observando-se a história desse período, ver-se-á sem dificuldade que todos os partidos políticos, independentemente das suas diferenças no plano táctico, convergiam no sentido estratégico de controlar as lutas sociais, sempre com vista a sustê-las adentro de limites comportáveis pelo capitalismo, agora democrático. Ou seja, reduzindo-as ao mero estatuto de reivindicações parcelares (por aumentos salariais corporativos, por melhorias nas condições de laboração), repelindo a tendência à sua generalização e ao igualitarismo nelas manifesto.

Foi o conteúdo social e a forma revolucionária dessas lutas autónomas, de carácter colectivo e igualitário, criando expressivamente os vocábulos *apartidário* e *apartidarismo,* e com isso não só se distanciando dos partidos mas também criticando na prática a razão de ser destas máquinas para-estatais, que tamanho interesse suscitaram noutros países, quer entre os activistas das classes trabalhadoras quer, sobretudo, no seio dos capitalistas, por razões obviamente opostas. As lutas sociais na Europa de então constituíam sérios motivos de preocupação para os donos do mundo, e esta súbita brecha claramente aberta no Sul, com «o poder na rua» em Portugal e o seu muito provável alargamento à Espanha franquista, não eram coisas com que se brincasse. Os partidos políticos do novo regime, a começar pelo PS, tiveram então um papel de primeiríssima ordem no combate ao movimento grevista e ao aprofundamento político que neste se delineava com vista à criação de um poder dos trabalhadores — não um poder de fachada, mero formalismo legal escarrado num papel, mas um poder efectivo que começava nas empresas, no controle da produção e da sua lógica social, e daí extravasava para todos os aspectos da vida quotidiana.

Tais objectivos revolucionários eram incomportáveis no quadro duma democracia parlamentar, que se resume, aqui, ao poder

político do capitalismo «amadurecido» (amadurecido, no caso português, à força). Nesta democracia, o poder é até com vantagem exercido por partidos de esquerda, tudo dependendo apenas das circunstâncias, da oportunidade com que intervenham no contexto da luta de classes. Em certos momentos históricos, e foi o que também sucedeu em Portugal, esses partidos, graças à maior confiança que neles depositam os trabalhadores (comparativamente aos partidos de direita), são os mais aptos a gerir os movimentos de subversão social que ameaçam tornar explícita e generalizada a crítica da alienação do trabalho, com as desastrosas consequências que isso implica para as classes dominantes, que vivem exclusivamente da exploração do trabalho assalariado.

Convém dizer que esta visão das coisas, aqui sucinta, teve sempre poucos partidários no seio das correntes políticas de extrema-esquerda. A acção autónoma das classes trabalhadoras, ou não foi historicamente compreendida, ou, tendo-o sido, viu-se em geral rechaçada precisamente por isso, por ser autónoma. As organizações de extrema-esquerda encontravam-se minadas por ideários políticos e organizativos assentes no leninismo, o que implicava uma visão dos movimentos sociais como manifestações incapazes, por si, de constituírem um poder dissolvente do capitalismo. A grande preocupação dessas organizações consistia, por isso, na reconstrução de um *verdadeiro partido comunista* (alternativo ao PCP reformista), naturalmente estribando-se nas movimentações sociais. Mas, por via disso, o modo como abordavam estas últimas implicava forçosamente um equivocado relacionamento de chefia. E, adentro da feroz e amiúde autista luta política pela preeminência ou hegemonia na liderança das «massas», esse quívoco multiplicava-se furiosamente em lutas de tendências, com muito negativas repercussões na coordenação, reflexão e aprofundamento daquilo que as lutas sociais iam podendo pôr a claro: que se tratava de su-

perar o antifascismo, de desmantelar o próprio poder do capitalismo nas empresas e no espaço social; que este poder tinha diversos rostos e podia ser de esquerda; que as formas de luta adoptadas precisavam de ser públicas e anti-hierárquicas, com base em decisões de assembleia e generalizáveis ao conjunto dos assalariados, tudo isto numa perspectiva internacionalista.

O movimento social autonómico, consubstanciado nas Comissões de Trabalha-

dores e de Moradores, por força do peso político exercido por uma impressionante variedade de organizações semelhantes que se digladiavam, não sendo por elas fomentado mas incompreendido, e, por outro lado, directa e indirectamente atacado pelo poder de Estado, acabou, ao não poder generalizar suficientemente o seu conteúdo revolucionário, por perder fôlego e voz. Quando se dá o fatídico golpe de 25 de Novembro de 1975, o movimento autónomo já se encontra em boa medida desagregado por essa confluência contraditória, e às fracções da classe dominante que promovem esse contragolpe militar já não vai ser necessária uma grande demonstração de força. A «ordem democrática» é reposta, no preciso sentido em que a auto-organização dos trabalhadores e o seu poder, a partir daí, passam a ser impossíveis. Com tais democratas nas rédeas do Estado, o capitalismo em Portugal ia agora poder salvar-se, primeiro, para logo a seguir se desenvolver; no horizonte estava já a sua expansão no quadro da CEE, ou seja, das multinacionais e da futura «globalização». A integração neste bloco exprime antes de mais nada o internacionalismo efectivo dos capitalistas, e resulta, nas condições da época, dos temores internacionalmente provocados pela subversão social na região portuguesa, que a todo o custo convinha suster.

Vinte e cinco anos depois, como é óbvio, o capitalismo está claramente muito mais implantado na sociedade portuguesa; quer no espaço físico e na paisagem quer nas mentalidades. É esse, naturalmente, o resultado da derrota do movimento revolucionário que aqui ocorreu. Mas Portugal chega ao capitalismo pleno, com a sua estridente fachada de hipermercados, centros comerciais, auto-estradas, histeria publicitária, «realidade virtual», informatização de tudo e disseminação correlativa do espírito mafioso — com a barbárie batendo rijamente à porta nas metrópoles. O reino que tudo isto anuncia é mesmo deste mundo: além de ser um reino de fachada, como é típico da pós-modernice, exprime o estado de coisas duma imperiosa fuga em frente — fuga, ainda e sempre, do que ocorreu por cá a seguir àquela Primavera de 74: da tentativa de expropriação dos expropriadores.

Episódios da modernidade portuguesa

CHARLES REEVE

«Ironia, liberdade verdadeira! És tu que me libertas da ambição do poder,
da servidão dos partidos, do respeito pela rotina, do pedantismo da ciência,
da admiração pelas grandes personagens, das mistificações da política,
do fanatismo dos reformadores, da superstição deste grande
universo e da adoração de mim mesmo.»

P.J. Proudhon, *Confessions*

1. REVISIONISMOS

O 10 de Junho, que durante o regime fascista foi o «Dia da Raça», tornou-se em democracia o «Dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas». É igualmente o «Dia da Recordação» para os antigos funcionários da pide, reunindo-se em Fátima para celebrarem o passado e agradecerem ao Altíssimo. A escolha do lugar foi politicamente correcta, porque sem dúvida nenhuma a Virgem Santa lhes salvou a vida. Segundo a lógica não negociável de qualquer revolução, estes miseráveis indivíduos deveriam ter sido linchados pelo povo revoltado. Ora acontece que saíram dela miraculosamente vivos, protegidos pelos militares golpistas que queriam encontrar uma solução para a guerra nas colónias. Na Rua António Maria Cardoso, em Lisboa, o prédio da pide lá continua, meio abandonado, com a fachada decrépita, as janelas arrombadas, as paredes rachadas. À espera de ser renovado, talvez para um futuro centro cultural ou, quem sabe, para museu da polícia não democrática. No nº 20-24, uma placa lembra que na tarde de 25 de Abril de 1974, a pide disparou uma última vez contra o povo de Lisboa, que acorrera a pedir-lhe contas, pouco faltando para o prédio ser tomado de assalto. A carnificina, sem dúvida, teria sido grande. Mas quem poderá saber por onde teriam enveredado os acontecimentos se o o exército se não tivesse metido de permeio? Nesta rua, foram então mortos pela pide Fernando Gesteira, José Barreto, Fernando Barreiro e José Arruda. Na parede defronte, uma inscrição anarquista lembra a imperativa fórmula do presente democrático: «Não se mexam!»

Em 1958, após ter superado as provações da guerra graças à colaboração com os dois campos inimigos, o regime fascista vivia a sua idade de ouro. O poder ditatorial reinava com tal arrogância que até a muito fascista e honorável Ordem dos Advogados se viu obrigada a protestar junto do Ministério da Justiça contra os poderes exorbitantes da PIDE e da Polícia Judiciária, que então tinham o «direito» de manter as pessoas presas durante seis meses fora de qualquer controle judicial.

Durante meio século, estes sinistros personagens torturaram, violentaram, perseguiram ou assassinaram todos quantos se opunham ao regime ou manifestavam alguma desconfiança perante a ordem estabelecida. Detinham, escutavam as conversas telefónicas, abriam a correspondência, violavam e revistavam as casas, impediam os opositores de obter emprego. Segundo o New York Times, que não é propriamente uma fonte informativa extremista, a PIDE, nas vésperas do 25 de Abril de 1974, dispunha de 3000 funcionários e de informadores (os bufos) cujo número era estimado em 30 000. Ou seja, um polícia por cada 300 pessoas. Nesta especialidade, a famosa Stasi da ex-Alemanha de Leste não se tinha mostrado original.

Após o golpe do 25 de Abril, a impunidade destes funcionários foi protegida pelos militares do MFA e os bufos perderam-se na paisagem. A PIDE teve a sabedoria e o tempo necessário para apagar pistas, sendo o resto do trabalho de camuflagem concluído pelo exército democrático e pelas forças políticas que se foram sucedendo à cabeça da instituição oficialmente encarregada de reorganizar a antiga máquina policial (1). Após algumas peripécias e apesar da sua implicação em vários atentados terroristas (2), os funcionários da PIDE acabaram por ser amnistiados e os seus registos criminais foram limpos, com a menção «Serviços Prestados à Pátria».

Deste modo, um antigo chefe desta organização de criminosos de Estado, Cunha Passos, pode hoje declarar publicamente perante as câmaras da televisão coisas como esta: «Nunca prendemos ninguém em Portugal por ter

ideias.» Porque, como é óbvio, ideias toda a gente as tinha. Bastava não as exprimirem. Caso contrário, talvez nem as prendessem, limitavam-se a liquidá-las. O homem declara aquilo, e tudo continua como se nada fosse. Um outro miserável acrescenta cinicamente: «Naturalmente, nós não éramos nenhuma organização de caridade. Mas é possível que os nossos inimigos se tenham mostrado muito sensíveis. [...] É verdade que tínhamos larguezas na acção. Mas se tínhamos muito poder, era para actuar bem.» Prova irrefutável desta eficácia ao serviço do mundo livre, vinte e cinco anos depois um destes bandalhos exibe na televisão botões de camisa oferecidos pelo presidente norte-americano Richard Nixon. Haverá mais sólida referência de respeitabilidade? Por isso, feitas as contas, a PIDE - nome execrado que perdura na memória social - terá mesmo existido?

Fotografia de João Camacho

A revisão da História é o projecto político que consiste em apagar, na memória social, os vestígios incómodos do passado. É a criação de um esquecimento. Este apagamento constitui aliás um elemento indispensável ao governo do presente, através dos poderes e dos seus meios de massas. À perturbação da ordem capitalista pela acção colectiva autónoma do pós-25 de Abril sucedeu a normalização democrática, que preparou a integração do país na chamada comunidade europeia. E a entrada em marcha forçada desta sociedade arcaica na modernidade pôs tudo de pantanas. O apagamento da memória do período precedente tornou-se assim mais fácil. Doravante, a História começa com esta modernidade. Tudo o resto tem de ser revisto, esquecido, relativizado, adoçado, isolado do presente. Não é só que convém as pessoas não se mexerem, como diz a inscrição anarquista; impõe-se que as pessoas não se lembrem, que ignorem. O passado é aquele que nos contam. Os episódios da PIDE e dos seus sicários são apenas uma parte destes anos de que só se fala agora de forma revista. A guerra colonial levada a cabo, de 1959 a 1974, em três frentes africanas, é outro exemplo.

Em quinze anos, num país de nove milhões de habitantes, um milhão e meio de jovens passaram por esta experiência sangrenta e traumática, máquina de triturar vidas e mentes. Catorze mil mortos, trinta mil feridos, cento e quarenta mil vítimas do stress de guerra, centenas de milhares de pessoas massacradas na Guiné-Bissau, em Angola e em Moçambique. Os sobreviventes deste inferno vão-se arrastando neste encantador país de praias, auto-estradas, Expos e monumentos históricos que em maioria são igrejas; centenas de milhares de pessoas desfeitas, deprimidas, desmunidas, doentes. A guerra deixou profundas feridas psicológicas em toda uma geração. À qual, ainda por cima, se pede um esforço de amnésia em prol do consenso. Porque o silêncio oficial sobre a guerra faz parte da cultura oficial. Este silêncio recobre também um outro aspecto deste período, a maciça rejeição da guerra por uma parte da juventude, uma das mais importantes

oposições da história moderna. Em finais dos anos 60, havia duzentos mil refractários e desertores portugueses espalhados pela Europa. Em vésperas do colapso do antigo regime, apresentava-se ao serviço militar a metade dos jovens em idade militar, ou nem tanto. De início eram sobretudo estudantes, oriundos das classes médias, mais ou menos politizados, os que «fugiam», como então se dizia em linguagem popular. Mas esta rejeição da guerra depressa se alargou às classes proletárias, sobretudo nas maiores cidades, utilizando as redes da emigração clandestina para evitarem morrer como patriotas. Sem este movimento informal de oposição à guerra, que desorganizava e desmoralizava o exército, o golpe militar do 25 de Abril nunca teria ocorrido. Esta recusa não era organizada, e ainda menos encorajada, pela oposição ao regime. O PCP tinha então uma só palavra de ordem destinada aos seus militantes e simpatizantes: fazerem a guerra para se lhe oporem por dentro. Uma típica táctica de aparelho, paga muito caro pelos que se lhe submeteram. Na realidade, o objectivo do PCP consistia em infiltrar o exército com vista à eventualidade de uma revolta militar contra a guerra. No seu livro Os Alferes, o escritor comunista Mário de Carvalho descreve a experiência desta época, dos jovens militantes que se viam no mato, detectados como comunistas pela hierarquia militar, obrigados a matar para não serem mortos, onde «a angústia do medo se mistura a um terrível sentimento de injustiça». Mas se a pertença à categoria dos que «fugiram à guerra» continua a ser reconhecida com indulgência na sociedade portuguesa, em contraparida o sofrimento dos que a fizeram é ignorado, ou mesmo negado. O discurso oficial martela uma única mensagem: a democracia está instaurada, a guerra acabou, as colónias tornaram-se independentes. Impõe-se esquecer. O preço da democracia é o dever de olvido, o silêncio. Ora, para muitos antigos combatentes e suas famílias a guerra nunca acabou, as suas consequências são vividas de modo obsessionante. Porque o que é esquecido à força, pelo interdito, acaba por invadir todo o espaço da mente. «Participar em massacres e ser obrigado a matar para não morrer, assistir e participar no assassínio de crianças e mulheres, assistir a bombardeamentos, tiroteios, rebentamento de minas, utilização de napalm, tudo isso transformou estes jovens em homens precocemente envelhecidos», conta um antigo combatente.

Em 1992, alguns indivíduos marcados por esta experiência conseguiram organizar-se e constituíram uma associação, a APOIAR (Associação de Apoio às Vítimas do Stress de Guerra) (3). De início tratava-se sobretudo de prestar apoio médico e jurídico aos antigos combatentes. Mas depressa perceberam que «as autoridades faziam questão de apagar a memória da guerra e dos sofrimentos dos que a fizeram»; e que o Estado português se recusa a reconhecer o stress de guerra. Na sua actividade de denúncia da guerra e do fabrico do esquecimento, a associação Apoiar viu-se inevitavelmente em conflito com as autoridades. O jornal que publica levanta regularmente a questão da responsabilidade do Estado, a continuidade entre o antigo e o novo regime, a hipocrisia da classe política, o carácter colonial da guerra. «Para o espírito amputado, não há prótese!», desabafam. E sobretudo dão a palavra aos antigos combatentes, que narram os horrores da guerra, descrevem os massacres mas também, por vezes, actos de confraternização com as populações africanas, a solidariedade entre os soldados, a falta de confiança na missão que tinham, a atitude racista e fascista de certos oficiais, as dúvidas de outros, o papel da PIDE no seio da hierarquia militar. Tudo isso incomoda. Como diz Mário Gaspar, um dos fundadores da Apoiar (que as

autoridades encaram como um excitado), «o que eles querem é que a nossa geração acabe e que não se fale mais nisso. Para poderem dormir em paz.» Mas a verdade é que aquilo que eles exprimem tende a difundir-se, que em todas as ocasiões propícias os jornais se vêem cheios de cartas de antigos combatentes, exprimindo em maioria o sentimento de terem sido utilizados e entregues à sua sorte pela máquina militar e o poder político. Stress de guerra? perguntam os que querem sacudir a água do capote. Isso é bom para os antigos do Vietname. No exército colonial português nunca houve stress. O cinismo oficial é tanto mais forte quanto se sabe que no seio da nova classe política são muitos os que «fugiram à guerra» e foram militantes, no exílio, em partidos da oposição. O socialista Arons de Carvalho publicou até, antes do 25 de Abril, um livro sobre a liberdade da imprensa em Portugal denunciando o facto de oficialmente ser proibido mencionar o emprego de napalm e métodos de intervenção química pelo exército colonial. O livro foi reeditado em 1999 com pompa e circunstância, mas hoje este cavalheiro é secretário de Estado duma coisa chamada Comunicação Social. E mudou de verdades.

2. O ADMIRADOR DE KROPOTKINE E OS OCUPAS; OS BAIRROS DA LATA SOCIALMENTE MERECIDOS

Queluz, entre Lisboa e Sintra, «a residência preferida da Rainha, é um sítio bonito», escrevia em 1880 Maria Rattazzi na sua deliciosa crónica sobre as taras da sociedade portuguesa, Portugal de Relance. Um século mais tarde, o palácio real é etapa turística, a república está solidamente implantada e o sítio irreconhecível. Na avenida António Enes, nº 27, a uns passos da estação de caminho de ferro, uns jovens anarquistas ocuparam um prédio degradado e ao abandono, a antiga estação dos Correios. Ao lado, num prédio meio acabado, dois polícias guardam orgulhosamente a propriedade privada e as mercadorias dum sórdido centro comercial sem clientes. Queluz é hoje uma das periferias-dormitório de Lisboa, um bisonho lugar constituído por um amontoar de habitações do tipo gaiola em betão armado. «Por que razão será o dinheiro mais importante que as pessoas?», interroga uma bandeirola afixada nas janelas da velha estação dos Correios. Colado no portão da rua, um texto explica o sentido da ocupação: «Precisamos de um espaço comum onde possamos ter relações com outras pessoas que não sejam os nossos pais, onde seja possível discutir, fazer amizades, levar a cabo actividades colectivas. É por isso que ocupamos esta casa. [...] Gostaríamos que a comunicação se restabelecesse entre os vizinhos, esta relação que se perde com individualismo, fechando-se cada qual em casa com os olhos e a mente fixos no ecrã de televisão, passando ao lado da vida verdadeira.» Facto surpreendente, os vizinhos e os transeuntes apoiam a ocupação e o abaixo-assinado, ao fim do dia, fica cheio de nomes. Algumas pessoas até lhes levaram coisas úteis, alguns móveis. Será possível deduzirmos disto uma mudança da atitude popular relativamente a estas acções? Quem se lembra da destruição destas antigas grandes aldeias do tecido urbano, levada a cabo pela especulação imobiliária dos últimos trinta anos? Uma destruição rápida e caótica, traduzindo a força arrogante do dinheiro. Os campos portugueses, os arrabaldes das cidades, tudo o que é habitável em redor dos eixos rodoviários, são hoje spaços duma fealdade indescritível. Para quem tenha guardado na memória a imagem dos bilhetes postais de antigamente, o país está irreconhecível. É em vão que o viajante o procura, por entre as auto-

Livrarias à Margem

estradas e o cimento armado.

Uns meses antes desta ocupação de Queluz, numa estreia memorável, um velho prédio foi ocupado em Lisboa por um grupo de jovens, na zona da Fundação Gulbenkian (4). A surpresa foi tanta que o presidente da Câmara da capital foi ver o que lá se passava, rodeado por uma esquadra de engravatados adjuntos. «Este prédio está muito degradado e terá de ser destruído. Por enquanto podem cá ficar. Mas cuidado, não se deve generalizar este tipo de acção. Compreendo-vos, eu também li o Kropotkine!»

O autarca tem a quem sair. O pai, chefe histórico do PS, foi o digno restaurador da ordem capitalista na sequência da agitação social pós-25 de Abril. O filho é um carreirista ambicioso que governa a grande cidade a golpes de demagogia, estabelecendo redes de influência e clientelismo. Uma mistura do francês Tiberi e do moscovita Lujkov. Está em todas: ecologista, liberal, cristão, social, humanista, tolerante dos libertários desde que se comportem de forma civilizada. Uma prova? Este leitor de Kroptokine não hesita em convidar para um porto de honra um grupo de peritos anarquistas, reunidos em Lisboa num colóquio com vista a debater as virtualidades libertárias do poder municipal. Mui esperto, o filho aprendeu com o pai que vale mais ouvir tais coisas do que ser surdo. Mais vale uns colóquios anarquistas do que uma vaga de ocupações anarquizantes.

João Soares traz no rosto, aliás, as marcas de um período obscuro da sua existência. Encontrando-se um dia algures na África Austral, em serviço de apoio a Jonas Savimbi (o homem da CIA e dos serviços secretos franceses), o nosso homem sobreviveu a um grave acidente de aviação provocado por algo que ficou na ordem do mistério. Trazido in extremis ao mundo dos mortos-vivos graças à intervenção do Espírito Santo, com uma cara à Frankenstein produto das maravilhas da cirurgia estética, abandonou desde então o mundo perigoso dos policiais para se tornar um dos caciques socialistas do país. Quando da abertura da Expo 98, deu muito que falar declarando corajosamente à imprensa que não tencionava, de modo nenhum, adoptar medidas repressivas contra os pedintes, prostitutas e vendedores ambulantes que enchem os passeios de Lisboa. «Opomo-nos a este género de operações de cosmética social». Como um bom hegeliano, acrescentou: «Lisboa é o espelho do país real». Roga-se pois ao turista que não tome a aparência pela essência.

Lisboa, espelho do país real, cidade com mais de um milhão de habitantes, conta hoje (recenseadas) mil pessoas sem abrigo. Nos velhos bairros populares, metade dos alojamentos continua a não dispor de casa de banho e um terço não tem cozinha. O que há-de vir não é de bom augúrio, pois o programa que previa para o ano 2000 a total irradicação dos bairros da lata em Lisboa e no Porto só pode concretizar-se em 14%, falando as previsões mais optimistas de 42% dessa realização no final do ano e do século. Mas será isto deveras grave? A secretária de Estado para a Habitação, a Sra. Leonor (uma esquerdista dos anos 60, então exilada em Paris), declara à imprensa que os programas de realojamento dos pobres só se justificam se for possível «reinseri-los na comunidade», caso contrário será um desperdício do erário público. No fim de contas, de facto, os que não trabalham não se cansam, por que razão precisariam eles de dormir, de se lavarem, de cozinhar?

3. JESUÍTAS E FANÁTICOS, O CINEASTA E O NOBEL

No fim do século passado, o núcleo mais brilhante dos intelectuais portugueses encarava a ideia nova de socialismo como a

alternativa àquilo que consideravam ser o movimento de decadência dos povos peninsulares. Os da «Geração de 70», Eça, Oliveira Martins, Antero de Quental, moveram um processo sem concessões às taras da sociedade portuguesa e da sua classe dirigente (5), bem como às responsabilidades da Igreja no aviltamento do espírito popular. A respeito do carácter português, notava Antero: «Mesmo querendo ser modernos, há sempre dentro de nós, escondido, dissimulado, mas não de todo inerte, um beato, um fanático ou um jesuíta! O moribundo que se ergue dentro de nós é o inimigo, é o passado.» (6) Outros tempos, outras qualidades. No nosso fim de século os intelectuais portugueses reconhecidos vivem em paz com o «moribundo», fazendo destas ideias do passado o seu comércio.

Manoel de Oliveira é o homem que incansavelmente trata de entendiar-nos. Mas quando não está a rodar um filme, acontece-lhe falar. O antigo aluno dos jesuítas, católico praticante, viveu o 25 de Abril do ponto de vista do patrão de uma fábrica ocupada pelos trabalhadores. «O 25 de Abril trouxe-me muitos prejuízos materiais. A fábrica da minha família entrou em falência e os meus filhos foram obrigados a emigrar...» (7) Ainda assim o cineasta de sucesso não perdeu tudo, porque graças a Deus o ofício de patrão ensinou-lhe a dirigir actores. Não convém esperar muito da classe operária, é gente inculta, ingrata, que só pensa em trabalhar ou em fazer a revolução e não é nada tolerante para com os artistas. Manoel de Oliveira, que é cristão, perdoou-lhe. A única coisa que ele não perdoa é que se critique Deus. «Deus não se discute», lançou ele, num debate público, a José Saramago, o prémio Nobel.

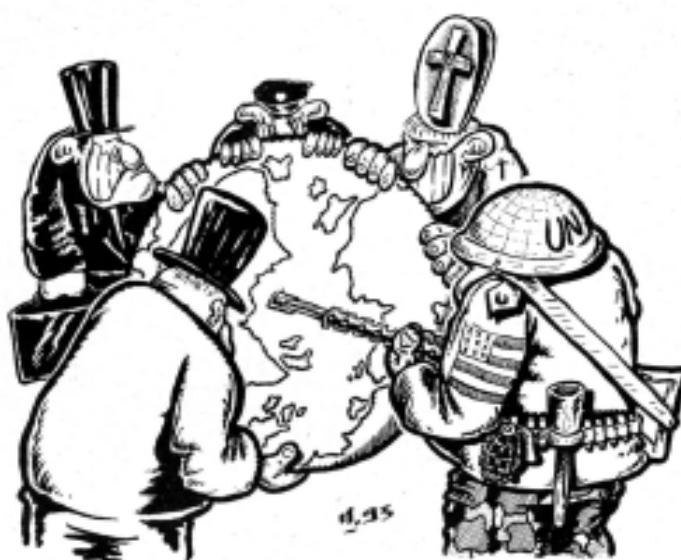
Saramago é um outro género de jesuíta, ou de fanático. Por muito que a gente procure, não iremos encontrar a assinatura do Nobel no abaixo-assinado da velha estação dos Correios ocupada em Queluz. Um homem de uma tal estatura não pode fazer tudo, tem prioridades. Mal tinha sido nomeado prémio Nobel, José Saramago desloca-se a Lisboa, para ser recebido na sede do PCP. A seguir vai ao Porto, para o comício de recepção do PCP a Fidel Castro, vedeta da I Conferência Íbero-Americana. Aplaudido por uma multidão jubilosa, o ditador das Caraíbas é apresentado por

Saramago como o homem «que personifica as melhores virtudes do povo cubano». Américo Amorim, mais conhecido como o Rei da Cortiça, quinta fortuna do país e membro do clube muito chique dos «200 mais ricos do mundo», não estava, quanto a ele, nessa recepção. Tinha encontro marcado com o líder máximo num excelente hotel do Porto, num encontro privado. O Sr. Amorim conhece na ponta da unha a questão social; a fortuna da família foi construída graças à exploração de várias gerações de proletários, utilizando sempre a repressão contra os militantes sindicalistas re-

volucionários e depois comunistas. Este homem, que hoje é um reconhecido democrata, foi mesmo um pilar do regime fascista. Rodeado de patrões portugueses, todos radiosos ante a perspectiva de interessantes negócios caribenhos, o Sr. Amorim anuncia à imprensa a aplicação de investimentos no turismo em Cuba, onde já possui dez hotéis. E saúda Fidel segundo as regras do militantismo marxista-leninista: «Hasta siempre, comandante!» Este, por seu lado, saúda em Amorim «o patrão sério e um grande amigo», ao mesmo tempo que explica a sua concepção da democracia: «No meu país cada cidadão é um partido. Temos milhões de partidos.» Ao que parece, actualmente é o seu partido pessoal que detém a maioria absoluta. Deve ser esta peculiar demagogia aquilo a que Saramago chama «as melhores virtudes do povo cubano». Um ausente, notado, nestas festividades: Otelo Saraiva de Carvalho, o antigo operacional de Abril hoje reciclado no pequeno comércio de import-export com a África lusófona. Em pleno período da agitação política, em Julho de 1975, Otelo visitou Cuba, convidado por Fidel por iniciativa do PCP, que então procurava integrar o popular chefe das operações militares. Fidel foi directo, aconselhou-o a pôr-se ao lado do PCP, cuja «experiência na direcção das massas é importante». Cá temos pois o homem realista que agrada ao Rei da Cortiça. Mais uma virtude cubana. Vinte e cinco anos mais tarde, Otelo continua seduzido pelo prestígio do ditador comunista: «A população tratava-o como um irmão mais velho e para os miúdos ele era o Pai Natal».

Em Castro Verde, a pequena vila do Alentejo comunista, o oculista pôs na montra o Ensaio sobre a Cegueira, de Saramago. Talvez ajude a vender o stock de óculos de sol. Um Nobel de literatura no país da Europa com a mais elevada taxa de analfabetismo (8), numa sociedade onde as livrarias não abundam, é coisa que deveria pôr alguns problemas de marketing. Mas não; afinal toda a gente compra um Saramago, até os analfabetos e os cegos. Mais de 300 mil exemplares vendidos no fim do ano, um totoloto positivo para a Caminho, a editora do PCP que já não conseguia vender as Obras Completas de Lénin. Até o Sr. João Carapeto, capitão da GNR aposentado, adquiriu o Ensaio sobre a Cegueira. É certo que não o convenceu, pensa que é uma literatura esquisita, sem parágrafos. Mas o país, que não é grande, tem necessidade de heróis, cimento da identidade histórica. E como os tempos são ingratos e os candidatos raros, um escritor comunista sem parágrafos pode muito bem servir. Saramago, aliás, segundo nos garante a mercadoria, dá amiúde mostras do seu patriotismo, declarando: «a minha pátria é hoje maior», «tenho um sentimento patriótico», «tenho sangue português», e por aí fora.

A Saramago nunca ninguém pergunta por que razão está ou esteve no Partido Comunista. Perguntam-lhe por que razão é comunista. Como se fosse a mesma coisa. Isso permite-lhe invariavelmente divagar sobre o humanismo de Marx e de deixar à conta do determinismo histórico «os erros do passado». A 21 de Agosto de 1968 as tropas do Pacto de Varsóvia entravam na Checoslováquia para porem na ordem as veleidades reformistas do governo Dubcek. Dois dias depois, o PCP era o primeiro partido comunista em todo o mundo a apoiar sem reservas a intervenção militar. Hoje Cunhal é considerado um homem de letras com opinião sobre as artes, publicando romances com o pseudónimo Manuel Tiago. Ora, meses depois da invasão da Checoslováquia, Saramago adere ao partido. A data é eloquente. Após o 25 de Abril é nomeado director-adjunto do Diário de Notícias e encarregado pelo partido de controlar o jornal. Vinte e dois jornalistas publicam um manifesto contra a situação interna, as práti-

cas autoritárias e esse controle. Sem hesitar, Saramago põe-os na rua. Mais tarde, declara: «O jornal tinha a sua linha e não podíamos aceitar que se tornasse uma tribuna.» Mal teve ao seu dispor uma pequena parcela de poder, o nosso homem exerceu-a autoritariamente. Nele não há sombra de espírito libertário, é uma personalidade seca, racional, rígida, fanática. Estamos bem longe, com ele, dos sonhos emancipadores dos socialistas do início do século, caros à «Geração de 70».

4. OS INDÍGENAS DAS NOVAS RESERVAS DE TRABALHO FLEXÍVEL NA PERIFERIA DO IMPÉRIO

Ao intervir em mais um Seminário sobre o Modelo Social Europeu, o primeiro-ministro português teve uma ideia de génio: a mundialização deverá ser regulamentada. Durante o regime salazarista houve de facto a Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau; por que não criar, com base no mesmo modelo, uma Comissão Reguladora da Mundialização? Na altura a proposta foi lamentavelmente ignorada pelos peritos; mas meses depois o grande pensador Jacques Chirac retomou-a: a mundialização tem de ser organizada.

Na Azambuja, perto de Lisboa, a globalização continua desorganizada. A direcção da fábrica Opel felicita «os seus operários» pelo aumento da produtividade verificado nos últimos anos. «A flexibilidade da força de trabalho, a sua docilidade, constituíram factores determinantes dos bons resultados obtidos.» Paradoxalmente, os trabalhadores parecem inquietos. Isto porque mesmo ao lado a fábrica Ford fechou, após ter sido considerada durante anos, também ela, um caso exemplar de eficácia e produtividade na Europa. Deverão as felicitações ser interpretadas como a participação de uma morte anunciada? Em Setúbal a globalização também se fez sentir. Após dez anos de exercício, a fábrica Renault encerra. Instalada com base em subsídios da UE e do Estado português, era ali montado um modelo, o Clio, com peças e carroçarias oriundas de fábricas espalhadas pela Europa. A longa rede europeia de auto-estradas, esses milhares de quilómetros de betão e asfalto que percorrem o velho continente, de Vilnius a Lisboa, assumem assim todo o seu sentido capitalista. Os proletas de Setúbal ouvem os agradecimentos da empresa, sendo os mais idosos remetidos para a pré-reforma e os outros orientados para a lida sem fim das formações e indemnizações. «É toda uma vida atirada fora!», exclama perante as câmaras Raimundo, com um breve gesto da mão indicando ao jornalista que não está para colaborar mais na produção da sua

própria imagem. Com uma expressão enojada, põe ponto final na conversa: «Nunca mais hei-de votar por um partido, seja ele qual for.» Caso haja alguma questão a respeito da credibilidade democrática, faça favor...

A região industrial de Setúbal é um excelente exemplo de como o capital multinacional integrou estas zonas proletárias da periferia na nova estrutura produtiva da modernidade. Já em finais do regime salazarista fora lá construído um pólo industrial moderno (química, siderurgia e estaleiros navais) que absorveu, durante anos, o excedente da população proletária do Alentejo. Esta zona, de velha tradição reivindicativa, foi um foco de agitação operária. Após o 25 de Abril, o estaleiro naval da Setenave (juntamente com o da Lisnave, em face de Lisboa) foi um dos bastiões da esquerda sindical e dos adeptos do projecto de poder poular apartidário. Até ao fim dos anos 80, o Estado português irá manter estas enormes estruturas industriais sobretudo com o objectivo de preservar a paz social. A verdadeira repressão, que não é a da polícia, virá depois. Uma classe operária derrotada pelo revés duma acção colectiva portadora de ideias emancipadoras estava assim condenada a submeter-se a uma exploração sem limites.

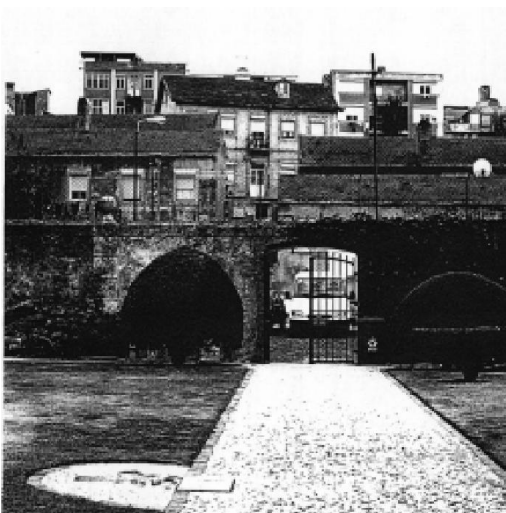
Os especialistas portugueses do neoliberalismo mostram-se triunfantes: «Tínhamos as condições necessárias à reestruturação: uma população escolarizada, com boa formação profissional». Trata-se de oferecer ao capital uma reserva de mão-de-obra qualificada, flexível e precária, dócil e barata. Pois não esqueçamos que em finais de 1997 o salário horário mínimo continuava a ser o mais baixo da UE (9). Os patrões europeus, seduzidos pela brandura do país, não perdem uma ocasião de o aplaudir: «O que mais me impressiona é que as pessoas trabalham muito, longas horas e de maneira intensa.» (10) Como afirmam os especialistas da identidade nacional, «o que há de intrínseco na cultura portuguesa é o espírito de sacrifício e uma boa dose de individualismo» (11). Concluindo os publicitários da modernidade: «O importante é criarmos uma imagem de competitividade». Porque é isso, precisamente, «o investimento do futuro». As empresas devem instalar-se, apoderar-se dos subsídios e da mão-de-obra, e depois, ala, fechar as portas; voltar, mais tarde, eventualmente, segundo determinem os interesses superiores do capitalismo. Como é óbvio, quando estes tão modernos empresários falam de vida não têm em mente a vida das pessoas. Hoje em dia, segundo precisam, «já não é a fábrica que tem um ciclo de vida, é a tecnologia». As infraestruturas e a mão-de-obra estão disponíveis para serem utilizadas pelos capitais e tecnologias que circulam, segundo as suas necessidades e não outras. Temos assim desvendado o mistério do famoso ciclo do «saber social», para empregar a linguagem codificada dos universitários parisienses.

De modo a amortizar o «preço social» do projecto, o Estado conserva uma função. Tem de estar presente, com os seus magros abonos e sobretudo com a sua polícia e a criminalização da miséria. Porque a criação destas reservas de indígenas precários e flexíveis implica também o desenvolvimento das diversas formas da economia paralela. A droga, a prostituição, o trabalho infantil e outras actividades «negras» fazem parte da nova paisagem industrial pós-moderna. O Sr. Borges, um economista de Lisboa, inquietou-se com o impulso desta economia paralela, que cresce como cogumelos nos baldios da antiga economia. Assustado, descobriu que em 1997 a massa monetária correspondente a esta economia paralela representa em Portugal 20% do produto interno bruto. A expressão cobre

múltiplas actividades ilegais, que vão da prática clandestina do aborto à falsificação de marcas e à venda de tabaco. Em percentagem dos quantitativos financeiros em movimento, a droga e a prostituição representam, respectivamente, 50% e 10% do conjunto da economia paralela.

O desmantelamento industrial e o desastre social foram condições para a entrada de Portugal, em 1986, na CEE, a fim de atrair os capitais estrangeiros. A idade dourada desta reestruturação foi a dos governos neoliberais de Cavaco Silva, frio personagem jesuítico (mais um) apaixonado pela Sra. Tatcher. Como em toda a parte, os socialistas que lhes sucederam «fazem a mesma política mas melhor», retomando a fórmula de Mestre Schröder. As empresas multinacionais que se instalam trazem cada vez menos investimentos, continuam a sacar as subvenções europeias e os empréstimos bonificados oferecidos por Bruxelas (12), exploram a mão-de-obra local como deve ser e zarpam depois para outras paragens.

Fotografia de João Camacho

Falarmos hoje de «economia portuguesa», grega, espanhola ou irlandesa é um bico de obra. A periferia do Império do Euro não passa de uma periferia industrial do centro, de uma reserva de mão-de-obra, com as suas populações de gente entregue à triste sorte que é a sua e que lá vai vivendo com a respiração assistida dos fundos comunitários. Toda a gente sabe que tais fundos têm fundo e não são eternos, sendo por isso constante a inquietação relativa a uma nova repartição do orçamento da União, imposta pelos países ricos. É por isso que os dirigentes recorrem sem cessar à chantagem da agitação social com vista a que os cheques vão entrando. Reside nisso todo o sentido da fórmula que insiste na «coesão social» das periferias nacionais. Em Portugal, estes fundos de «coesão» representam mais de 600 milhões de contos por ano, ou seja, metade do custo dos grandes trabalhos programados; o último em curso é a grande barragem do Alqueva, no Baixo Alentejo, obra faraónica cujo objectivo eminentemente social consistirá em regar as grandes extensões de campos de golfe que proliferam no meio duma paisagem esvaziada de gente. Sempre «bom aluno», Portugal executa os fundos comunitários em mais de 70%. Isso constitui a garantia de um bom retorno deste dinheiro, drenado pelos poderes públicos europeus para os cofres das grandes empresas privadas da construção, os gigantes do cimento e do ferro. A ausência de défice público, aquilo a que os políticos chamam saneamento das finanças públicas, prova apenas que o Estado português gasta pouco. Ou que gasta essencialmente os fundos comunitários, contabilizados nos orçamentos dos Estados europeus ricos (13). O saneamento das finanças públicas portuguesas é apenas o efeito local, marginal, da contribuição dos Estados ricos para o fianciamento da União, contribuições estas que são, para todos os fins práticos, fundos públicos. Com estes «fundos de coesão», os Estados ricos prosseguem, na

periferia do espaço europeu, uma política keynesiana de apoio à produção privada das grandes empresas capitalistas.

5. INVASORES MOLDÁVIOS NO PAÍS ONDE A POBREZA É COLORIDA

A abertura de restaurantes de comida rápida e de imensos centros comerciais, a ligação por auto-estrada entre Lisboa e Berlim, a proliferação dos telemóveis, o aumento do parque automóvel (14) e a abertura de lojas de grande luxo em Lisboa e no Porto podem certamente ser prova científica da entrada na modernidade. Mas o que caracteriza as sociedades da periferia é a coexistência pouco pacífica entre os sinais exteriores de modernidade e o peso de arcaísmos tenazes. Na sua frieza, as estatísticas são eloquentes. O índice de pobreza de Portugal não só continua a ser o mais elevado da Europa como continua a crescer. O país apresenta até a maior disparidade de rendimentos entre ricos e pobres de toda a União Europeia. Neste encantador cantinho da Europa, 10% dos mais pobres estripam-se para obter 2% da riqueza, ao mesmo tempo que os 10% mais abastados partilham cortêsmente entre si 30% da mesma riqueza. Mas num país de tradição fatalista e de fado, uma desgraça nunca vem só. Os pobres, que são cada vez mais pobres, são também cada vez mais velhos. Inelutavelmente, submetido a uma maldição divina, o país envelhece (15). A não ser que se trate daquilo a que os anarquistas do início deste século chamavam «a greve dos ventres», a redução da natalidade. A taxa de fecundidade tem baixado aqui mais do que na restante Europa. Além disso, os que não morrem de pobreza ou de velhice, podem morrer graças aos efeitos do progresso, acidentes da estrada ou poluição (16).

Falamos, na realidade, de dois países. A região de Lisboa, com um rendimento próximo da média europeia, e o resto, o país onde a pobreza é colorida. O rendimento do Alentejo, para citar o exemplo mais extremo, corresponde a uma quarta parte do das regiões ricas da Europa. E um recente Relatório da União sobre a famosa «Coesão Social» lembra que 27% das famílias portuguesas viviam, no início dos anos 90, abaixo do patamar de pobreza, com menos de 60 contos por mês. Como as famílias pobres têm muitos membros, estes 27% correspondem a uma versão optimista do desastre. Toda a gente sabe que por detrás do brilho da minoria europeizada, a pobreza e a angústia, ou até a fome, são o quinhão da maioria.

Por conseguinte, prosseguindo uma antiga tradição histórica, o que faz muita gente é pôr-se a andar, pelos seus próprios meios ou submetendo-se às redes de negreiros que proliferam. Em Espanha, há hoje mais de 40 mil trabalhadores portugueses sazonais. A partilha do mercado da exploração faz-se segundo as regiões: marroquinos na região de Valência, portugueses no País Basco. Uma boa parte destes proletários (17) vive controlada por máfias que sacam três quartos dos seus magros salários, às vezes a totalidade. Muitos destes trabalhadores portugueses são remunerados em «serviços», que vão da droga à prostituição. Os que se atrevem a resistir são desancados. De que está o comité central da ETA à espera para fazer justica? Segundo parece, esta forma imaginativa de pagar a força de trabalho está a fazer escola em Portugal. Vítima de um acesso de zelo da polícia, um empresário do Porto foi preso, em finais de 1998, por pagar os «seus» operários com três doses diárias de heroína, mais uma dose pelas horas extra.

Temos de reconhecer que esta questão da

emigração é uma das mais complexas; com efeito, Portugal continua a exportar mão-de-obra para os países vizinhos mais ricos ao mesmo tempo que a importa dos mais pobres. O dia 30 de Agosto de 1998, por exemplo, ficará como um dia de glória para «o esplendor de Portugal». Nesse dia, arranca de Lisboa o primeiro voo charter de trabalhadores imigrantes clandestinos expulsos do país. O exemplo francês, pátria dos Direitos do Homem, acaba sempre por se impor. Mas o governo português faz questão de manter a sua originalidade: daqui expulsam-se médicos, engenheiros, em suma, gente bem. Direcção: Moldávia. O espírito de descoberta das terras longínquas mudou de campo. Doravante são moldávios e romenos que vêm descobrir o país das descobertas. Depois de pagarem 1200 dólares a intermediários, o equivalente de um ano de salário, e viajarem mais de 4500 km de autocarro, os moldávios chegam a Portugal para trabalhar clandestinamente na construção civil. No Verão de 1998, a polícia de estrangeiros e fronteiras detém uma centena desses homens. Os trolhas são engenheiros e estudantes universitários, alguns são médicos. Todos em busca de um modo de sobreviver no capitalismo global subsequente à queda do muro de Berlim. Sem grandes ilusões, as organizações de apoio aos imigrantes protestam. «Portugal tem necessidade destas pessoas. Quem é que construiu a Expo, a nova ponte sobre o Tejo, quem é que está a construir a barragem do Alqueva e outras grandes obras?» Para Lopescu, romeno de trinta anos, os pontos de interrogação são supérfluos. Trabalha clandestinamente desde há três anos na construção civil, em Lisboa, e sabe que as fiscalizações da polícia se intensificaram no fim das obras da Expo. Lopescu arranja trabalho ao dia, por vezes à semana, através de intermediários que o vão buscar à pensão onde mora. «O trabalho é extremamente duro. Trabalho como ajudante de marceneiro, 60 a 70 horas por semana. Quando arranjo trabalho, só descanso no domingo.» (18)

6. A EXPLO DOS OCEANOS, OS RATOS DE ÁGUA E O DESPERTAR DA ECOLOGIA SOCIAL

A exposição universal de Lisboa (a Explo, como lhe chamaram os libertários) tinha por tema «Os oceanos, um património para o futuro» e foi inaugurada a 18 de Maio de 1998. Os da Explo celebravam nesse dia o quinto centenário do desembarque em Calcutá de um pirata oficial chamado Vasco da Gama. Teriam podido perfeitamente esperar mais quatro anos e celebrar o dia 29 de Setembro de 1502, gloriosa jornada lusitana em que o barbudo sanguinário, embebido da sua santa ignorância religiosa, friamente incendiou o navio Miri que regressava duma peregrinação a Meca com 250 passageiros a bordo e cujo saque lhe pareceu insuficiente. Entre homens, mulheres e crianças, Deus lá há-de escolher os seus. Graças a estes altos feitos, o embrutecido membro da pequena nobreza alentejana tornou-se um grande herói da História de Portugal. Nessa altura os fundos comunitários de coesão ainda não existiam, e bem preciso era viver da pilhagem e do contrabando de especiarias. No fim do século passado, Antero de Quental disse-o na perfeição: este país nunca teve senão uma indústria, a Índia.

A Explo de Lisboa escondeu de facto um vasto projecto imobiliário que prevê a construção de dez mil apartamentos e de quatrocentos e cinquenta mil metros quadrados de escritórios, tudo isto ornamentado com um porto de recreio, salas de espectáculo, comércios. Como era de prever, o nome de Vasco

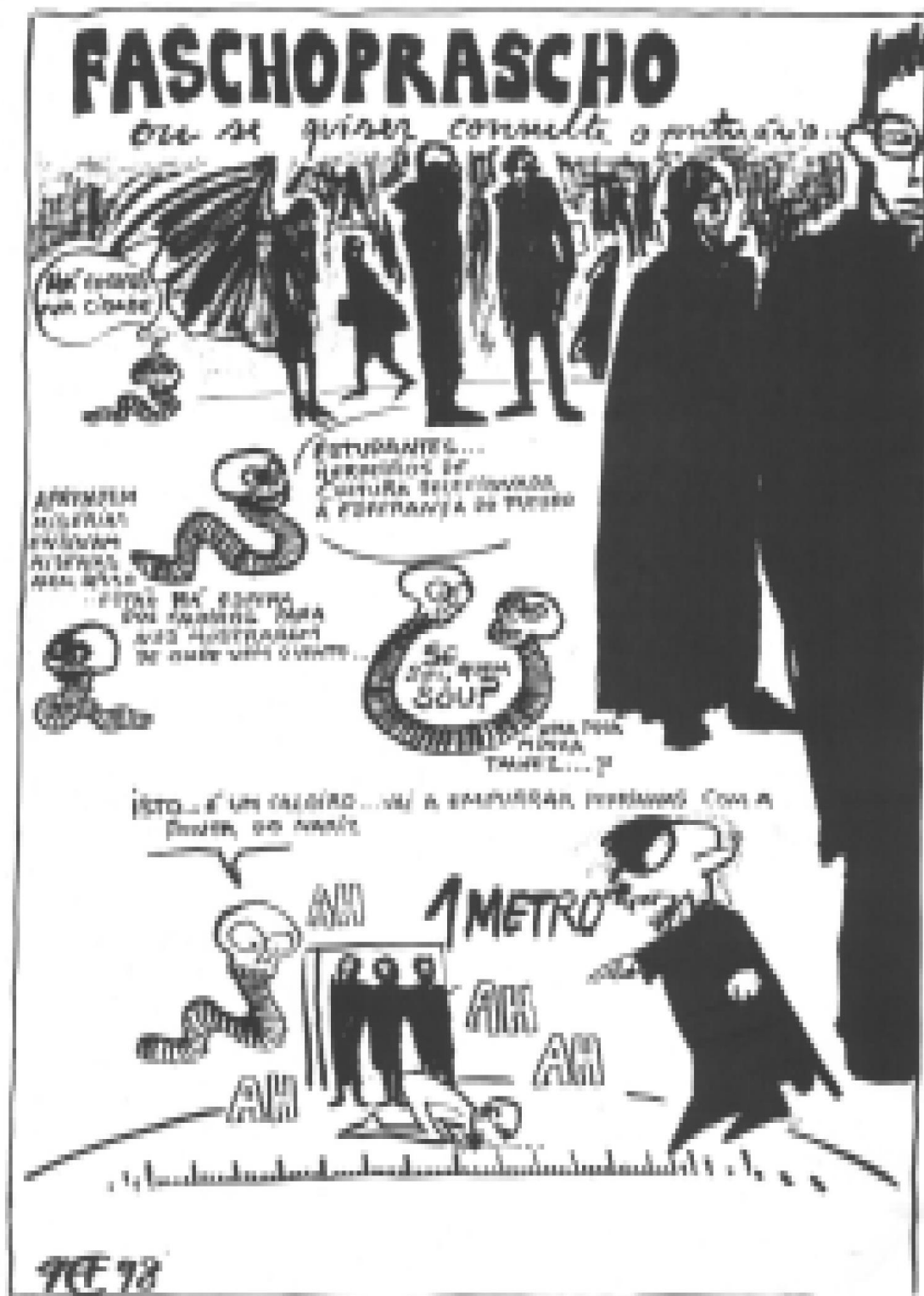



Imagem de Teresa Câmara Pestana

da Gama teria de apadrinhar negócios escuros, a recuperação imobiliária de zonas industriais abandonadas na margem do Tejo, para proveito da nova burguesia lisboeta. De passagem, os grandes grupos privados europeus do BTP recuperam uma fracção não negligenciável destes 600 milhões de contos das subvenções europeias investidos nas grandes obras.

A Explo de Lisboa simbolizou assim o coroar da ideia de modernidade. O país entrou com ambos os pés no presente, suscitando um despertar do orgulho patriótico: «Já não somos um país de campónios ignorantes, já não somos uns incapazes, demonstrámos a nossa capacidade de realização». Isto não passou, bem entendido, do banal fraseado demagógico da classe política, uma classe média complexada e arrogante, perfeitamente insensível ao estado da restante sociedade. A opinião popular foi menos entusisasta. «O governo fez isto para os ricos», ouvia-se dizer um pouco por todo o lado. E apesar dos elogios concertados e das declarações autosuficientes, a reticência popular acabou por ter algum eco nos meios de massas. A senhora Alzira, desempregada e com 35 anos, que mora nos Monte dos Arrumadões, perto de Beja, onde o desemprego e a fome existem no quotidiano, considerou o lema «a Expo, uma fábrica de emoções» uma fórmula obscena de publicitários e não apreciou nada este alarde de dinheiro. Para quem sobrevive graças a trabalhos agrícolas precários, os cinco contos de entrada eram uma provocação. Na Régua encontrei alguém que andou a trabalhar na Explo. Na Régua - triste vila na margem direita do Douro e centro de produção do vinho do Porto. Durante séculos, os pobres desta região viveram sob a canga da Igreja, dos caciques e dos grandes proprietários de vinhedos. O álcool ajudou-os a suportar a miséria sem revoltas. No vestíbulo da estação da CP, uma placa oficial celebra o centenário da ligação feroviária ao Porto: «O caminho de ferro foi uma revolução. Oxalá todas as revoluções sejam como esta.» Sempre inquieta, a burguesia portuguesa... Durante três meses, sem parança, Fernando trabalhou para a Explo. Mas de regresso à Régua continua a não saber que aspecto poderá ter o «Pavilhão da Utopia». Num impulso reivindicativo, todavia, põe-se a pensar que todos aqueles que trabalharam para a Explo deveriam ter direito a uma entrada grátis. Este Fernando é mesmo extremista! Não verá ele que nem sequer um governo PS, com toda a sua boa vontade, poderia satisfazer tamanha reivindicação maximalista?

«Os oceanos, um património para o futuro», rezava a publicidade. A realidade, porém, está longe da publicidade, e os 1800 km de costa portuguesa são uma péssima montra. Às bem conhecidas poluições turísticas convém acrescentar as poluições resultantes de descargas e esgotos, petróleos e derivados, nitratos e fosfatos de origem agrícola. Neste fim de século, só 63% da população portuguesa tem acesso ao sistema de esgotos, e em todo o país apenas 25% das águas usadas são tratadas. Mais de um milhão e meio de portugueses (15%) bebem água não controlada, contaminada em diversos graus sobretudo por nitratos.

Descendo pelos cais da cidade velha, para oeste, ultrapassamos a ponte 25 de Abril e chegamos aonde o rio encontra o mar. As praias de Caxias e da Cruz Quebrada são frequentadas pelos proletários de Lisboa sem dinheiro para penetrar no Pavilhão da Utopia - reformados, imigrantes, pobres. Naturalmente, sempre que chega o Verão, os bombeiros de serviço tentam dissuadir os banhos em toda esta zona, visto os líquidos nauseabundos dos esgotos da grande metrópole darem todos para o Tejo, apesar de uma ligeira melhoria ocor-

rida nos últimos anos. Trata-se de uma dissuasão democrática, pois, conforme explica um bombeiro, «não podemos proibir as pessoas». O senhor Lima, aposentado, com 62 anos, não aprecia os ratos da água que lhe aparecem pela frente, mas replica: «Se a praia é limpa ou suja, quem tem dinheiro para ir mais longe? Eu cá nunca fiquei doente. Rogo a Deus para que assim continue.» O senhor Lima tem mais confiança em Deus do que no Estado português. É dizer muito.

Umas centenas de quilómetros mais ao norte, na periferia do Porto, é outra história. O senhor Manuel também não teve meios de ir até Lisboa para visitar o famoso Pavilhão da Utopia. Para ele, o oceano não é o património do futuro, é o Texas. Não se trata aqui de um poço de petróleo a céu aberto, simplesmente de uma pequena bomba de gasolina pessoal que lhe permite juntar uns cobres à reforma. Desde há anos, o senhor Lima recupera petróleo em bruto fazendo uns buracos na areia da praia de Leça da Palmeira, na zona onde se encontra instalada uma das maiores refinarias portuguesas. Obtém assim por dia uns 300 litros de uma gasolina a que lá no sítio chamam «gasolina de caranguejo». O estado de degradação da refinaria explica o filão. Não é um passatempo de grande segurança, este do senhor Lima, porque às vezes dão-se explosões, chegando a acontecer que pescadores se sumam com o fumo. Mas é preciso ver que não passam de uns pobres, arriscando inutilmente a vida em vez de passarem a tarde no Aquário da Explo a ver nadar os seus doze mil peixes.

Gente contestatária poderia concluir que as condições de vida se degradam nas regiões costeiras, onde agora vive a grande maioria da população. Mas as mobilizações contra o estado do meio ambiente só surgiram nos últimos anos. São porventura os primeiros movimentos de resistência colectiva desde a revolução dos cravos. Em duas vilas industriais (Souselas, perto de Coimbra, e Maceira, perto de Leiria) a população opõe-se desde há dois anos à transformação das antigas cimenteiras em incineradoras dos resíduos industriais tóxicos. Diz-se que estas duas fábricas podem queimar por ano a totalidade dos resíduos industrais do país. Entretanto, milhares de pessoas afrontam regularmente a polícia, os dirigentes oficiais e os representantes das empresas, aos gritos de «queremos respirar, queremos viver!» Alguns chegam a propor que o governo instale as incineradoras nas periferias ricas de Lisboa. No ar poluído cheira a revolta de classe. Sinal dos tempos, um dos directores da empresa que deve gerir o sistema de incineração foi antes disso vice-presidente da mais conhecida associação ecologista, a Quercus. Agora que a ecologia já não corresponde à sobrevivência dos passarinhos mas à das próprias pessoas, o ex-ecologista tornou-se homem de negócios. E tenta explicar ao bom povo que o exemplo francês constitui a prova da viabilidade de um tal projecto, que em França doze das treze fábricas da multinacional Lafargue utilizam os fornos como incineradores de resíduos industriais perigosos. Visto a França ser o país dos Direitos do Homem, o exemplo deveria ser convincente. Depois do Existencialismo e da Nova Filosofia, os franceses seriam especialistas da Poluição. Mas a população não quer saber disso, o que ela quer é respirar. A ministra do Ambiente bem insiste: «Fazemos em Portugal o que se faz por todo o lado na Europa. Tratar os resíduos tóxicos da mesma forma que na Europa é uma fase do desenvolvimento do nosso país». Só que, pela primeira vez, o bom povo português começa a entender o progresso e a modernização como sinónimos de barbárie.

7. AS DIFICULDADES DO MILAGRE PÓS-MODERNO E O ESPIRITISMO

O referendo sobre a alteração da lei sobre o aborto, no Verão de 1998, punha a seguinte questão: «Está de acordo com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, feita, a pedido da mulher, durante as primeiras dez semanas de gravidez?» Tratava-se de despenalizar as mulheres que abortam nestas condições e não de uma liberalização do aborto. Mas mesmo uma tão limitada revisão do direito de a mulher dispor do seu próprio corpo e da sua vida desencadeou uma tempestade nesta periferia do Império. Durante os debates a taxa de abortos manteve-se igual, uma das maiores na Europa e a primeira causa de mortalidade entre as mulheres jovens. Quando sabemos que um aborto clandestino, feito numa das numerosas clínicas privadas pertencentes à máfia médica, custa o equivalente de três salários mínimos, percebemos melhor quem morre e porquê. Apesar da importância desta questão, apesar da propaganda moralizadora que acompanhou a campanha, o povo não se sentiu motivado. Os 30% de participação constituem um exemplo eloquente da perda de credibilidade da democracia parlamentar. A 25 de Abril de 1975, quando das eleições para a assembleia constituinte, o povo fazia bicha, durante horas, para votar. Hoje é raro que mais do que um cidadão em cada dois se dê ao trabalho de o ir fazer. O resultado do referendo (uma ligeira maioria contra a despenalização) não pôde ser validado e as mulheres continuam a morrer exactamente como antes.

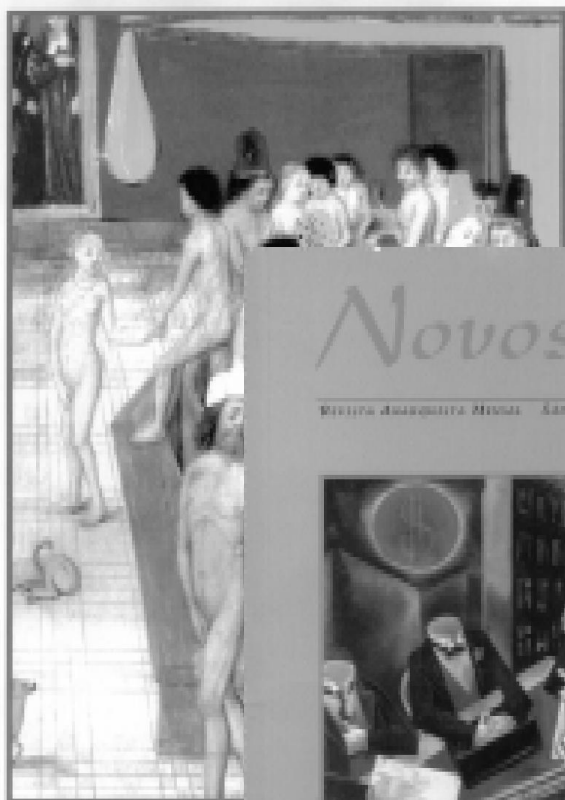
A campanha moral sobre o aborto veio pôr em primeiro plano a atitude reaccionária da Igreja, a cobardia e o oportunismo dos partidos políticos. Viseu mostrou-se um feudo do catolicismo fundamentalista. O Jornal das Beiras não deixava por lá margens para dúvidas: «Por Deus e pela Pátria». Segundo o bispo do sítio, «esta lei é uma continuação da barbárie nazi. Será ela tão diferente dos fornos onde se exterminavam pessoas?» O santo homem esquecia a caução que o seu partido dera, em devido tempo, à barbárie nazi. Um pouco mais ao norte, o bispo de Bragança foi mais longe, comparando o projecto de lei a uma acção de Hitler: «Precisamos de almas e querem fazer leis para as matar, sem necessidade.» Esta precisão é importante: «sem necessidade». Porque se pode perfeitissimamente matar com a bênção da Santa Igreja, havendo necessidade. Lembremos tão-só o apoio dado pela Igreja aos massacres da guerra colonial, para não irmos mais longe. Por seu turno, as Assembleias de Deus, a mais forte corrente evangélica do país, em grande concorrência com o Vaticano, não se deixaram ficar para trás, propondo uma vigorosa campanha de educação sexual e uma alternativa concreta à interrupção voluntária de gravidez, com base na oração... Quanto às forças políticas, estas brilharam pelo silêncio, meio incomodado. O PS, força conservadora, colocou-se oportunamente atrás do seu primeiro-ministro, católico praticante, beato, ao que parece próximo da Opus Dei e declarado opositor do aborto. Mais uma esquisitice socialista destas terras perdidas na periferia do Euro. O PCP, quanto a ele, optou pela discrição, opondo-se com moleza à criminalização das mulheres; na verdade protegia a táctica da mão estendida aos católicos, elemento essencial da sua sobrevivência. Odete Santos, a pobre deputada encarregada pelos chefes de levar a cabo a campanha, nunca deixou de alertar para «o perigo de certas afirmações contra a Igreja, que podem molestar católicos ainda indecisos».

O descalabro da produção agrícola, a

desertificação rural, as migrações para o estrangeiro, para as cidades e o litoral, minaram as próprias bases do poder tradicional da Igreja católica; em vinte anos, a parte da agricultura na produção total passou de 15% a 4%. A pitoresca sociedade rural dos bilhetes postais sumiu-se. Deste modo, o terreno está livre para a progressão das seitas e das igrejas evangélicas, que se enraízam melhor no betão da selva urbana, propondo respostas às aflições da época que são o egoísmo e o individualismo, a destruição da família, a deriva da juventude. Quando tudo se some em estilhaços, todos os meios são bons para salvar a loja. A Igreja, outrora, dispunha de uma solução eficaz: o milagre. E Portugal, ao longo dos séculos, tornou-se um país possuidor de uma respeitável tradição, a dos milagres, que ocorriam sempre na altura devida. Na altura desta histeria anti-aborto, o Sr. Edmundo Estêvão parecia pois ser o homem da situação. Enfermeiro, responsável pelo Colégio Interno do Sagrado Coração de Jesus, na vila de Oleiros, a 60 km de Castelo Branco, era um homem com experiência. Durante a guerra colonial, em Angola, dera à luz uma imagem de Santa Filomena que chorava. E se é verdade que o milagre não conseguiu levar o exército português a ganhar a guerra, pelo menos trouxe o senhor Estêvão incólume para a sua aldeia. Desta vez foi na capela do referido Colégio que Edmundo Estêvão descobriu, um belo dia logo de manhãzinha, uma imagem de Nossa Senhora de Fátima chorando lágrimas de sangue. Dias depois já para ali convergia uma piedosa multidão, mais de cinquenta mil pessoas vindas de toda a parte. Houve até emigrantes que de França ali se deslocaram, ao ouvirem por lá tais novas. Os jornalistas puseram-se logo em campo e os peregrinos, fazendo filas dia e noite, lá foram deixando à conta do milagre dinheiro e jóias em boa quantidade. (Lembremos que estamos em 1998, ano da Expo e dos seus pavilhões do virtual.) Segundo um intelectual, tratava-se, nem mais nem menos, de um «milagre contra os valores liberais que destroem a sociedade portuguesa». Nada de enganos, porém; o liberalismo em questão é outro: «A Santa Virgem toma posição contra a lei do aborto». Chamado, o chefe dos bombeiros declara ter dúvidas. São então solicitadas algumas sumidades do Laboratório Científico da Universidade do Minho, porque nestas coisas a Ciência tem sempre algo a dizer e estamos num país moderno. A perplexidade é geral, e até o inquérito da Polícia Judiciária nada revela. Os peregrinos, quanto a eles, continuam a chegar.

E teriam continuado a chegar. Mas o país, apesar de tudo, mudou desde que em Maio de 1917 a Virgem Santa confiou os seus segredos aos três analfabetos pastorinhos a respeito dos destinos da Rússia que caíra nas mãos dos bolcheviques. Desta vez, uns quantos espíritos, motivados pela dúvida racionalista, mostraram-se mais perspicazes que os cientistas e a PJ. E, pela calada da noite, foram dar com o Sr. Edmundo Estêvão a lambuzar com sangue a estátua fatimista. Apesar do revés deste milagre, a interrupção de gravidez continua a ser penalizada como antes.

8. A DEMOCRACIA DA SEGURANÇA E O ESTADO PENAL PORTUGUÊS

O aumento da taxa de encarceramento nos países europeus é particularmente visível em Portugal, onde passou de 50, em 1970, para 140 em 1997, a mais elevada da UE e uma das maiores do mundo. Em 1998 havia nas cadeias portuguesas, sobrepovoadas (19), mais de catorze mil detidos, para uma população de nove milhões de habitantes, estando uma boa metade em preventiva. Desde a épo-

Novos Tempos
Novos Tempos
Editora Imaginário

ca do regime fascista, a taxa de encarceramento praticamente triplicou. A cada regime as suas formas de repressão social, os seus métodos de assegurar a paz social capitalista.

O PS, que ganhou as últimas eleições com base num programa «securitário», instala uma política de presença policial visível e arrogante. Em 1990, a polícia portuguesa era na Europa a segunda em percentagem da população, com um aumento de cinco mil polícias por ano. Eis um ofício com garantia de emprego neste país de precaridades, voltado para o «ciclo da tecnologia do futuro» e para os aquários gigantescos. A famosa «luta contra a droga» (nova designação mundial da manutenção da ordem) deixa intactas as grandes redes de importação e comercialização para justificar o enquadramento policial das populações pobres. São adoptadas medidas penais muito duras contra os jovens, os primeiros que se vêem perante os efeitos do desemprego, da precaridade e da desestruturação urbana. Neste contexto idílico de democracia musculada, os abusos, as torturas e as violências policiais tornaram-se correntes, confirmados pelos relatórios de organizações humanitárias como a Amnistia Internacional. A decapitação, após tortura, em Maio de 1996, numa esquadra da GNR em Sacavém do jovem toxicodependente Carlos Rosa, ficará como o bárbaro facto que testemunha este estado de coisas. O acontecimento foi objecto de uma narrativa de Antonio Tabucchi, A Cabeça Perdida de Damasceno Monteiro.

Em Março de 1996, uma amnistia presidencial liberta os últimos reclusos políticos do grupo de acção armada FUP/FP 25 (20). O anúncio desta medida desencadeia um movimento espontâneo de protesto dos prisioneiros de direito comum que reivindicam o alargamento da amnistia e a melhoria das condições de detenção. Note-se que os reclusos não protestam contra esta amnistia, protestam contra o facto de ela ser reservada aos «políticos», considerando-se eles também vítimas de uma sociedade injusta. Vinte e dois anos antes, nos meses que se seguiram ao golpe militar de Abril de 1974, os presos tinham-se revoltado em Lisboa para pedirem uma amnistia. Os militares responderam enviando uma força militar para a prisão do Limoeiro, com vista a sufocarem a revolta, mostrando isto que a forma como uma revolução trata os prisioneiros da antiga sociedade é sempre reveladora das suas virtualidades subversivas.

O movimento de 1996 depressa adquire amplitude nacional, com abaixo-assinados, greves do trabalho e de fome (21). Os presos organizam-se em comissões, denunciando a generalização da difusão da droga nas cadeias, a promiscuidade, o estado deplorável das condições sanitárias e da própria saúde dos detidos. Num comunicado, a comissão de reclusos duma prisão de Lisboa escreve: «Somos levados a pensar que o desemprego, o emprego precário, a falência do sistema de apoio social, a falta de respeito pelas minorias, a criação de guetos urbanos (onde a qualidade de vida é sub-humana), a inadaptação dos jovens (que se traduz pelo aumento da

toxicodependência) constituem factores de disfunção social contribuindo para que a vida se torne cada vez mais conflituosa na nossa sociedade.» Interpelados pelo alarido da revolta, os políticos de serviço sobem à ribalta para defender o sistema. O PS opõe-se ao alargamento da amnistia porque isso provocaria «um aumento da insegurança e da criminalidade nas ruas», exprimindo o PCP certas reservas. Finalmente, a 23 de Março de 1996, os reclusos da prisão de Caxias amotinam-se e recusam voltar às celas. A intervenção da polícia, com vista a «assegurar a ordem democrática», é brutal e provoca muitos feridos. Perante as câmaras da TV, os reclusos brandem bandeirolas onde se lê: «A polícia assassina, os juízes são criminosos e as prisões portuguesas campos de extermínio - Aqui não há democracia. Liberdade para os reclusos, os políticos prà prisão!» Quatro anos depois, as condições de detenção continuam a agravar-se. De tal modo que a ideia de amnistia é de novo apresentada como solução provisória, até por parte dos que antes a refutavam. Animados pela sua natureza hipócrita (e, bem entendido, pelo facto de as prisões estarem atulhadas) os políticos de serviço tiveram veleidades de festejar os vinte e cinco anos do regime democrático com uma amnistia alargada aos prisioneiros da democracia; só veleidades.

Mas quem são estes reclusos que se amontoam, sob o sol luminoso do Sul, nestas vetustas cadeias da periferia do império europeu? São sobretudo os abandonados da modernização. Uma quinta parte dos detidos tem menos de 25 anos e 50% são recidivistas; 46% são operários, 10% desempregados. 70 a 80% das penas decorrem de situações de toxicodependenência (tráfico de heroína, essencialmente). Tal como acontece na maior parte dos países, os crimes contra pessoas estão em diminuição, aumentando os crimes contra a propriedade. Num relatório de 1998 a PJ sublinha aquilo que bem sabemos: «o aumento do consumo de drogas leva ao aumento dos crimes praticados por necessidade e não previamente organizados». Segundo os números da própria polícia, a taxa de toxicodependência nas prisões era da ordem de 85% no início de 1998. Em Portugal também, as prisões integram a economia da droga, ao mesmo tempo que se tornam lugares de extermínio. Uma quarta parte da população carceral portuguesa é seropositiva, encontrando-se Portugal em terceira posição, na Europa, no respeitante à percentagem de reclusos seropositivos; a tuberculose e outras doenças infecto-contagiosas estão em aumento constante. Em tais condições, conforme sublinham os libertários, «não é exagerado dizer que a pena de morte não foi abolida em Portugal».

No país onde a pobreza é colorida, o controle policial do espaço e a criminalização da miséria tornaram-se complementos inevitáveis das reservas de trabalho precário, da sobrevivência na economia paralela, da ausência de futuro, da morte lenta da juventude. O Estado penal é o outro lado da moeda dos pavilhões da Utopia, do aumento das lojas de luxo e dos megacentros comerciais. Para a sociedade mais pobre do império europeu, é isso que constitui o bilhete de acesso à modernidade.

Resta-nos esperar que o espírito libertário que aqui dorme possa sacudir o servilismo inculcado durante décadas pelo regime autoritário, reforçado entretanto pela mediocridade e o envilecimento da democracia em que o dinheiro é rei. Que a revolta possa voltar a ligar-se aos episódios entusiásticos de um passado ainda próximo, o das lutas anarquistas revolucionárias do princípio do século e das lutas autónomas que em 1974-75 buscaram, às apalpadelas, a emancipação social para além da queda do fascismo.

Tradução de Júlio Henriques

Um Terrorista Cultural do Século II

Rafael Dionísio

Luciano é um terrorista cultural. Tendo nascido na Síria, nos confins do Império Romano, entre cerca de 125-190 DC, dedicou-se à *advocacia* e viveu percorrendo grande parte do *mundo conhecido*, nomeadamente palmilhou bem toda a parte oriental do mediterrâneo. A sua escrita abrange formas desde o uso da forma dialógica até chegar ao devaneio puro e duro em obras mais ficcionais. Mas todos os seus livros reflectem um espírito crítico e que escarnece das ideias feitas. Luciano é um *parte-estátuas*, um nómada do riso e da arte de bem cobrir tudo a ridículo.

De certa maneira, Luciano é marginal ao sistema, ao mundo romano e à herança cultural grega, no entanto, vive dele e nele. Uma personagem lúcida, com os pés bem assentes na terra da sua época. Luciano não nos propõe uma ideia, uma orientação a não ser a sabedoria, a independência, a verdade, a palavra franca, a liberdade. O que como doutrina não é muito. Mas tem a grande vantagem de não escangalhar uma estátua para em seguida a substituir por outra estátua. O que ele gosta mesmo é dos pedestais vazios. Não veio à terra para salvar ninguém com as suas palavras, nem para reformar a sociedade, mas apenas para atirar as suas pedradas aos ídolos. Mas é com elegância e bom humor que vai encharcando de ridículo a charlatanice e a crendice. Luciano tem "*uma visão extremamente crítica da sociedade do seu tempo, dominada pelo irracional, que impregnava não só as grandes massas populares (variadas religiões de mistério e salvação, crendice nas práticas da magia, etc), mas até ao mundo intelectual, quando este ultrapassava o idealismo estritamente filosófico em que deveria confinar-se*" (p.13, pref. Ment.).

A sua deliciosa imaginação, aliada a um cinismo digno do mais exímio franco-atirador, aliam-se numa fórmula explosiva contra as morais, os costumes e os deuses. A sua ironia subversiva é brilhante: "*na verdade, o que eu ardentemente desejava era permanecer ali e encontrar algumas dessas mulheres peritas em artes mágicas, e presenciar algo incrível, como, por exemplo, uma pessoa a voar ou a transformar-se em pedra*" (p.31, Burr.). A actualidade das suas farpas é inegável, com a proliferação actual de seitas maradas, de religiões também maradas e de profetas mais ou menos apocalípticos e também necessariamente marados. Luciano é um espírito livre, reticente em relação às ideias da sua época, contra a vontade de crer em personagens míticas ou crenças absurdas. É, para nós, uma lição de espírito inquieto e vigilante contra a estupidez do macaco nu, a transbordar de cérebro, sempre pronto a enfiar-se nas goelas do obscurantismo e da autoridade. Em relação à autoridade divina, Luciano comenta que *é como "se alguém cuidasse que poderia provar a existência de deuses, lá porque vemos os seus altares*" (p.117, Herm.). É um comentário certeiro porque os deuses, os marcianos (e os extraterrestres em geral), são feitos à nossa medida e não o contrário. São invenções do espírito humano e não realidades. Por falar em merda, os cristãos, que já pululavam dentro dos esgotos, conspirando contra a felicidade e a saúde, são referidos apenas como mais uma seita (mais uns mistico-depressivos, que não se distinguem das outras seitas) e não apresentados como os protagonistas da aventura heróica e gloriosa em que eles nos fazem crer.

Luciano quando escreve as divertidas memórias de um burro inventa uma personagem que, por causa de um feitiço ter corrido mal, fica reduzida à sua condição asinina, sem deixar de pensar como um homem e de ter os mesmos apetites carnais (ou seja, com mulheres e não com burras). As desventuras do dito burro acabam com uma amante a queixar-se da sua transformação de novo em humano porque "*eu amava não era a tua pessoa, mas sim o burro que tu eras; com esse e não contigo, é que eu dormia* (...) *trouxesse contigo pelo menos aquele singular e enorme símbolo do burro, mas em vez disso apareces-me feito macaco, tu que eras aquele tão lindo e útil animal*" (p.149, Burr.)

O seu espírito irónico, não se conformando com o estabelecido, pode ser ilustrado pela passagem sobre os costumes funéreos: "*trazem logo um óbolo e metem--lho na boca para pagar a passagem ao barqueiro. Não se informam primeiro de qual é a moeda usada e que circula nos infernos*" (p.64 Dial.). As perso-

nagens ilustres também se abatem: "*Que é isso ò Alexandre! Também tu morreste como nós todos?*" (p. 55, Dial.). A temática da obra, Diálogo aos Mortos, que trata da passagem na barca para o outro mundo, foi também usada por Gil Vicente.

Em Uma História Verídica, obra de ficção, Luciano abre o texto com uma confissão de sinceridade e verdade, francamente admirável, criticando aqueles que faziam relatos fantasiosos sobre países distantes, fenómenos estranhos e espíritos, dizendo que se recusa a fazer figura de aldrabão e que o que vai narrar em seguida é tudo mentira. Chamou-lhe Uma História Verídica e tem a alfinetada sempre pronta: "*quem lhes serviu de guia e mestre neste tipo de charlatanice foi o Ulisses de Homero.*" (p.19 His.Ver.). Nesta verdadeira história onírica, podemos ver batalhas cósmicas de, entre outros, *Cães-Bolotas*, *Centauros-das-Nuvens* e *Bailarinos-do-Espaço.* São acontecimentos *verídicos* que se desenrolam com uma imaginação impressionante. Diz-se que o *primeiro surrealista* foi Hyeronymus Bosch, no entanto, Luciano em Uma História Verídica excede as expectativas.

Luciano mostra-nos que o conhecimento de tudo o que é *elevado* está cheio de preconceitos, atenda-se à passagem: "[estamos] *aqui a tentar convencer esta cabeça dura (e apontava para mim) de que existem espíritos e fantasmas, e que as almas dos mortos erram pelo mundo e aparecem a quem querem!*" (p. 59, Ment.). Não são estes muitas vezes, e em última análise, os argumentos usados numa disputa? Ou até mesmo argumentos mais extremistas como nos lembra o nosso autor: "*como o fulano se mostrava fanfarrão e implicativo, e não queria deixar-se convencer nem aceitava às boas que o contradissessem, o valentão do teu mestre, que tinha na mão uma taça* (...) *prega com ela em cima do outro*" (p.35, Herm.). A maneira como se opta por uma determinada corrente é também desmascarada "*vi a maior parte das pessoas a correrem para esta, calculei que ela era a melhor*" (p.41, Herm.)

Luciano, embora abra fogo sobre todas as tendências, poupa naturalmente aquelas cuja doutrina mais se assemelha ao seu espírito (os epicuristas, os cínicos e filósofos radicais como Diógenes). Luciano é um niilista bem disposto, um terrorista cultural pela ironia e pelo ridículo e não se esquece de dar, regularmente, umas palmadas a Sócrates. Tem uma vigilância crítica sobre o seu mundo, o que me parece de facto admiráveis para a época.

Nota: Ment, Hist Ver, Burr, Herm, Dial, são as abreviaturas dos livros citados.

Bibliografia:

ABBAGNAMO, História da Filosofia, Tomo I e II, Editorial Presença.

ARVON, Henry, O Ateísmo, Publicações Europa-América.

EPICURO, Carta sobre a Felicidade; SÉNECA, Da vida feliz, trad. e introd. de João Forte, Relógio d'Água, 1994.

LUCIANO, A Deusa Síria, trad. e notas de Lobo Vilela, Inquérito, 1939.

LUCIANO, Eu Lúcio, Memórias de um Burro, pref., trad. e notas de Custódio Magueijo, Inquérito, 1992.

LUCIANO, Diálogos dos Mortos, int. versão do grego e notas de Américo da Costa Ramalho, INIC, 1989.

LUCIANO, Hermotimo, pref., trad. e notas de Custódio Magueijo, Inquérito, 1985.

LUCIANO, O Mentiroso, trad. int. e notas de Custódio Magueijo, Colibri 1995.

LUCIANO, Uma História Verídica, pref., trad. e notas de Custódio Magueijo, Inquérito.

Maria Lacerda de Moura
Uma anarquista individualista brasileira

ADELAIDE GONÇALVES[1]

JORGE SILVA[2]

Maria Lacerda de Moura

"Sou "indesejável", estou com os individualistas livres, os que sonham mais alto, uma sociedade onde haja pão para todas as bocas, onde se aproveitem todas as energias humanas, onde se possa cantar um hino à alegria de viver na expansão de todas as forças interiores, num sentido mais alto – para uma limitação cada vez mais ampla da sociedade sobre o indivíduo."

Maria Lacerda de Moura

Um dos temas da história do movimento operário e, particularmente, do anarquismo, que até hoje tem sido pouco pesquisado é o da presença feminina. Na história do anarquismo, e do socialismo no seu conjunto, a atuação das mulheres, mesmo não sendo rara, é significativamente menor do que a masculina. Existem razões de sobra que explicam esse fato. Em primeiro lugar, na composição do operariado que viria a gerar esses movimentos, a percentagem de mulheres foi, ao longo de muitas décadas, muito inferior à dos homens. Um fato ainda mais evidente nos círculos da intelectualidade independente que esteve associada ao nascimento das idéias socialistas. Por outro lado, a cultura familiar reacionária, ou revestida de valores conservadores, estava bem presente no mundo operário do século XIX e primeira metade do século XX, fazendo com que as mulheres acabassem, mesmo nos movimentos sociais, adotando - ou sendo empurradas em alguns casos - para uma posição subalterna, ligada a velhos preconceitos associados a idéias como "fragilidade feminina", papel "maternal" das mulheres ou da sua "passividade".

É certo que em muitos casos era tão-só a histórica divisão de papéis sociais que relegava as mulheres para uma função doméstica que contrariava, ou dificultava, a sua militância social. Talvez por isso, entre as mulheres que mais se destacaram no movimento anarquista, exista um número importante de personagens femininas que optaram por uma vida pessoal independente, onde o casamento e uma relação familiar mais tradicional, ou até a maternidade, foram recusadas em nome da liberdade e da autonomia.

Evidente que o papel das companheiras e cúmplices - sentimentais e de idéias - dos anarquistas, e dos militantes operários em geral, foi de tal forma relevante que constituiu, por si mesmo, uma destacada presença feminina no movimento. Ainda que um feminismo pseudo-radical, incapaz de situar histórica e culturalmente as relações de gênero, veja nessa relação ou em aspectos tradicionais das relações dentro das famílias dos militantes operários e anarquistas a prova irrefutável da manutenção de valores machistas e de sujeição das mulheres nos movimentos anti-burgueses.

A cultura operária anti-capitalista sempre procurou valorizar os direitos intrínsecos e específicos das mulheres. Era também comum, na imprensa e literatura libertárias, a crítica das instituições familiares, do casamento burguês e a defesa do amor livre[3], tematização que alguns pensadores individualistas chegaram a dar um relevo especial. Foi o caso de Emile Armand[4] e Han Ryner[5]. Mulheres libertárias, como Emma Goldman[6], também deram uma particular atenção ao tema.

Mesmo sendo assim, há que se reconhecer, a presença efetiva, marcante e autônoma das mulheres, no movimento operário e no anarquismo, foi limitada. O que não impediu que em alguns setores operários, particularmente no têxtil, tecelãs e costureiras tivessem um papel determinante na organização e nas lutas sindicais, a partir das quais se destacaram importantes militantes libertárias e socialistas que contribuíram para o anarcosindicalismo e para o sindicalismo revolucionário internacional. É no contexto da época e das sociedades onde desenvolveram sua militância que poderemos explicar as diferenças de presença, de importância ou de destaque entre mulheres e homens no movimento operário anarquista ou no movimento socialista em geral. Por essa mesma razão, não é de estranhar a ausência de um número mais significativo de teóricas do anarquismo e do socialismo, principalmente no século XIX.

Apesar de tudo isso, nomes como Mary Wollstonecraft[7], companheira de William

Godwin[8] e precursora do feminismo, Flora Tristán[9], Louise Michel[10], Emma Goldman, Voltarine de Cleyre[11], Lucy Parsons[12], Tereza Mané[13], Federica Monteseny[14], May Picqueray[15], Giovanna Caleffi[16] e Luce Fabri[17], deixaram profundas marcas nos movimentos sociais e no pensamento libertário de seus respectivos países. Em Portugal, alguns nomes se destacam: Miquelina Sardinha[18], Virgínia Dantas e Luisa Franco Adão. No Brasil, Edgar Rodrigues, na sua obra *Os Companheiros*, que reúne em cinco volumes uma ampla pesquisa biográfica de militantes anarquistas, lista o nome de 52 mulheres que tiveram especial relevância no movimento social, no período que vai do final do século XIX à metade do século XX.

Entre estas mulheres, Maria Lacerda de Moura merece um lugar à parte, não só pela sua personalidade combativa, pela sua múltipla atividade de escritora e conferencista, como pelo destaque que chegou a ter, não só no Brasil, como em outros países da América do Sul, tendo os seus textos divulgados em Portugal, na França e, principalmente, na Espanha.

Maria Lacerda de Moura

Nascida em Minas Gerais a 16 de maio de 1887, desde jovem se interessou pelo pensamento social e pelas idéias anticlericais. Formou-se na Escola Normal de Barbacena, em 1904, começando logo a lecionar nessa mesma escola. Inicia então um trabalho junto às mulheres da região, incentivando um mutirão de construção de casas populares para a população carente da cidade. Participou da fundação da *Liga Contra o Analfabetismo.* Como educadora, adotou a pedagogia libertária de Francisco Ferrer Guardia[19]. Após se mudar para São Paulo, começou a dar aulas particulares e a colaborar na imprensa operária e anarquista brasileira e internacional. No jornal *A Plebe* (SP) escreveu principalmente sobre pedagogia e educação. Seus artigos foram também publicados por jornais independentes e progressistas, como *O Combate*, de São Paulo e *O Ceará* (1928), de Fortaleza, de onde se extraiu o texto *Feminismo? Caridade?*, bem como em diferentes jornais operários e anarquistas de todo o Brasil.

Em fevereiro de 1923, lançou a revista *Renascença*, publicação cultural divulgada no movimento anarquista e entre setores progressistas e livre-pensadores. A importância desta militante pode ser avaliada, entre outros, pelo fato de que, em 1928, jovens estudantes e trabalhadores paulistas terem invadido o jornal pró-fascista italiano *Il Piccolo*, como resposta a um artigo que caluniava violentamente a pensadora libertária. Na mesma época, Rachel de Queiroz[20] polemizou acaloradamente, nas páginas d' *O Ceará*, com um jornalista cearense que atacou Maria Lacerda.

Ativa conferencista, tratava de temas como educação, direitos da mulher, amor livre, combate ao fascismo e antimilitarismo, tornando-se conhecida não só no Brasil, mas também no Uruguai e Argentina, onde esteve convidada por grupos anarquistas e sindicatos locais.

Entre 1928 e 1937, a ativista libertária viveu numa comunidade em Guararema (SP), no período mais intenso da sua atividade intelectual, tendo descrito esse período como uma época em que esteve "livre de escolas, livre de igrejas, livre de dogmas, livre de academias, livre de muletas, livre de prejuízos governamentais, religiosos e sociais".

Maria Lacerda de Moura pode ser considerada uma das pioneiras do feminismo no Brasil e uma das poucas ativistas que se envolveu diretamente com o movimento operário e sindical. Entre os seus numerosos livros destacam-se: *Em torno da educação* (1918); *A mulher moderna e* o *seu papel na sociedade atual* (1923); *Amai e não vos multipliqueis* (1932); *Han Ryner e o amor plural* (1928) e *Fascismo*: *filho dileto da Igreja e do Capital* (s/d).

O texto de Maria Lacerda de Moura que transcrevemos de seguida foi publicado no jornal independente *O Ceará* (1928), de Fortaleza, a pedido da então jovem escritora Rachel de Queiroz, que se consagraria como uma das grandes romancistas brasileiras contemporâneas. Esse texto expressa o pensamento de Maria Lacerda de Moura sobre o feminismo e sua visão anarco-individualista. Uma filosofia libertária bastante influenciada por Han Ryner, um pensador libertário original que se destacou em França como ativista anti-militarista, anti-clerical e defensor do amor livre. Outra influência notória no texto é a de Emile Armand.

É certo que ele não representa todo o pensamento da anarquista brasileira. Como todo militante, com larga atividade literária, passou por diferentes fases e sua reflexão abordou temas tão diversos comoa guerra, o malthusianismo e a pedagogia libertária.

Polêmica na literatura e na militância, Maria Lacerda de Moura passou pela Maçonaria e pela Fraternidade Rosa Cruz, com quem rompeu denunciando-a como agente do nazismo. Atravessou algumas fases de maior envolvimento social e outras de isolamento, umas de otimismo e outras de declarado pessimismo. E, se no fim da vida, permanecia num certo pessimismo, isso deve-se certamente às divergências e rupturas que, no fim da década de 20, confrontavam anarquistas e comunistas ao mesmo tempo em que acontecia a ameaçadora ascensão do fascismo. No entanto, quando após a fundação do Partido Comunista dirigentes desse partido, fizeram várias tentativas para aliciá-la, a pensadora libertária recusou-se a abandonar sua visão de mundo, mantendo até ao fim da vida o seu anarquismo individualista[21] .

Maria Lacerda de Moura é praticamente desconhecida no Brasil, onde um certo feminismo parece querer ocultar aquela que seria uma das primeiras e mais importantes ativistas das causas das mulheres, mas que nunca reconheceu no Estado, no Direito e no acesso profissional burguês a sua causa. Na verdade, isso acontece porque, antes de tudo, via gene-

rosamente a luta feminista como parte integrante do combate social compartilhado igualmente por homens e mulheres engajados na luta pela eliminação de toda exploração, injustiça e preconceito. Talvez por isso mesmo, ela seja ainda um símbolo incômodo para toda a sociedade conservadora, até para o atual conservadorismo feminista, mero arrivismo social de classe média em busca do seu lugar ao sol no Estado e no capitalismo, tal comoo foi para as sufragistas da classe média e das elites do seu tempo.A militante anarquista morreu em 1945, no Rio de Janeiro.

Notas:

1 Historiadora e professora da Universidade Federal do Ceará.

2 Doutor em nada, militante anarquista e colaborador da imprensa libertária

3 Giovanni Rossi (1856-1943), idealizador da Colônia Cecília fundada em 1891 por anarquistas italianos no sul do Brasil, chegou a escrever o livro *Un Episodio d'amore nella Colonia Cecilia*, onde analisa a sua experiência pessoal de um amor plural e as dificuldades de superação das relações e moral convencional numa comunidade libertária.

4 Emile Armand (1872-1963).Um dos mais importantes militantes anarquistas individualistas franceses. Autor de *L' Iniciation Individualiste Anarchiste* e *Anarquismo e Individualismo*.

5 Han Ryner (1861-1938). Pensador e escritor anarquista individualista francês nascido na Argélia. Pacifista, anticlerical e defensor do amor livre. Autor de *O Pequeno Manual Individualista* e de *O Quinto Evangelho*, exerceu grande influência sobre Maria Lacerda Moura, mais visível no seu livro *Han Ryner e o Amor Plural*, de 1933.

6 Emma Goldman (1868-1940). Militante e pensadora anarquista de origem russa, emigrou para os EUA em 1886. Em 1919 foi expulsa para a Rússia, mas logo teve de abandonar o país por discordar do que denominava a evolução autoritária da Revolução Soviética. Viveu em vários países e teve um importante papel no apoio à Revolução Espanhola de 1936. Viria a falecer no Canadá.

7 Mary Wollstonecraft (1759-1797). Ativista libertária inglesa, companheira de William Godwin e autora do livro precursor do feminismo *Vindicatin of the Rights of Woman*, editado em 1792.

8 William Godwin (1756-1835). Considerado um dos primeiros pensadores anarquistas modernos foi o autor do livro *Investigação Acerca da Justiça Política*, editado em 1873.

9 Flora Tristán (1803-1844). Libertária, de pais peruanos, nascida em Paris. Preocupada com o problema social, engajou-se nas lutas operárias e escreveu, em 1843, a *União Operária*, uma das primeiras propostas de organização internacional dos trabalhadores.

10 Louise Michel (1833-1905). Professora e militante anarquista francesa. Participou da Comuna de Paris e acompanhou de forma ativa o crescimento do movimento operário e do anarquismo francês.

11 Voltairine de Cleyre (1866-1912). Uma das mais ativas agitadoras e oradoras anarquistas americanas, colaborou na revista *Mother Earth* e destacou-se por tratar dos temas referentes às mulheres e ao amor livre.

12 Lucy Parsons (1853-1942). Militante operária e anarquista americana. Companheira de Albert Parsons, um dos mártires de Chicago, continuou sendo uma ativa militante operária até ao final da sua vida, dando destaque aos temas da mulher e do racismo.

13 Teresa Mané (1865-1939). Militante anarquista e professora, ficou conhecida pelo pseudônimo de Soledad Gustavo, foi companheira de Federico Urales e mãe de Federica Montseny, que constituíram uma das famílias mais ativas no movimento anarquista espanhol.

14 Federica Montseny (1905-1994). Uma das mais conhecidas militantes anarquistas espanholas. Militante da CNT, durante a Revolução de 1936 integrou o governo republicano como ministra da saúde, por decisão majoritária, embora polêmica do movimento anarquista.

15 May Picqueray (1898-1983). Anarquista individualista e ativa pacifista francesa.

16 Giovanna Caleffi (1897-1962). Militante anarquista italiana, companheira de Camilo Berneri, assassinado pelos estalinistas em Barcelona.

Continuou sua militância em Itália até morrer. Sua filha Maria Louise Berneri, foi também militante anarquista.

17 Luce Fabri (1908-). Ativa militante anarquista uruguaia ainda viva, filha de Luigi Fabri (1877-1935) um dos mais ativos anarquistas italianos deste século.

18 Miquelina Sardinha (1902-1966). Professora e militante anarquista portuguesa, companheira de Francisco Quintal (1898-1987) ativo militante anarco-sindicalista.

19 Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909). Pedagogo e militante anarquista espanhol que desenvolveu os princípios da Escola Moderna baseada no ensino misto, laico, crítico e científico. O seu método e filosofia de educação espalharam-se por diversos países entre os quais o Brasil. O movimento operário, principalmente o anarco-sindicalista, criou escolas nos sindicatos baseadas no pensamento de Ferrer. Franscisco Ferrer viria a ser fuzilado, em 1909, em razão das suas idéias e da sua militância social.

20 Rachel de Queiroz (1910-). Romancista e cronista brasileira nascida no Ceará. Autora dos romances: *O Quinze*; *João Miguel*; *Caminho das Pedras* e *Memorial de Maria Moura*, entre outros. Esteve próxima às posições trotskistas e hoje gosta de se definir como "uma anarquista doce".

21 Embora no livro de Míriam Leite, *Outra face do feminismo*, se tente provar a aproximação de Maria Lacerda de Moura do Partido Comunista, Otávio Brandão, dirigente comunista da época, e ex-anarquista, desmente na sua autobiografia, *Combates e Batalhas* (São Paulo: Alfa-Omega, 1978), que a sua tentativa tenha resultado.

Bibliografia consultada:

- *Combates e Batalhas*, Otávio Brandão. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978.
- *Os Companheiros* (vol 1 a 5), Edgar Rodrigues. Florianópolis: Editora Insular, 1997-1998.
- *Os Libertários*, Edgar Rodrigues. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.
- *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*, Míriam Lifchtitz Moureira Leite. São Paulo: Editora Ática, 1984.
- Jornal *O Ceará*, Fortaleza, 1928.

FEMINISMO? CARIDADE?

MARIA LACERDA DE MOURA

A palavra "feminismo", de significação elástica, deturpada, corrompida, mal interpretada, já não diz nada das reivindicações feministas. Resvalou para o ridículo, numa concepção vaga, adaptada incondicionalmente a tudo quanto se refere à mulher.Em qualquer gazela, a cada passo, vemos a expressão "vitórias do feminismo" – referente, às vezes, a uma simples questão de modas! Ocupar uma posição de destaque em qualquer repartição pública, cortar os cabelos "à la garçonne", viajar só, estudar em academias, publicar um livro de versos, ser "diseuse", divorciar-se três ou quatro vezes, pelas colunas do "Para Todos", atravessar a nado o Canal da Mancha, ser campeã de qualquer esporte. – tudo isso consiste "nas vitórias do feminismo", vitórias que nada significam perante o problema da emancipação integral da mulher.

A VERDADEIRA EMANCIPAÇÃO É POSTA DE LADO

É uma tática bem manejada. Enquanto as mulheres se contentam com essas "vitórias", a sua emancipação é posta de lado ou nem chega a ser descoberta pelos tais reivindicadores de direitos adquiridos... E essas reivindicações não se podem limitar a ação caridosa ou a um simples direito de voto que não vem, de modo algum, solucionar a questão da felicidade humana e se restringirá a um número limitadíssimo de mulheres. Aliás, quando os homens sérios retiram-se, num ostracismo voluntário, dessa política de latrocínios oficializados, desse bacanal parasitário, desse despudor em se tratando dos negócios públicos; quando se decreta, positivamente a falência, o descrédito do parlamentarismo em toda uma sociedade em plena decomposição, – é agora que a mulher acorda e sai correndo atrás do voto, coisa que deveria ser reivindicado a cem ou duzentos anos atrás... o supõe, ingenuamente, estar cuidando dos interesses femininos ou dos interesses sociais.

A SOLUÇÃO PARA OS PROBLEMAS HUMANOS NÃO É A CARIDADE

E quando chegamos à conclusão de que a caridade humilha, deprecia, desviriliza; desfibra a quem dá e a quem recebe; quando sentimos que a solução para os problemas humanos não é a caridade que sufoca todas as fibras interiores de que tira, às faces escancaradas da miséria, as sobras, o supérfluo; a caridade que estrangula todas as energias latentes daquele que estende as mãos para receber, servilmente, o que sobra das orgias e da exploração dos que vivem à custa do traba-

lho alheio; quando por si mesma, a moral de que se alimenta a sociedade vigente decreta a falência, essa moral odiosa, de classes de ricos piedosos e de pobres a receberem esmolas, de exploradores caridosos e explorados calculadamente vigiados pela força armada, mantenedora da passividade exterior e da revolta latente dos ilótas modernos; essa moral farisaica que, para os ricos aconselha a caridade, a distribuição ostentosa do supérfluo adquirido à custa do suor proletário, e para os pobres recomenda a resignação passiva, o receber humildemente as sobras que espirram, por acaso, das mesas dos ricos e olhar ainda agradecidos, para essas mãos orgulhosas que se divertem nas caridades exibicionistas dos salões elegantes, tirando partido das misérias sociais para o seu prazer; quando novas fórmulas de uma moral mais pura se nos apresentam para outra organização social de mais eqüidade, – ainda a mulher está convencida de que a sua mais alta missão na vida é a caridade e só conhece a questão social através da caridade, mas, dessa caridade de chás, tangos e requebros nos salões...

Gastam somas fabulosas com a construção de igrejas e exploram torpemente os criados

Essa mesma mulher que reparte altas somas para a construção de igrejas ou "creches" religiosas, explora, torpemente, os criados, a cozinheira, a lavadeira, a costureirinha contratada para trabalhar em sua casa, horas e horas, sob o olhar impertinente da mundana ociosa, da criatura virtuosíssima que, pelas colunas da imprensa, espalma as mãos dadivosas consolando os infelizes, os mal instalados na vida... Dá por um chapéu, por uma pluma, um brinco, um vestido de baile, um leque, uma sombrinha, uma jóia, por qualquer fantasia, somas fabulosas, inacreditáveis, entretanto, exerce pressão vergonhosa sobre a sua bordadeira que lhe cobra uma miséria por qualquer trabalho feito com sacrifício inaudito, em horas triturantes de agonia, à noite depois de exausta do trabalho diário do atelier – no qual também já lhe tiraram gotas de sangue, na amargura da exploração pelo salário quotidiano.

Chora ante o ecran do cinema e fica impassível ante as injustiças sociais

Sentimentalismo de epiderme que faz chorar ante o écran do cinema e, todavia, soluça em torno da elegância caridosa, toda a miséria ciclópica da luta pela vida e ela não vê, não quer ver o sofrimento milenar da mulher proletária , calculadamente cultivada a sua ignorância através do pão duro de cada dia, no trabalho exaustivo da fábrica, das oficinas e no lidar doméstico – servindo à ociosidade farta da alta sociedade ou dos bordéis do vício elegante.A piedade das senhoras caridosas não vê, não sabe da luta dantesca de uma pobre moça do povo que resvala na miséria mais negra se não cai nos braços escancarados da prostituição "necessária" nesta sociedade bestial e moraliteísta. A atividade da mulher elegante só sabe votar-se a essa caridade exibicionista dos salões iluminados, onde ostenta a sua beleza e sentimentos problemáticos de uma bondade estudada no espelho... A mulher é vaidosa e comodista e os psicólogos femininos preocupados em agradar, em fazer psicologia de "boudoir" – não perscrutam, não querem ver a falsidade dos altos sentimentos caridosos do mundanismo elegante. Prefere continuar a sofrer as conseqüências do seu servilismo, da sua submissão a desenvolver o caráter, as faculdades de iniciativa para lutar

contando com as suas próprias energias. Procura conservar o seu parasitismo dourado, indiferente aos males sociais: é odalisca e cortesã, mas, vai à Igreja, em horas chics, rezar pelo próximo e, dançando um passo moderno, exerce a caridade. Como é odiosa e perversa essa caridade!

Civilização de protetores e protegidos

E a mulher duplamente escravizada não compreendeu que é necessário sim, alevantar o ânimo abatido do que luta, do que pensa sucumbir aos embates da injustiça social, darlhe meios de subsistência pelo próprio esforço e fazer dele um indivíduo capaz de ver a casta civilização de fartos e famintos, de ociosos parasitas vivendo à custa do sacrifício alheio, civilização de protetores e protegidos, de lobos e cordeiros, em que os mais altos sentimentos se confundem com as mais torpes baixezas, de chibata azorrague, de avariose e cafetismo, de excesso de ociosidade e excesso de miséria. E tudo, inclusive, principalmente a literatura, essa literatura nefasta, de elogios, de louvores incondicionais, literatura odiosa endeusando a fêmea, literatura à Júlio Dantas tudo contribui para o cultivo sistemático da pieguice, de chiliques e requebros, do falso sentimento, do sentimentalismo para o público. E o raciocínio, por si obscurecido através da escravidão feminina secular, da tutela dos dogmas e da moda, dos prejuízos e da rotina, fecha-se sob a chuva de galanteios, de frases feitas. E a mulher esquece-se de que tem mais alguma coisa além da sua carne, do seus contornos perturbadores. Deixa de ser mulher para ser apenas o animal do homem. A grande miséria, a enorme dor das injustiças sociais vive ao seu lado e a mulher desvia o olhar para poder divertir-se, gozar das regalias e do seu comodismo de "bibelot", de lulu número 1, prisioneira nas gaiolas douradas das avenidas elegantes, sempre a mesma escrava, odalisca e cortesã.

Fotografia de Maria Lacerda de Moura

Adormecida dentro dos trapos

A alma feminina jaz adormecida dentro dos trapos, das jóias, do império da moda, – a eterna sultana desse harém de civilizados que ainda compram, vendem, exploram, seduzem, abandonam por imprestável a mesma mulher, cuja posse exclusiva consiste a sua preocupação única. É deprimente a situação da mulher superior, neste meio de cafetismo social, em que os homens não sabem olhar uma mulher senão desrespeitando-a.

E para quê enumerar essas associações atrasadas do feminismo de caridades?

Sem dúvida é doloroso perscrutar as misérias dos famintos, da nudez, dos cortiços.

Mas, não se trata de esverrumar a causa da chaga sangrenta da miséria, mesmo do coração da opulência, ao lado da ociosidade que se diverte cinicamente, depois de atirar uns níqueis para os esfaimados, níqueis roubados ao trabalho árduo dos explorados do salário.

Divertimentos à custa da dor

Há apenas a preocupação de se jogar migalha na boca escancarada da fome, talvez para que nos deixem em paz... E, divertir-se a custa da dor, da amargura, da fome, é insultar o sofrimento.

E a miséria está de tal modo humilhada, deprimida, que nem forças tem para devolver, orgulhosamente, os restos que se lhe atiram através dos esplendores dos salões elegantes, por entre as pontas dos dedos enluvados para que não volte um salpico das calçadas a enlamear-lhes as mãos dadivosas. Não houvesse ociosos fartos, degenerados pelo tédio e pelos vícios elegantes, não houvesse a exploração do homem pelo homem, não houvesse a exploração da mulher pelo homem, e certo não seria "necessária" a prostituição, essa perversidade inominável em nome da virtude.

A caridade é "a janela da consciência", aberta para a exploração diurna e noturna do proletariado nas oficinas, nas fábricas e do camponês, do colono na agricultura. Para que a elegância brilhe, para que triunfe o mundanismo, para que os "cabarets" e os "cassinos chics" regorgitem de ociosos – é preciso que o colono, campônio e o operário de ambos os sexos seja triturado, dobrado, esmagado nas oficinas, na lavoura, nas fábricas, dia após dia, sem tréguas, sem nenhum direito a não ser o direito ao trabalho obrigatório.

As várias superstições

É a escravidão moderna do salário – para matar a fome e cobrir a nudez dos filhos, também cedo destinados à exploração torpe e miserável do parasitismo social, incansável na sua faina, de acumular bens para gozar à custa do suor exaustivo das máquinas de trabalho, dos animais de tiro, do proletariado mundial. Devemos à superstição governamental, à superstição religiosa sectarista, à superstição patriótica, à superstição nacionalista, à superstição do progresso material, à ganância de uns e ao servilismo da maioria – o predomínio desta civilização de duas classes sociais: a dos ricos e a dos pobres.

A humanidade custará a compreender que a vida social poderia desdobrar-se num ambiente de solidariedade, de auxílio mútuo, sem amos nem escravos, sem protetores e protegidos, sem representações parlamentares em mediocracias diplomadas...

Religiões – instrumentos de explorações dos incautos

Levará ainda tantos séculos a perceber que

as religiões organizadas, política e economicamente, não são senão instrumentos de exploração dos ignorantes, dos desfibrados, dos ambiciosos, dos moluscos, dos que carecem de espinha dorsal... Ninguém cresce na sua individualidade através da consciência ou, talvez, da inconsciência de outrém. Não é demais repetir que a atual organização social baseia-se na ignorância de uns, no servilismo da maioria, na astúcia de outros, no comodismo de muitos, na exploração dos espertos, na felicidade dos "proxenetas" e "souteneur ", desse cafetismo, desse regime de concorrência, em que se compra e vende tudo, inclusive o Amor e a Consciência – as mais altas manifestações do que é nobre e belo e grande, do que tumultua na vibração interior da nossa vida profunda.

Representação parlamentar: circo de cavalhinhos

Sentimos que as mentalidades de "elite" ultrapassaram de há muito a moral atual que tenta acorrentar ainda as aspirações humanas libertárias. Tudo faliu: a igreja, o parlamentarismo, a academia, a instituição legal do casamento, o ensino universitário, o patriotismo. Pois bem: é agora que a mulher vem reivindicar o direito do voto – quando a representação parlamentar é circo de cavalinhos, o sufrágio universal uma mentira. A mulher, essa energia latente formidável que vem despertando para a atividade social, já foi enlaçada pelo passado reacionário – para dispersar todas as suas forças na corrente das "verdades mortas".

Feminismo de votos e feminismo de caridades

É a razão por que não posso aceitar nem o feminismo de votos e muito menos o feminismo de caridades. E enquanto isso – a mulher se esquece de reivindicar o direito de ser dona de seu próprio corpo, o direito da posse de si mesma. Sou "indesejável", estou com os individualistas livres, os que sonham mais alto, uma sociedade onde haja pão para todas as bocas, onde se aproveitem todas as energias humanas, onde se possa cantar um hino à alegria de viver na expansão de todas as forças interiores, num sentido mais alto – para uma limitação cada vez mais ampla da sociedade sobre o indivíduo. Que representa uma "creche", um hospital ou o direito de voto ante a vastidão dos nossos sonhos de redenção humana pela própria humanidade? É subir mais alto o coração e o cérebro, ver horizontes mais dilatados – além do sectarismo religioso ou da superstição social governamental. Isso é feminismo? Dêem o nome que quiserem, pouco importa: o que esse feminismo (não me agrada a expressão tão estreita para ideal tão amplo) reivindica é o "Direito Humano", o Direito Individual, acima de qualquer outro direito, além dos direitos limitados ao parlamentarismo, além dos direitos de classe.

Apocalipse de Carlos
— um ensaio sobre o presente —

CARLOS CÉSAR PACHECO

Deus

1 – Visão Inaugural

Eu, Carlos, vosso companheiro, estava numa manifestação, pela causa da liberdade do Homem.

Caí em êxtase, no dia primeiro de Maio e ouvi atrás de mim, uma voz forte, como uma trombeta, que dizia: «Escreve num livro o que vês e envia-o para todas as livrarias».

Voltei-me para ver a voz que me falava e, ao voltar-me, vi oito processadores de cobre e, no meio dos oito processadores de cobre, um cubo. Cada face do cubo era semelhante a um monitor com uma coluna. Cada ecrã era como uma chama ardente. Os contornos semelhantes ao bronze precioso, purificado numa fornalha. A sua voz soava como o ruído dos oceanos. A sua imagem era como o sol quando brilha com toda a sua força.

Carlos

Quando o vi, estremeci de desalento, mas o Cubo vibrou e disse-me: «Não temas; Eu sou Alfa e Omega; O que Existe. Não existia, mas eis que existo por todos os séculos dos séculos. E tenho as chaves do crédito e da alegria fútil. Escreve, pois, as coisas que viste, as presentes e as que hão-de acontecer depois destas. Os oito processadores de cobre têm a capacidade de executar seiscentos e sessenta e seis milhões de MIPS por segundo e por isso têm o poder de processar todos os movimentos no multibanco, chamadas telefónicas, faxes e correio electrónico da terra. Submete-te, tu e os poucos que te acompanham. A luta que travais pela emancipação do Homem é em vão».

2 – O Trono de Deus

Depois disto vi um rasgo aberto no horizonte e a voz que antes ouvira falar-me como uma trombeta, disse: «Olha para o Cubo e mostrar-te-ei o que deve acontecer depois disto». De repente elevei-me dentro do Cubo e vi um trono onde um Cifrão pairava. O Cifrão que pairava era semelhante a uma pedra de jaspe e de sardónio e, um arco-íris circundava o trono, com reflexos semelhantes à esmeralda. Ao redor do trono, havia outros cento e oitenta e nove tronos sobre os quais estavam sentados cento e oitenta e nove Chefes de Estado, de fato e gravata com satélites sobre as cabeças. Do trono saíam relâmpagos, vozes, trovões e, adiante Dele brilhavam noventa e sete lâmpadas ardentes que são as noventa e sete grandes multinacionais.

Diante do trono havia ainda como que um mar de vidro semelhante ao cristal. No meio do trono e à volta Dele, havia cinco Animais, constelados de olhos por diante e por detrás. O primeiro Animal é semelhante a um econo-

mista, o segundo parecia um político. O terceiro é como um militar de carreira; o quarto tinha um rosto como de um homem; o quinto era semelhante a um jornalista em pleno voo. Os cinco Animais tinham cada um seis caixas cobertas de antenas em toda a volta por fora e por dentro; e não cessam de repetir, dia e noite: «Grande, Grande, Grande, o Senhor Cifrão Omnipotente, O que era, O que é, O que há-de vir». E cada vez que os Animais dão glória, honra e se submetem Àquele que paira sobre o trono e que vive eternamente, os cento e oitenta e nove Chefes de Estado (ditadores e eleitos) prostram-se diante d'Aquele que paira sobre o trono e adoram Aquele que vive eternamente e lançam os seus satélites diante do trono, dizendo: «Tu és digno, Cifrão nosso Deus, de receber a glória, a honra e o poder, porque criaste todas as coisas e por Tua vontade elas existem e foram criadas».

3 – O livro dos Noventa e Sete Selos

Vi então na mão direita d'Aquele que pairava sobre o trono, um livro enrolado, escrito de um lado e do outro, selado com noventa e sete selos. E vi um deputado gordo, que bradava em alta voz: «Quem é digno de abrir o livro e de quebrar os selos?». Mas ninguém era capaz, nem no Parlamento, nem na Bolsa, nem dentro da Universidade, de abrir o livro e de o ler. E eu alegrava-me muito, por não haver ninguém capaz de abrir o livro e de o ler. E um dos Chefes de Estado disse-me: «Alegras-te em vão. Eis que vem aí o Papa – a grande Besta – que abençoou Pinochet, traiu os seus condiscípulos na América-Latina a favor das noventa e sete grandes multinacionais e, por isso abrirá o livro e os noventa e sete selos». Vi então de pé, entre o trono e os cinco Animais e os Chefes de Estado, a Besta. Tinha noventa e sete chifres e noventa e sete olhos que são as noventa e sete grandes multinacionais, enviadas pela terra inteira. Ela avançou e tomou o livro d'Aquele que pairava sobre o trono. Quando recebeu o livro, os cinco Animais e os cento e oitenta e nove Chefes de Estado prostraram-se diante da Besta, tendo cada um, um canal de televisão e várias emissoras radiofónicas, cheias de perfumes para alienar o Homem Livre, transformando-o em produtor-consumidor-eleitor e cantavam um cântico novo, dizendo: «Tu és digno de receber o livro e de lhe quebrar os selos, porque com teus antepassados e correligionários, agindo a uma só voz e um só

Carlos

corpo, resgataste para o Cifrão, homens de toda a tribo, língua, povo e nação e transformaste-os para o nosso Deus, numa multidão de produtores- consumidores-eleitores determinados, que reinarão sobre a terra. Ouvi também a voz de muitos gestores reunidos em volta do trono, Animais e Chefes de Estado – contavam-se por miríades e miríades e por milhares de milhares[1] – e diziam em voz alta: «A grande Besta, é digna de receber poder, riqueza, sabedoria, força, honra, glória e louvor». E ouvi todas as criaturas que estão nos centros comerciais, hipermercados, sentados a ver televisão, nas discotecas e, o universo

inteiro exclamarem: «Ao que paira sobre o trono e à Besta, louvor, honra, glória e poder por todos os séculos e em todos os canais». E os cinco Animais diziam: «Amen». E os Chefes de Estado prostraram-se em adoração.

4 – Rotura dos Noventa e Sete Selos — Os Cinco Cavaleiros —

Quando a Besta abriu o primeiro dos noventa e sete selos, ouvi o primeiro dos cinco Animais que dizia, com voz de trovão: «Vem». E apareceu à minha vista um cavalo branco. E aquele que o montava tinha uma pasta; e foi-lhe dado um telemóvel e partiu como vencedor para novos negócios.

Quando abriu o segundo selo, o segundo Animal exclamou: «Vem». E saiu outro cavalo, negro; aquele que o montava tinha a Bolsa na mão; e ouvi como que uma voz, no meio dos cinco Animais que dizia: «Vai e espalha a fome nos terrenos mais férteis da terra».

Quando abriu o terceiro selo, ouvi em uníssono a voz dos primeiros três Animais que dizia: «Vem». E apareceu aos meus olhos um cavalo esverdeado; Aquele que o montava chamava-se F.M.I. e seguia-o um batalhão de conselheiros e outro de mercenários, alguns de colarinho branco. Foi-lhe dado o poder sobre três das quatro partes da terra, para exterminarem pela espada, pela fome, pela peste e pelas feras da terra.

Quando abriu o quarto selo, ouvi o quarto Animal exclamar: «Vem». E apareceu aos meus olhos um cavalo sem cor e, aquele que o montava era o pequeno e o grande filho-da-puta: o filho-de-deus; eram aqueles que tinham vivido pela Palavra do Cifrão e pelo testemunho que tinham dado Dela. E gritaram em voz alta: «Até quando, Senhor grande e verdadeiro, esperarás para fazer justiça e tirar vingança das nossas inquietações, sobre os pedreiros-livres da terra?». E foi dada a cada um deles uma bacia com água e foi-lhes dito que lavassem as mãos e que esperassem um pouco até que se completasse o número dos seus colegas de trabalho e dos seus irmãos que deviam consumir como eles.

Quando abriu o quinto selo, ouvi o quinto Animal dizer: «Vem». E apareceu aos meus olhos um cavalo vermelho; e àquele que o montava foi dado poder para fomentar a discórdia entre os Homens Livres e fazer com que se aniquilem uns aos outros. E foi-lhe dado o controle de alguma imprensa radical.

FMI

Quando abriu o sexto selo, sobreveio um violento tremor de terra; o sol tornou-se negro como um saco de crina; o continente africano toldou-se em sangue, como que sugado por um tufão impetuoso[2]. A paisagem transformou-se como uma laranja que se desidrata e todos os montes e rios foram

removidos dos seus lugares[3]. Apareceu então uma redoma de vidro em órbita da terra.

E a Besta abriu o sétimo selo e, continuou abrindo os seguintes; por cada selo que abria exauria-se uma região da terra e surgia outra redoma de vidro em órbita. À medida que as redomas de vidro surgiam ficavam ligadas entre si. Ao quebrar-se o nonagésimo sexto selo sopraram ventos e revoltaram-se as marés por toda a terra inóspita. Nessa época brilhava em órbita da terra a cidade-suspensa com noventa e uma redomas de vidro ligadas entre si por quatro mil cento e oitenta e seis canais, dentro do Cubo; O seu nome é Grande Vaca e é inacessível senão aos Chefes de Estado da terra, aos grandes, aos generais, aos ricos, aos poderosos, todos enfim que mereciam estar a salvo perto da face d'Aquele que paira sobre o trono e longe da ira da natureza, porque chegou o grande dia da Sua ira e quem poderá subsistir?

5 – Os Eleitos

Depois disto, vi quatro senadores, de pé, nos quatro ângulos da terra. Sustinham as noventa e sete grandes multinacionais da terra para que nenhuma delas soprasse sobre a terra, nem sobre o mar, nem sobre nenhuma árvore. Depois vi um outro senador subir de Ocidente, trazendo o selo do Deus vivo. Gritou, com voz forte, aos quatro senadores a quem foi dado o poder de danificarem a terra e o mar: «Não façais mal à terra nem ao mar, nem às árvores até que tenhamos marcado com um chip a fronte dos servos do nosso Deus».

Depois disto, vi uma multidão imensa que ninguém queria contar, de todas as nações, tribos, povos e línguas da terra. Estavam de pé, diante do trono e diante da Besta, vestidos com roupas de marca conhecida, com cartão de crédito na mão e, gritavam com voz potente, dizendo: «A salvação pertence ao nosso Deus que paira sobre o trono e à Besta». E todos os deputados reunidos em volta do trono, os Chefes de Estado, os cinco Animais prostraram-se diante do trono com a face por terra e adoraram o Cifrão e diziam: «Amen, louvor, glória, sabedoria, acção de graças, honra, poder e força ao nosso Deus pelos séculos dos séculos. Amen.».

Um dos Chefes de Estado tomou então a palavra e disse-me: «Estes são o que vêem dos grandes hipermercados. Trazem roupas de grande marca e compraram-nas com cartão de crédito. Estão diante do trono de Deus, servindo-O dia e noite, no Seu templo; e Aquele que paira sobre o trono, fornecer-lhes-à PROSAC e crédito ilimitado sob a sua tenda; Nunca mais serão molestados pelo sol nem por nenhum vento ardente, porque a Besta que está no meio do trono será o seu pastor e conduzi-las-à às fontes da água parada. E o Cifrão enxugará todas as inquietações dos seus olhos.

Futebol

6 – O Nonagésimo Sétimo Selo

Quando a Besta abriu o nonagésimo sétimo selo, houve no Cubo um silêncio de cerca de meia hora. Apareceram então os quatro

senadores, de pé, nos quatro ângulos da terra e foram-lhes dadas quatro trombetas. Veio então o outro senador com um cântaro cheio de fogo e lançou-o sobre a terra. Houve inundações, vozes, relâmpagos, glaciação e seca.

7 – As Três Primeiras Trombetas

Os quatro senadores que tinham as quatro trombetas preparam-se para tocar. E o primeiro senador tocou e rompeu-se então a camada de ozono e fogo misturado com sangue foi lançado sobre as planícies e cidades da terra e foram consumidos três quartos da terra; foram consumidas três quartos das árvores e toda a erva verde foi consumida.

Tocou o segundo senador e então incendiaram-se algumas plataformas de extracção de petróleo e rebentaram os bidões radiactivos no mar do norte e, o mar tornou-se sangue. Morreram assim três quartos das criaturas que viviam no mar e três quartos dos navios foram destruídos.

E o terceiro senador tocou e a terra transpirou de calor e humidade[4]. As colheitas perderam-se e a fome grassou. O dia perdeu um terço da sua claridade e igualmente a noite.

E só os eleitos marcados com um chip na fronte e com crédito ilimitado puderam proteger-se; e entre esses só os grandes da terra puderam refugiar-se na cidade-suspensa cujo nome é Grande Vaca.

Vi ainda uma galinha arrastando-se no pântano radioactivo e que dizia com uma voz débil: «Malditos os produtores-consumidores-eleitores da terra, por causa do som da última trombeta que o quarto senador deve ainda tocar.

8 – A Quarta Trombeta

E o quarto senador tocou. O sol e o ar ficaram obscurecidos com o som da trombeta. Irromperam pragas de gafanhotos que se espalharam sobre a terra exausta. A energia foi racionada e o fornecimento de alimentos às cidades começou a falhar; Havia vídeo e ar condicionado nas casas, mas não havia electricidade; Havia sementes, mas a meteorologia incerta aniquilava as colheitas; Havia o Cifrão e o crédito ilimitado, mas não o que comprar com ele; Os mercados enchiam-se de estômagos vazios.

Estalou então a revolta entre os produtores-consumidores-eleitores instigados pelos poucos pedreiros-livres que restavam.

E os cento e oitenta e nove Chefes de Estado que estavam sentados nos seus tronos, diante do Cifrão, prostraram-se e adoraram o Cifrão, dizendo: «Graças Te damos, Senhor, Deus todo poderoso que És e que Eras, porque assumiste o Teu imenso poder e começaste a reinar. As nações enfureceram-se; mas chegou a Tua ira. É tempo de executar os pedreiros-livres, de recompensar os Teus servos, os economistas, os políticos, os militares,

Publicidade

os sem rótulo, os jornalistas e os que respeitam o Teu nome, pequenos e grandes filhos-da-puta: os filhos-de-deus; e de exterminar os que corrompem a terra, os que lutam pela liberdade e pela autonomia e sonham com relações sociais paritárias, fraternas, não

hierarquizadas: os livres pensadores, os pedreiros-livres.

Abrira-se então as portas dos quartéis e saiu, em colunas, um exército numeroso formado por soldados-biónicos , semelhantes aos escorpiões da terra. Foi-lhes ordenado que não fizessem mal à erva da terra, mas que ferissem somente os homens que não tivessem na fronte o chip de Deus. Não lhes foi permitido matá-los, mas que os atormentassem durante cinco meses. A dor que eles provocam é semelhante à da picada de um escorpião. Naqueles dias, os Homens Livres procurarão a morte sem a encontrar.

Ora estes soldados-biónicos, produto da engenharia genética e da ciência dos computadores eram, pelo seu aspecto, semelhantes a cavalos equipados para a guerra; sobre as cabeças deles havia antenas e os seus rostos eram como rostos humanos; tinham cabelos como os das mulheres e os seus dentes eram como os dos leões. Tinham o tórax como couraças de ferro e o ruído das suas asas era semelhante ao ruído dos automóveis de Fórmula Um. As suas bocas vomitavam fogo e eram em grande número. Pelo que, já eram vitoriosos ao quinto dia de luta.

Então os produtores-consumidores-eleitores da terra alegraram-se com sua vinda e felicitaram-se e trocaram presentes entre eles, porque os soldados-biónicos traziam com eles a promessa de tempos melhores e reinstituiriam a pena de morte e promulgaram que ninguém, pequeno ou grande pudesse comprar ou vender nada, se não tivesse na fronte a marca de Deus.

Os poucos sobreviventes, cheios de medo, entregaram-se glorificando o Cifrão.

9 – Os Oito Flagelos

Depois disto, vi chegar num vaivém um outro senador que tinha grande poder e a terra ficou iluminada com sua glória. Apareceu montado num cavalo branco e chama-se “Fiel” e “Verdadeiro”. Vigia e submete com eficiência. Os seus olhos são uma chama ardente de fogo; tem sobre a cabeça vária diademas; e sobre ele inscrito está um nome que só ele conhece.

Então no centro da cidade-suspensa que tem o nome de Grande Vaca, no centro do Cubo, em órbita da terra, à volta do trono sobre o qual paira o Cifrão, levantaram-se os cento e oitenta e nove Chefes de Estado, os cinco Animais e a grande Besta e todos os servos com a marca de Deus na fronte, que se contavam por centenas de milhares, entre gestores, comissários, altos secretários, empresários, deputados e artistas e deram aleluias e rejubilaram de felicidade, pois o Cifrão triunfara em absoluto sobre a terra submetida.

Telenovela

Era agora tempo do descanso e da festa com seus filhos e os filhos de seus filhos, eternamente. Pois a farsa tinha terminado: o senador que eu vira chegar e que tinha grande poder e que tinha iluminado a terra para que nada aos seus olhos se pudesse esconder[5] , era o **chefe** da super esquadra que policia todos os habitantes da terra.

Os habitantes da terra, que se contavam por milhares de milhões, estavam constante-

mente mergulhados em **publicidade** e a ver **futebol** e **telenovelas** com um **cartão de crédito** na mão, mesmo os do segmento D, igualmente mergulhados em publicidade e a ver futebol e telenovelas na **televisão**, embora com **fome**: todos adoradores do grande Cifrão, Deus e Senhor.

Os poetas que havia cantavam as virtudes do ar condicionado e da submissão ao Cifrão, Deus e Senhor e eram por isso publicitadas na televisão e em todos os canais.

E os habitantes da terra embriagados pelo crédito, a publicidade, o futebol e as telenovelas iam diminuindo em número, já que os emissários de "Grande Vaca" lhes iam retirando os órgãos[6] e os iam esterilizando para que se não reproduzissem, enquanto adormecidos viam futebol, telenovelas, publicidade e usavam o cartão de crédito.

E esta latência durou mil anos.

Publicidade

10 – Cânticos de Triunfo em Órbita

Depois disto, ouvi como que a voz de uma multidão imensa no Cubo que dizia: «Aleluia, salvação, glória e poder são devidos ao nosso Deus, porque os Seus juízos são verdadeiros e justos. Eliminou a seita maligna que corrompia a terra com a ânsia de liberdade e autonomia e vingou sobre ela a inquietação dos seus servos». Depois repetiram: «Aleluia. O fumo da sua exploração sobe pelos séculos dos séculos». Os cento e oitenta e nove antigos Chefes de Estado e os cinco Animais prostraram-se então para adorar Deus que paira sobre o trono e disseram: «Amen. Aleluia.». E do trono, saiu em seguida, uma voz que dizia: «Louvai o nosso Deus, vós todos que sois Seus servos; vós que O temeis, pequenos e grandes». Ouvi então, como que o ruído de uma multidão imensa, como o ruído dos Oceanos, como o ribombar de violentos trovões que diziam: «Aleluia. Porque o Senhor, nosso Deus Omnipotente, tomou posse do Seu reino. Alegremo-nos e exultemos, dêmos-lhe glória porque a farsa acabou e eis que chegaram os dias da festa eterna».

Entretanto na terra mil anos passaram e os descendentes do Homem orientados pelos cientistas de Grande Vaca tinham despoluído a terra e, com a ajuda de toda a maquinaria necessária forneciam a cidade-suspensa de órgãos e de todos os géneros necessários à alimentação dos servos de Deus.

Vi com meus olhos os descendentes do Homem: tinham perdido a capacidade de falar e eram comandados por um chip colocado na nuca; as suas faces eram rosadas e tinham um olhar vazio; traziam no braço um boião com uma solução de PROSAC e vitaminas e, era tudo o que precisavam para se alimentar.

O seu número tinha diminuído para centenas de milhar: o estritamente necessário.

11 – A Cidade-Suspensa

Vi depois um céu novo e uma terra nova (Is-65-17)[7] porque o primeiro céu e a primeira terra desapareceram e o mar já não existe.

Vi a cidade-suspensa, Grande Vaca, que deslizava para uma órbita mais baixa, resplan-

decente no céu limpo com as suas noventa e uma redomas de vidro semelhantes ao cristal puro, ligadas entre si pelos quatro mil cento e oitenta e seis canais de ouro maciço, iluminada pela luz da lua e das estrelas distantes. Ouvi então uma voz que vinha do centro do Cubo e dizia: «Eis a morada do Cifrão com o homem novo. Ele habitará com eles; serão o seu povo e o próprio Deus estará com eles. E enxugará todas as inquietações dos seus olhos; não haverá mais morte[8], nem dúvidas, nem dor porque o mundo antigo desapareceu».

Então O que pairava sobre o trono, disse: «Eis que faço de novo, tudo quanto há». Depois acrescentou: «Escreve: Estas palavras são certas e verdadeiras. Elas realizar-se-ao»; Disse-me Ele ainda: «Eu sou o Alfa e Omega, o Princípio e o Fim. Àquele que tiver sede dar-lhe-ei a beber, a fundo perdido, da fonte da água parada. O produtor-consumidor-eleitor receberá esta herança. Eu serei o seu Deus e

Carlos

ele o Meu filho. Mas os vegetarianos, os autónomos, os libertários, os impúdicos, ateus e todos os pedreiros-livres terão o seu lugar no lago do fogo e de enxofre ardente».

Disse-me ainda: «Não conserves secretas as palavra proféticas deste livro, porque o tempo está próximo. Que o pecador continue a pecar, que o homem impuro continue ainda a ser impuro, mas que o produtor continue a produzir, o consumidor consuma ainda mais e, que o eleitor exerça o seu dever. Eis que venho em breve e trarei comigo o crédito ilimitado que concederei a cada um segundo a sua conta bancária.

Eu sou o Alfa e Omega, o Primeiro e o Último, o Princípio e o Fim. Felizes os que vestem roupa de grandes marcas a as compraram a crédito, pois têm um lugar assegurado na cidade-suspensa. Ficarão de fora os cães, os feiticeiros, os impúdicos, os ateus, os vegetarianos, os libertários, os autónomos, os pedreiros livres e, todo aquele que ama e pratica a utopia e a mentira».

Eu declaro a todos os que ouvem as palavras proféticas deste livro: «Se alguém lhe acrescentar alguma coisa, Deus fará vir sobre ele, todos os flagelos descritos neste livro. E quem ousar tirar alguma coisa às palavras deste livro profético, Deus, retirar-lhe-à o crédito em todos os bancos da terra e perderá o seu lugar na cidade suspensa que está descrita neste livro».

Quem dá testemunho destas coisas, afirma-o: «Sim, venho em breve».

Amen. Vem, Senhor Cifrão.

Que o crédito do Senhor esteja com todos vós.

Segunda/Quinta-Feira
16 e 19 de Novembro de 1998
(1900 anos depois....)

[1] Todas as criaturas se unem para dar louvores ao Cifrão
[2] Referência às multinacionais
[3] Referência à extracção mineira
[4] Referência ao efeito de estufa
[5] Referência às câmaras de vigilância
[6] Referência ao transplante de órgãos
[7] Matrícula de um automóvel
[8] Referência ao transplante de órgãos

Livros e Leituras

A MÁQUINA QUE DOMINA O MUNDO

Parece muito oportuna a publica釈o, pela Ant芴ona, deste livro de Jerry Mander, publicado nos Estados Unidos j・na d縋ada de setenta, mas que cobra, entre n・, agora, plena actualidade. Jerry Mander, um ex-publicit疵io que, a partir da sua experi嫠cia de comunica釈o nos *mass media*, se concentra nos efeitos de propaganda conduzidos pela televis縊 e pela elite t縋nico-industrial que a domina e dela se serve para alicer軋r os mecanismos de domina釈o do Capitalismo.

Livro oportuno que ataca, com provas ・vista, o mito das 鍍ecnologias neutras・ao demonstrar que a televis縊 ・sobretudo apta para vender produtos, os produtos de massa da sociedade de consumo. Tentar reformar o *meio* ・in俟l, ele ・adequado ao seu objectivo, a propaganda para as massas, como aponta muito bem J俉o Henriques na sua 哲ota ・Tradu釈o Portuguesa・ ao prop・ traduzir a express縊 杜ass media・pela express縊 杜eios de informa釈o de massas・

Os argumentos de J.M. n縊 se deixam resumir numa s匿tese f當il. Os quatro argumentos no seu conjunto estruturam uma an疝se cr咜ica do tipo de experi嫠cia humana e de sociedade, autorit疵ia e autista, criada pela televis縊. / o primeiro argumento: *a mediatiza釈o da experi嫠cia*. Ao romper com as condi鉄es naturais da vida, ancestralmente ligadas ・sobreviv嫠cia da esp縋ie, o ser humano passa a depender de um mundo artificial constru冝o pelos *mass media*, em especial pelas imagens da televis縊. 泥esligados, como astronautas flutuando no espa輟, n縊 podemos agora distinguir o alto do baixo ou a verdade da fic釈o. Estas condi鉄es favorecem a implanta釈o de realidades arbitr疵ias・(p. 61) A priva釈o de contacto com as condi鉄es de vida no planeta e a sua substitui釈o por realidades mediatizadas permite aquilo a que J.M. designa por 兎xpropria釈o do conhecimento・e que ・agora um fen・eno implantado em larga escala em todas as sociedades desenvolvidas. O conhecimento real decorrente da experi嫠cia e da aprendizagem sensorial foi substitu冝o por uma informa釈o criada pelos 兎specialistas・que atrav駸 dos *media* imp・m a sua autoridade indiscut咩el: 徹s cientistas, peritos de tecnologia, psic・ogos, industriais, economistas e os *media* que interpretam e divulgam as respectivas descobertas e opini・s tornaram-se na nossa fonte. Actualmente s縊 eles que nos dizem o que ・a natureza, o que somos, como nos relacionamos com o cosmos, de que necessitamos para sobreviver e sermos felizes, e quais as formas adequadas para organizarmos a nossa exist嫠cia (・ A nossa experi嫠cia n縊 tem valor antes de confirmada pela ci嫠cia. (o leite materno ・saud疱el!)・(p. 85). A realidade torna-se portanto arbitr疵ia e J.M. chama muito oportunamente ・cola釈o George Orwell e Aldous Huxley, autores de *1984* e *Admir疱el Mundo Novo*. A arbitrariedade do conhecimento (informa釈o mediatizada) conduz ao controlo do Grande Irm縊, que nos dir・n縊 apenas aquilo que ・bom e o que ・mau, mas tamb駑 o que foi o passado, o que ・o presente e o que nos reserva o futuro. A implanta釈o de uma realidade arbitr疵ia, com o recurso 灣 teconologias electr・icas ・hoje bastante evidente nas grandes empresas transnacionais que governam o mundo, que nos governam e moldam a nossa exist嫠cia e formam a mundivid嫠cia das massas. Esta possibilidade de imp・ uma realidade arbitr疵ia, de dominar o passado, o presente e o futuro ・a ess嫠cia do Totalitarismo. As tecnologias utilizadas para produzir esse efeito s縊 tudo menos inocentes.

Segundo argumento: *a coloniza釈o da experi嫠cia*. Com este argumento J.M. pretende demonstrar como a televis縊 est・visceralmente ligada ao aparecimento da 都ociedade de consumo・e ・sua necessidade de transformar tudo em mercadoria, a come軋r pelo pr・rio ser humano. A televis縊 serve essencialmente a estrat馮ia de formatar o indiv冝uo para o tornar alvo da publicidade necess疵ia ao sistema econ・ico.

Na televis縊 nem tudo ・publicidade, no sentido estrito de an伀cio de um produto comercial, mas a televis縊, no seu conjunto, e salvo muito raras excep鋏es, ・o meio por excel麩cia de cria釵o e difus縊 de um estilo de vida compulsivamente conduzido pela publicidade: o das necessidades artificiais. A televis縊 ・o meio publicit疵io por excel麩cia. Ora, a publicidade ・suportada pelo pequeno n佃ero de empresas que controlam o sistema econ・ico nos Estados Unidos e no mundo inteiro. 鄭s emiss・s de televis縊, tal como outras tecnologias monol咜icas, da m痃uina de debulhar milho com capacidade para oito filas de cultivo 灣 multinacionais da agricultura, passando pelos navios-tanques com mais de 75 000 toneladas, centrais nucleares, redes inform疸icas, edif鱇ios de escrit・ios de cem andares, comunica鋏es por sat駘ite, engenharia gen騁ica, oleodutos internacionais e avi・s supers・icos, est縊 apenas ・disposi釵o de for軋s empresariais gigantescas・(p. 190). A televis縊 ・o meio por excel麩cia encontrado por estes interesses para construir a sua domina釵o, o que ・confirmado pelos efeitos que a televis縊 provoca nos indiv宜uos. ／o terceiro argumento: *a televis縊 e os seus efeitos nos indiv宜uos*. 徹 mais poderoso instrumento de manipula釵o mental da hist・ia・(p. 328), a televis縊 desenvolve as reac鋏es neurofisiol・icas adequadas ・limita釵o da consci麩cia, da capacidade cr咜ica e de comprova釵o da verdade. J.M. percorre, em diversos cap咜ulos, os poss咩eis efeitos que a observa釵o da imagem televisiva pode provocar nos indiv宜uos. Entre os que podem considerar-se comprovados conta-se o efeito hipn・ico e a confus縊 mental que se pode detectar - sobretudo nas crian軋s e adolescentes - quanto ・distin釵o entre realidade e imagem televisiva. 鄭 problem疸ica do real ou n縊 real constitui uma novidade, ela pr・ria abstracta e imposs・vel de compreender. A evolu釵o natural leva-nos a ver todas as coisas como reais, pois sempre assim se manifestaram. Tomar por falso e n縊 real aquilo que vemos na televis縊 exige uma aprendizagem. Vai contra a natureza humana. E ensinar isso a uma crian軋? Quando esta assiste a um programa televisivo n縊 possui qualquer capacidade inata que lhe permita distinguir o real da fic釵o・(p. 313). A perda de dom匤io dos processos mentais, o car當ter unilateral e autorit疵io da informa釵o televisiva (confundida com a realidade) transformam-no num instrumento ideal de manipula釵o. ／o quarto argumento: *as limita鋏es inerentes ・televis縊*. 鄭 teconologia televisiva predetermina os limites do seu conte炭o・(p. 325). Nem toda a mensagem ・apta a passar na televis縊. Pelas suas pr・rias caracter雙ticas tecnol・icas, a televis縊 ・um instrumento de manipula釵o e, neste sentido, n縊 ・reform疱el. Em primeiro lugar, as imagens televisivas delimitam e eliminam mesmo a percep釵o sensorial. Quem v・uma imagem na televis縊 n縊 v・tudo o que poderia ver se estivesse no local onde foi colhida a imagem. Al駑 disso, a imagem corta o espectador do som real, das cores, da temperatura, do cheiro e de qualquer sensa釵o t當til. A televis縊 provoca portanto desconex縊 sensorial e a separa釵o do tempo e do espa輟. O tempo acelerado da televis縊 n縊 ・o tempo da natureza, o tempo real, 兎spremido・no processamento das imagens. As imagens flutuam no tempo e no espa輟, s縊 inculcadas na mente do espectador, mas n縊 podem nunca ser objecto de comprova釵o. 哲estas circunst穎cias torna-se poss咩el que as not鱇ias existam unicamente nos media, n縊 ocorrendo nunca no mundo real. Aqui temos pois, entre n・, a situa釵o retratada por Orwell em Mil Novecentos e Oitenta e Quatro・(p. 365). No cap咜ulo XVI JM analisa as limita鋏es t匡icas do meio televisivo (indica 33, por exemplo: a guerra ・melhor em televis縊 do que a paz; os produtos passam melhor do que as ideias (que n縊 podem ser animadas); as figuras carism疸icas passam melhor do que os grupos ou personalidades n縊 autorit疵ias, etc). A televis縊 n縊 pode portanto ter um uso alternativo, ser usada para bons fins, quem utiliza o meio submete-se ・sua ideologia intr匤seca (tal conclus縊 levou JM, como nos conta no final do cap. XVI, a recusar apresentar e discutir o seu livro na televis縊 americana). Caracter雙ticas que transformam a televis縊 na m痃uina de domina釵o por excel麩cia: a que leva ・domina釵o pelo inconsciente.

Uma s匤tese not疱el das conclus・s do livro encontra-se no p・f當io do autor: 鄭 televis縊 consiste mais num instrumento de lavagem ao c駻ebro indutor de estados let疵gicos e/ou hipn・icos, do que num ve鱇ulo capaz de estimular processos de aprendizagem conscientes. (・ Altera a percep釵o humana do mundo. (・ Acreditamos que a TV nos oferece um maior conhecimento, quando, na realidade, esse

conhecimento · cada vez mais reduzido. (· Contribui para a supress緃 do conhecimento pessoal, substituindo-o por um conjunto de informa鋏es manipuladas por uma elite tecnol·ica, cient凬ica e industrial·

S緃 sempre oportunas as notas explicativas de J伢o Henriques.

JERRY MANDER, Quatro Argumentos para Acabar com a Televisão, Antígona, Lisboa 1999, 456 pp.

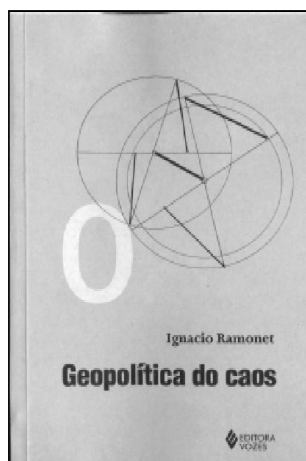
Jos· Paulo Vaz

GEOPOLÍTICA DO CAOS

Nunca os senhores da Terra foram t緃 poucos e t緃 poderosos. Esta frase do autor diz quase tudo sobre a 敵eopol吖ica do Caos· Hoje j· n緃 s緃 os Estados que partem · conquista do espa輟 mas antes empresas, grupos industriais e financeiros que pretendem dominar o mundo, fazendo todos os dias as suas interven鋏es no sentido de acumularem um esp·io cada vez maior. Por isso, assistimos sem d· nem piedade · destrui釵o dos meios ambientes naturais em prol da acumula釵o massiva de mais capital sob a 馮ide da livre circula釵o e em simult穂eo da integra釵o financeira e monet疵ia quer Europeia quer mundial.

Em busca da sobreviv螯cia assistimos cada vez mais · concentra釵o da popula釵o em torno das cidades, cujo crescimento desmedido est· cada vez mais fora do controle humano. Tanto a Norte como no Sul, as 殿glomera鋏es tentaculares alteram os equil兊ri-os ecol·icos, sociais e econ·icos, drenam o essencial das riquezas, acumulam, entre uma minoria de privilegiados e a massa dos exclu· dos, tens·s que n緃 t麥 sido resolvidas, pacificamente, por um poder que, na maioria das vezes · pouco democr疸ico.· Eis nesta frase o dramatismo da evolu釵o futura. Equil兊rios que ao serem destru宜os p·m em causa a sobreviv螯cia da maioria em prol do gozo e satisfa釵o de uma minooria. As periferias tendem de facto a ser cada vez mais os tent當ulos de um polvo cuja cabe軋 se sente inchada pela mis驆ia circundante, pela vida vegetativa que nos tent當ulos ocorre e os quais, porque n緃 se entrecruzam, crescem, crescem, sem que uns d麁m conta do crescimentos dos outros e da sua contribui釵o para o centro. A falta de qualidade de vida nas enormes e crescentes periferias parece ser desconhecida pelos pr·rios que a· vivem, ou pelo menos, querem lev·los a pensar que o facto de residirem perto das grandes cidades · um benef軈io s· por si suficiente para considerarem ter mais qualidade que nos seus lugares de origem. E toda esta gente faz de facto todos os dias os seus trajectos incessantes, qual formigas no carreiro, talvez pensando se ser· sempre assim. Poder· ser assim e ainda pior, enquanto n緃 existir uma consci螯cia colectiva de que se · instrumento numa sociedade manipuladora que n緃 considera ningu鵞 como pessoa, mas apenas como consumidores, e de prefer螯cia hom·eneos. Segundo o autor, a classe pol吖ica est· cada vez mais desacreditada, em desfasagem relativamente · opini緃 p炻lica, os partidos dominantes deixaram de inspirar confian軋 e perdem eleitores. Pudera! Com tanta mentira apregoada diariamente! N緃 querem crer que n緃 se ser· sempre est俔ido para votar neles e que outras alternativas existem!!.

ノ verdade que os partidos e os pol吖icos s緃 amplamente considerados como os respons疱eis pela crise global de uma sociedade que n緃 oferece seguran軋, nem solidariedade, e na qual se multiplicam as frustra鋏es de toda a esp醃ie. Tamb鵞 o · como afirma o autor, que os cidad緃s parecem cansados da m· gest緃; da corrup釵o; das disfun鋏es dos servi輟s p炻licos; do pagamento de impostos que, para eles, n緃 trazem benef軈ios na vida quotidiana; da aus螯cia de reformas; do excesso de burocracia e da falta de solicitude por parte do Estado.

A maioria das pessoas permanece de facto e ainda iletrada por n緃 perceber que a economia

de mercado tem por regra o salve-se quem puder, tem por princ厓io o ego叟mo, o individualismo e n縊 o colectivo, a interajuda e solidariedade. Da · as consequ麥cias, vis咩eis por todo o lado, das pol咜icas encetadas no 稔bito do liberalismo puro quer em termos de custos sociais, quer em termos ecol · icos e, por fim, psicol · icos como sejam: aumento acelerado do desemprego sem que existam hoje verdadeiras entidades que protejam os trabalhadores no activo e os despedidos dado o enfraquecido papel dos sindicatos,os problemas de deliqu麥cia, consumo de alcool ou droga (como forma de aliena鈬o de um quotidiano que n縊 oferece quaisquer perspectivas de melhoras futuras), o sofrimento que leva ao ressentimento e ao racismo, enfim, todo o tipo de consequ麥cias que se repercutem normalmente sobre quem por vezes muito pouco possui em termos de economia de mercado, mas que em termos sociais deveria ser exigido um tratamento humano que cada vez mais vai rareando.

Pelos momentos de reflex縊 que, sobre a evolu鈬o das sociedades actuais, este livro suscita vale a pena ser lido. Embora nele sejam abordadas mat驻ias que, quotidianamente, s縊 veiculadas pelos principais *media* constitui, no entanto, uma boa sistematiza鈬o sobre o que de mais importante tem sido destru冝o, sobretudo, ao n咩el da dimens縊 humana nas 俿timas d · cadas at · aos dias de hoje.

Ignacio Ramonet, Geopolítica do caos
Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira
Editora Vozes, Petropolis, 1998

Guadalupe Subtil

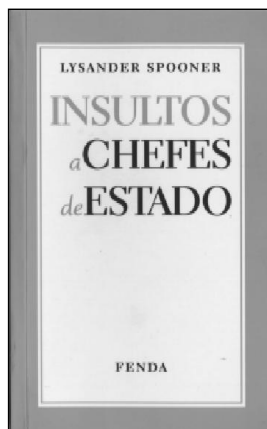
OS CRIMES E OS VÍCIOS DO ESTADO

Com excelentes tradu鋏es de Miguel Serras Pereira, a Fenda editou recentemente dois livros de Lysander Spooner: *Insultos a Chefes de Estado; Os V貧ios n縊 s縊 Crime.*

Escritos na d尊ada de 70 do s尊ulo XIX, ambos os livros foram estruturados no sentido de uma cr咜ica radical do Estado, nomeadamente em rela鈬o aos seus efeitos perversos sobre a liberdade e a soberania inalien疱el dos indiv · duos. De facto, contrariamente 灣 teses desenvolvidas por Hobbes no seu livro *Leviat* ; para Lysander Spooner n縊 · o homem que · lobo do homem, mas o Estado, personificado pelas instituic · s militar e policial, pela Constitui鈬o, pelos burocratas que governam, dominam e oprimem o cidad縊 comum.

No contexto da emerg麥cia do anarquismo nos EUA, a partir de meados do s尊ulo XIX, se olharmos, com aten鈬o para a vida e a obra de Lysander Spooner, depressa nos apercebemos qu縊 grande foi a sua luta contra a escravatura, a guerra, a religi縊, a mis驻ia e as injusti軋s que proliferavam nesse pa叟. Companheiro 匤timo das ideias e das pr疸icas dos anarquistas Josiah Warren e Benjamin Tucker, foi um lutador incans疱el de um anarquismo de cariz individualista. Esse sentido da vida e da obra do autor, · patente nos artigos e livros que escreveu, mas tamb鳶 nas atitudes e iniciativas que tomou. Neste dom匤io, sublinhe-se as profiss · s multifacetadas de professor, advogado e contabilista, e, por outro lado, o pioneirismo na cria鈬o de uma companhia de correio postal e a estrutura鈬o de uma economia cooperativa contra o monop ·io estatal e as incid麥cias lucrativistas das empresas privadas.

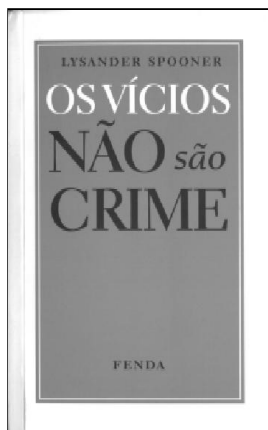
Regressando, agora, · subst穗cia anal咜ica dos livros recentemente publicados pela Fenda, Lysander Spooner ao escrever *Insultos a Chefes de Estado,* f · lo com uma consci麥cia e a radicalidade de um homem que acredita sobremaneira nas virtudes naturais e espont硼eas do ser humano, enquanto entidade soberana e livre, que sabe melhor de ningu鳶 partilhar e decidir sobre tudo o que respeita · sua vida quotidiana e · vida em geral na sociedade. Neste amplo sentido, qualquer actividade econ · ica, qualquer Constitui鈬o, qualquer Estado, qualquer imposi鈬o fiscal, qualquer institui鈬o pol咜ica, mili-

tar, jurídica, ou policial, que não esteja identificado com os desígnios espontâneos e naturais dos indivíduos, torna-se a expressão de uma realidade sustentada pela opressão e exploração do homem pelo homem.

Por isso, quando querem impôr mecanicamente a qualquer ser humano, que nasce e passa a integrar uma dada sociedade, uma Constituição, uma lei, impostos, tribunais e guerras, não obstante esse ser humano não ter contribuído para a criação dessas perversões da evolução do Estado e da sociedade, está-se a mutilar e a destruir o sentido da sua vida, da sua autenticidade, da sua liberdade e da sua autonomia. No fundo, o Estado ou o governo impõem de uma forma ditatorial e discricionária um contrato social a todos indivíduos, independentemente de estarem ou não de acordo com as sua premissas básicas.

Na opinião do autor, entre outras coisas, *«o escrutínio secreto produz um governo secreto; um governo secreto é uma associação secreta de ladrões e de assassinos. Seria preferível um despotismo declarado. O déspota apresenta-se, só ele, diante de todos e proclama: «O estado sou eu. A minha vontade é a lei. Sou eu o vosso senhor. Assumo a responsabilidade dos meus actos. A única arbitragem que que reconheço é o da espada. Se alguém contesta o meu direito, que puxe da espada»»* (págs. 67-68). Numa primeira leitura poder-se-ia pensar que as críticas de Lysander Spooner se dirigem essencialmente ao Estado, às instituições e profissões que o personificam. Nada mais errado. Ele consegue perceber, com uma perspicácia singular, as cumplicidades e interdependências que existiam e existem entre a economia, a política, o Estado e o capitalismo. Todos estes fenómenos preenchem os requisitos da estabilidade normativa de um sistema despótico que subjuga a liberdade e a soberania dos indivíduos e dos povos. Nesse sentido, *«os Rothchild, e essa categoria de prestamistas de quem eles são agentes e representantes – pessoas que nunca pensaram em emprestar um xelim ao vizinho do lado animado dos propósitos da honestidade mais industriosa sem exigirem as garantias mais seguras e as taxas de juro mais elevadas –, estão dispostos, a qualquer instante, a emprestar quantidades desmedidas de dinheiro a esses ladrões e assassinos que se intitulam governos, dinheiro que servirá para fuzilar aqueles que não aceitarem com suficiente serenidade continuar a ser roubados e dominados»* (pág. 100).

No outro livro que já referimos – *Os Vícios não são Crime* –, Lysander Spooner orienta a sua crítica aos fundamentos hipócritas e perversos da moral, da lei, dos tribunais e do governo, que procuram arbitrariamente imiscuir-se e sancionar decisões naturais e espontâneos que pertencem exclusivamente ao domínio da vontade soberana dos indivíduos. Nenhum poder divino, nenhum Estado, nenhum governo ou Constituição pode substuir-se à vontade e liberdade de qualquer indivíduo. Se este resolve suicidar-se, embriagar-se, drogar-se, prostituir-se, flagelar-se, empobrecer, marginalizar-se, etc. – tudo isso é a expressão lógica do seu sentido de vida e de liberdade, que só a ele diz respeito. Por essa razão, os vícios que a sociedade capitalista e o Estado pretendem criminalizar e moralizar como algo de desviante e de negativo não têm nenhum fundamento.

Contrariamente aos múltiplos fenómenos denominados de crime, que aparecem como tipos de desvio que cerceia a vida e a liberdade dos indivíduos, os vícios são de natureza diferente: *«o que é visado pela punição dos crimes é garantir, para cada um como para todos e da mesma maneira, a liberdade mais completa que o indivíduo possa esperar – sem infringir os direitos equivalentes dos outros – de procurar a sua própria felicidade, seguindo os conselhos do seu próprio juízo e usando dos seus próprios bens. Por outro lado, o que é visado pela punição dos vícios é privar cada homem do seu direito e da sua liberdade naturais de buscar a sua própria felicidade, aconselhado pelo seu próprio juízo e usando dos seus próprios bens»* (pág. 25).

Mais uma vez, para perceber a causa profunda dos aspectos negativos que os vícios possam eventualmente personificar, torna-se imperioso abordar a sociedade que em última instância os fomenta. Na verdade, para Lysander

Spooner, se existe perversidade nos v尷ios, eles t麥 a sua explica釵o plaus咩el, em primeiro lugar, na sociedade que transforma os homens em escravos assalariados e alienados: *鉄e esses trabalhadores de Inglaterra, hoje b鹵ados e viciosos, tivessem tido as mesmas oportunidades e conhecido o mesmo quadro de exist麩cia que t麥 as classes mais abastadas; se tivessem sido criados em lares confort疱eis, felizes e virtuosos, e n緇 em lugares s・didos, miser疱eis e viciosos; se tivessem tido as ocasi・s de adquirir conhecimentos e bens, e de se tornarem inteligentes, pr・peros, felizes, independentes, respeitados, garantindo-se todas as satisfa鉄es intelectuais, sociais e dom駸ticas 灣 quais uma actividade honesta e justamente retribu宜a lhes permitiria o acesso -, se tivessem tido tudo isso, em vez de terem nascido num duro mundo de labor sem retribui釵o, e que os marcou com certeza de terem de se matar ・for軋 de trabalho, estariam hoje t緇 livres dos seus v尷ios e fraquezas como aqueles que se erigem em seus acusadores・*(p疊. 59).

LYSANDER SPOONER, *Insultos a Chefes de Estado*, Lisboa, Fenda, 1999; Lysander Spooner, *Os vícios não são Crime*, Lisboa, Fenda, 1999.

J. M. Carvalho Ferreira

Publicações Recebidas

al margen
Portavoz del Ateneo Libertario, Ano VIII, nº 29, Primavera 1999
Do Sumário: Cómo nos Diezman!; Arte; Galgos, Podengos o... C*T; Apólogos amorales (X): Beckettiana; De: "Etcétera"; Estultitia quousque tandem – Entierro; La universidad y el saber; La función lógica de la vida; Tempus Fugit: Carpe Diem; La historia de María; La defecación es la solución; Poesía; A todas las personas u organizaciones libertarias del planeta tierra; Ser o no ser...; Acerca del potencial carácter subversivo de lo irracional; Poesía; No al día de...; El diccionario del diablo; El Eco del Rebelde.
Contacto: al margen, C/ Palma, 3 – 46003 Valencia, España.

Archipiélago
Cuadernos de Crítica de la Cultura, nº 34/35, 1998
Do Sumário: El moredeador; Altares de tecnología punta; La espacialidad del Ojo miope (del Poder); El espacio/tiempo social: fragmentos de ontologia política; La reivindicación de la casa; De espacios mentales, imágenes y razones; La pintura Ch'an mirando un campo que se dilata; Desierto, catastro y espacio técnico; Lugares sagrados: el espacio sonoro de la India; Fragmentos para una reconstrucción del texto literario como espacio formal del secreto; Algunas notas sobre cuestión de las periferias; Tiempo y sitio como materiales del proyecto en Schinkel y Aalto; Territorio versus planificación: metáforas del desarrollo; Fue Auschwitz una ciudad?; La casa anarquista; Fuera de lugar?; El autorretrato de Lequeu.
Contacto: Editorial Archipiélago, Apartado de Correos nº 174, 08860 Castelldefels (Barcelona), España.

Bicel
Boletin Interno del Centro de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, nº 8, Março 1999
Do Sumário: Editorial; Donaciones Culturales; La selecta biblioteca anarquista de Fernando Serrano y Pilar; La videoteca de Miguel Bilbatúa; Durruti en la revolución española; Anarquismo básico: hacia la anarquia; Dos nuevos testimonios; Guerre d'Espagne; Comunicación, poder y cultura; Helios Gómez y Margaret Michaelis – dos anarquistas recuperados del olvido; La pasión estética y vital de Alfred Levitt; Julián Pacheco, el arte provo; Investiga, que estimula; Los tiempos de libertad; Garrote vil para dos inocentes: el caso Delgado-Granado; La guerra civil en Extremadura; Lo que la historia oficial ha calado; Actualización del catálogo de Abril de 1998.
Contacto: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, Passeo Alberto Palacios nº 2, 28021 Madrid – España.

Bicicleta
Espaço Velocipédico-Kultural, nº 2, Outubro de 1998
Do Sumário: Pedalando; V Encontro Internacional de Editores Independentes; Recitando o processo; "Objectos perdidos na memória de um guerreiro (forçado)"; Del lenguaje visual al libro-objecto.
Contacto: Centro de Cultura e Pesquisa de Arte, Apartado 65, 2751 Cascais Codex.

Boletín
Fundació d'Estudis Libertaris I Anarco-Sindicalistes, nº 4, Primavera 1999
Do Sumário: Salvador Puig Antich I el Mil; Actividades de la FELLA; El "Assalto Científico" de la Biotecnologia; Una Mirada a la Barcelona de la República; Armand Guerra, cineasta anarquista. Sobre la recupéración de su película "Carne de Fieras; Mujer Saharaui; La semana tragica.
Contacto: Boletín , C/ Joaquim Costa, 34, 08001 Barcelona – España.

CIRA
Centre International de Recherches sur l'Anarchisme, nº 55, Março 199
Do sumário: Rapport d'activités et comptes; Hommage à pier Carlo Masini; Colloques à venir; Des têtes d'anarchistes mises à prix, Nouvelles de l'édition; Revues indexées; Liste 55: nouveaux ouvrages.
Contacto: CIRA, Avenue de Beaumont, 24 , CH-1012 Lausanne, Suisse.

Coice de Mula
Publicação da *Rede de Editores e Livreiros Di Viñus*: Livraria Utopia, Nihl Obstat, Crise Luxuosa – nº 1, Março/Abril 1999
Do Sumário: Albert Cosseny; Sobre o trabalho e a sua superação – trabalhar para quê?; Nós, Lista de livros; Como era o novo tempo?; Merz e o dadaísmo; A mula da droga; Um teatro dentro do corpo; A religião do capital; Últimas.
Contacto: José Tavares, Apartado 21477-1134 Lisboa Codex.

Courant Alternatif
Organisation Communiste Libertaire, nº 88, Abril 1999
Do Sumário: Nucléaire: ambiguité de la Dsin; Répression à Reims (suite); Rubrique flics; L'école, labo du libéralisme; Lutte pour la terre au Pays basque (suite), Pas vrai liberté sans égalité!; Chronique de la précarité; sang contaminé: l'Etat irresponsable; Rubrique: brèves; rubrique: social; Immigration: vive la carte de 100 ans!; Rubrique: livres, Autour du livre de michel Auvray, Rubrique vit'fait.
Contacto: OCL/Egregore, B. P. 1213, 51058 Reims Cedex, France.

El Libertario
Organo de la Federación Libertaria Argentina, Ano 14, nº 42, Dezembro 1998/Janeiro 1999
Do Sumário: Pinochet (y la omnipotencia del Estado) en el banquillo; Sindicalismo: del compromiso a la complicidad; Hacia donde va la economia? (XXI) –"estafas de la vida cotidiana"; Polémica sobre criminalidad, delicuencia y... Lombroso; Noticias y actividades libertarias; El santo que nos faltaba; Suplemento Especial – La Semana Trágioca; Una historia de Chiapas; Al margen del poder y de los partidos; El auto, parodoja del capitalismo; De la libertad y de las ideas; Tráfico de armas: paradigma de la corrupción
Contacto: El Libertario, C/ Brasil 1551, (1154) Buenos aires, Argentina.

Ekintza Zuzena
Aldizkari Libertarioa, 24. Zkia., 98/99 Negua
Do sumário: Bienestarismo: la ideologia del fin de siglo; Egin – la ley del silencio; Las

huelgas que cuentan que ganamos; El movimiento contra el paro en el estado español; Movilidad motorizada, globalización económica y «proyecto» europeo; El verdadero rostro de la profesionalización; El entramado britanico en la lucha contra la inmigración; Europa África, Colombia; VIH/SIDA; Su moral es asquerosa; Nikez; O jarbanzo negro, "sempre vai alghun na pota"; El corazón del sapo, Liburuak.
Contacto: Ediciones E. Z., Apartado 235, 48080 Bilbo, España.

Fisga
Folha Informativa Libertária, Fevereiro/Abril 1999
Do Sumário: Editorial; Notícias – encontros com o maldito; Opinião – tens pedaladas?; Endereços.
Contacto: Apartado 4720, 4012 Porto Codex.

La Campana
semanario de información y pensamiento anarquista, nº 109, 1999
Do Sumário: Buzón de la Campana; Editorial; Trabajadores liberados; La CGT ante la guerra de Yugoslavia; Debate al Pojinegro – El tiempo de los tío Tom; 12 años de régimen carcelario criminal – Militantes de acción Directa: parar el ensañamiento judicial; Identidades asesinas; Poesia; El árbol de los zuecos, Anuncios breves, convocatorias; intercambios; Florentino de Carvalho – la erguida voz del roble.
Contacto: La Campana, C/ Pasantería, 1-3º planta, 36002 Pontevedra – España.

la otra bolsa de valores
autopoiesis - reforma y mutación... o colapso, nº 46, 1998
Do sumário: ; Economia y política: pasmadas ante la crisis del siglo – La sociedad plural y militante: por un codigo ético y claras estrategias de sostenibilidad, PNUD e INSOL apoyan la segunda fase del Ba'Asolay – cooperación tecnica para organizaciones sociales, indigenas y no gubernamentales; "Diálogo global" convocado por Iggri y Kepa – redes por una estrategia; Qué hacer? Renacen simbolos de valor social; Exame de Occidente y su ayuda – La ONG y el Titanic; Por un ser nuevo en vísperas de um siglo nuevo: "La otra bolsa de valores" – cumplio nueve anos y agradece; Tianguis – Tlaloc por una economia en manos de la gente – ofertas y directorio, some steps ahead – Building a more just, sustainable and democratic world – Hanasaari Statement; por la audición del Barco Tochol – La gran liberación.
Contacto: Promoción del Desarrollo Popular, Tialoc 40-3, Col. Tiaxpana, CP 11370, México D.F., México.

letralivre
Cultura Libertária, Arte, Literatura, Ano II, nº 22, 1999
Do Sumário: O comunismo libertário; A república do silêncio; Reflexões sobre Malcom X (2); Em defesa da palavra; O homem da flor na boca; Os poetas e a MPB; Sete Contos; Campanha de novos assinantes.
Contacto: letralivre, Caixa Postal 50083, CEP 20062-970 Rio de Janeiro – RJ, Brasil.

Le Monde Libertaire
Hebdomadaire de la Fédération Anarchiste, 6-12 Maio 1999
Do Sumário: Une seule guerre: la guerre de classes!; Pour lutter contre les ségrétations sociales: construisons l'école de l'égalité; C.M.U, plan Johanet, rapport Charpin – Menaces généralisées sur la protection sociale; Encore des coups sur les Balkans; L'Europe de la calotte; Nouvelle Calédonie: la loi du clan?; Sale temps d'avril sur Londres; Anars gays: la croisière s'amuse...; Journée d'expression libertaire à Montpellier; le samedi 8 mai.
Contacto: Le Monde Libertaire, 145, Rue Amelot, 75011 Paris, France.

Libera
Informativo do Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres; Ano 8, nº 91, Dezembro 1998
Do Sumário: ... adeus Antônio Martinez; O sentido da revolução e o seu sentido; Noam Chomsky: a política externa dos EUA e o terceiro mundo; Recordando um companheiro ou a primeira vítima mortal do Tarrafal; Notícias libertárias.
Contacto: CELIP/RJ, Caixa Postal 14576, CEP 22412-970 Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Novos Tempos
Revista Anarquista Mensal; nº 2, Novembro 1998
Do Sumário: Justiça, administração, polícia; Os ursos de Berna e o urso de São Petersburgo; Foucault e a anarquia; Uma educação libertária; Da polis e do espaço social plebeu; Municipalismo libertário.
Contacto: Editora Imaginário, Av. Pompeia, 2.549 conj. 01 – Sumarezinho, 05023-001 São Paulo – Brasil.

Opción Libertária
Organo de GEAL – Grupo de Estudio y Acción Libertaria, nº 30, Janeiro 1999
Do Sumário: Hacia un nuevo feudalismo?; La tecnologia y sus espejismos; Entre la literatura y teoria social; Nuevamente guerra en Golfo Pérsico; Mensage para médicos; En defensa de la piratería.
Contacto: Luce Fabbri, Casilla de Correos 141, C.P. 11000 Montevideo, Uruguai.

Política Operária
Revista comunista, Ano XIV, nº 69, Março/abril 1998
Do Sumário: Nato nazi; O estado da nação; Há 25 anos – "O povo é que mais ordena"; perguntas ao bloco; As palavras – a tourada do costume; 50 mil contra o pacote "socialista" – agitação laboral por todo o país; Desaforos do Pina - factos e números; STPC – 500 postos de trabalho ameaçados; Telex; EUA, um estado policial; Negócios com os nazis; Direitos da mulher; Timor-Leste no quadro da crise indonésia; Terror de Estado na democrática França, A esquerda brasileira face ao neoliberalismo: riscos de domesticação; 25 de Abril: comemorar o quê?; As supermulheres, a guerra entre os sexos e as quotas; Diálogo sobre o futuro; Por um encontro marxista no ano 2000; Capitalismo e concorrência na ex-URSS.
Contacto: Política Operária, Apartado 1682, 1016 Lisboa Codex, Portugal.

Réfractions
Recherches et expresions anarchistes, nº 3, Hiver 1998-99
Do Sumário: L'anarchisme, genre mineur; Des histoires (presque) vraies; La liberté: les mains dans les poches; Caleb Williams ou les choses comme elles sont; Franz Kafka et le socialisme libertaire; Oskar Panizza et la psychopathia criminalis; La nature contre-culture; Paco Ignacio Taibo; Je donne un nom à de très petites choses; La littérature – arme situationniste; Les cueilleurs de coton; Poésie et circonstance; Demandez l'imposible, c'est fini!; Les ailes du vent; Ba Jin, sa première oeuvre.
Contacto: Les Amis de Réfractions, BP 33, 69571 Dardilly Cedex, France.

SOS Prisões
Ano II, nº 24, 15 de abril de 1999
Do Sumário: Um "self-service" politicamente correcto e autorizado; Perdão de penas: o sonho nunca morre, mas.. transforma-se; A perversão no país de Tocqueville; E.P. de Sintra – cerca de 200 queixas-crime contra director; Pelo perdão de penas e a democracia nas prisões; As prisões na imprensa; Comunicado da ACED; Delegação da ACED foi recebida pelo grupo parlamentar do PS.
Contacto: SOS Prisões, Apartado 1928, 1057 Lisboa Codex.

Umanità Nova
Settimanale Anarchico, Ano 79, nº 14, 25 de Abril del 1999
Do Sumário: La banalità della guerra; Dietro I massacri – la logica del neo-protettorato; Il bombardamento della propaganda; Lo sciopero dei ferrovieri; Banche: un contratto da sudare; Lotte in Telecom contro gli esuberi; Iniziative contro la guerra; Bologna. Soldi alle scuole clericali; Letture; Strategia di guerra USA; Il corteo del 27 marzo a Parigi: a fianco dei sans papier; Sindrome del golfo.
Contacto: Umanità Nova, c/o G.C.A. Pinelli, via Roma 48 - 87019 Spezzano Albanese (CS), Itália.

Xina Llivre
Publicação Anarquista, Inverno-Primavera 1999
Do Sumário: nada es tan desalentador como un esclavo satisfecho; Llabres, la cara mas inquisitorial del pp ciudadelano; Carta desde la prison de Koridallos; Llibertat per Nikos Maziotis; Que esta pasando y las razones del porque; Las revueltas de los pueblos de Varvara y Olympiada contra la modernización y la muerte; Italia; Construcción de la red de afinidad anarkjista en le mediterráneo ibérico; Mare mother mater mère math madre ma ma; Valencia lbertaria.
Contacto: não existe

Outros documentos e livros recebidos

A Abolição do Trabalho, *Bob Black*, Tradução de A. Samy Boyd e Lumiv Nahodil, Edição Crise Luxuosa.
ALBATROZ, *Lard du Peuple le Monde*, Paris, 1998.
CARVALHO, Silva, *Palingenesia ou o estado e o processo do romance*, Lisboa, Fenda, 1999.
CULLA, Daniel de, *Pito Blanca*, Burgos, Edição do Autor, 1999.
CULLA, Daniel de, *Cada uno de los Setenta Prelados*, Burgos, Edição do Autor, 1999.
GRUPO INVISÌVEL OS MARTELOS, *2984 – Mil Anos Depois*, Lisboa, Edições Reflectir, 1998.
Investigações de Um Cão, *Franz Kafka*, Tradução de André O. Benavente, Edição Crise Luxuosa.
PEREIRA, Sérgio, *O Absoluto Reverso*, Santa Maria da feira, Edições Tomahawk.
RODRIGUES, Edgar, *O Universo Acrata*, (2 volumes), Florianópolis, Ed. Insular.
SOUSA, Almeida e, *Objectos Perdidos na Memória de um Guerreiro (forçado)*, Lisboa, Crise Luxuosa, 1999.

PRINCÍPIOS EDITORIAIS

UTOPIA define-se como revista anarquista de cultura e intervenção, o que significa a reivindicação do património histórico das ideias libertárias e do movimento anarquista, ainda que à luz de um pensamento próprio, activo e actual, e no respeito face a outras interpretações desse património.

Ao definir-se como de cultura e intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de tolerância, diálogo e criação, procurando contribuir para o aperfeiçoamento dos homens e para o alargamento das suas possibilidades de expressão e de invenção.

Ao definir-se como de intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de análise e debate dos fenómenos sociais e políticos das sociedades contemporâneas, procurando contribuir para a emancipação e a liberdade dos indivíduos e dos grupos sujeitos a quaisquer situações de opressão, repressão e intolerância, assim como procurará opor-se aos sistemas e mecanismos conducentes a manter situações de constrangimento e desvantagem social e económica de indivíduos e grupos em relação a outros, e ao Estado, entendido como um poder a que todos os homens devem obedecer mesmo que em desacordo com ele. Nesta intervenção, UTOPIA será a expressão de lucidez e de revolta, assumindo plenamente o carácter utópico das tarefas a que se propõe.

UTOPIA guiará a sua acção por uma ética de honestidade, frontalidade, solidariedade e tolerância, que se procura expressar nestes princípios editoriais e que levará à prática em cada edição e em quaisquer actividades que venha a desenvolver.

As colaborações não solicitadas são desejadas, embora sujeitas à apreciação do colectivo editorial. Qualquer colaboração não publicada será devolvida ao autor, com a justificação dessa decisão.
O colectivo editorial compromete-se a abrir rubricas de debate quando tal for considerado enriquecedor e esclarecedor para os leitores e para os princípios aqui defendidos, sendo os autores previamente informados dessa intenção.

A indicação de um proprietário e de um director da revista deve-se a exigências legais, sendo desejada a rotatividade da direcção entre todos os que fazem UTOPIA.
A responsabilidade dos textos assinados é dos seus autores e a responsabilidade pelo projecto é de todo o colectivo editorial.